



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS
MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

LEILA DENISE CABRAL PINTO

**COBERTURA DO ACERVO DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UFC:
IMPORTÂNCIA PARA A AVALIAÇÃO DO MEC**

FORTALEZA

2013

LEILA DENISE CABRAL PINTO

COBERTURA DO ACERVO DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UFC:
IMPORTÂNCIA PARA A AVALIAÇÃO DO MEC

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior. Área de concentração: Políticas Públicas da Educação Superior.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria do Socorro de Sousa Rodrigues.

Co-orientadora: Prof^a Dr^a Fabíola Maria Pereira Bezerra.

FORTALEZA

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- P728 Pinto, Leila Denise Cabral
Cobertura do acervo do sistema de bibliotecas da UFC : importância para a avaliação do MEC / Leila Denise Cabral Pinto. – 2013.
117 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Mestrado (dissertação) – Universidade Federal do Ceará, Política Públicas e Gestão da Educação Superior (POLEDUC), Fortaleza, 2013.
Área de Concentração: Políticas Públicas
Orientação: Profa. Dra. Maria do Socorro de Sousa Rodrigues
Coorientação: Profa. Dra. Fabíola Maria Pereira Bezerra
1. Bibliotecas universitárias – desenvolvimento da coleção 2. Bibliotecas universitárias. 3. Bibliotecas universitárias – Avaliação – Bibliografia 4. Avaliação educacional. I. Título

CDD 025.21877

LEILA DENISE CABRAL PINTO

COBERTURA DO ACERVO DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UFC:
IMPORTÂNCIA PARA A AVALIAÇÃO DO MEC

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior. Área de concentração: Políticas Públicas da Educação Superior.

Aprovada em: ____ / ____ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Maria do Socorro de Sousa Rodrigues (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a Dr^a Fabíola Maria Pereira Bezerra (Co-orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Antônio Clécio Fontelles Thomaz
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Ao Senhor Jesus Cristo, à minha mãe, ao
meu marido e aos meus filhos.

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor meu Deus, pela força e fé que Ele não deixou que me faltasse.

À minha orientadora professora Maria do Socorro de Sousa Rodrigues, pela sua dedicação e empenho, sua serenidade transformou a construção desse trabalho em prazer.

Ao professor Antônio Clécio Fontelles Thomaz, membro da banca examinadora pela disponibilidade.

Ao meu marido e filhos que muito contribuíram para realização desse trabalho, me dando calma e o amor tão necessários nos momentos de angústia.

Às minhas amigas Fabíola Maria Pereira Bezerra que ao assumir a co-orientação desse trabalho, assomou a ele qualidade e critério técnico e Thalita Natasha Ferreira Damasceno, pela imensa colaboração na sua logística.

Aos colegas de trabalho, pelo apoio e incentivo.

À Pró-Reitoria de Graduação, na pessoa da servidora Yangla Kelly Oliveira Rodrigues, sem seus comentários e pronto atendimento, essa pesquisa não estaria completa.

Eu me entristeço e me enriqueço todos os dias no trabalho, quando percebo o vai e vem de interesses e posições pessoais em detrimento das institucionais coletivas que devem ser a essência de todas as obras. Entristeço-me pela pobreza e ou indigência de ideais coletivo e justos nos processos e me enriqueço por aprender cada vez mais sobre os meandros misteriosos que a alma humana exhibe. Assim, aprendo como fazer correto, me sentindo útil e entendendo que o maior valor a ser conquistado em todas nós no mundo é a humildade. (Socorro Sousa).

RESUMO

Com o advento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará tenta ajustar-se às novas exigências dos órgãos reguladores no que concerne à política de desenvolvimento do acervo. Por estar inserida na dimensão infraestrutura, esse ajuste ocorre somente com a participação, em conjunto, das coordenações dos cursos de graduação e Pró-Reitoria de Graduação. Para compreender melhor esta correlação, este trabalho tem como objetivo geral avaliar a política de desenvolvimento do acervo do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará e sua interface com a avaliação dos cursos de graduação. Para sua operacionalização quatro objetivos específicos buscaram: identificar e analisar junto às coordenações dos cursos, as dificuldades estruturais e de adequação das solicitações de livros na atualização do acervo das bibliotecas; correlacionar os títulos básicos presentes no projeto político pedagógico dos cursos ou nos programas de disciplinas com a listagem solicitada pelas coordenações; descobrir com que frequência essas atualizações de acervo são realizadas pelas coordenações; identificar junto a alguns alunos dos cursos escolhidos para a pesquisa, suas expectativas em relação ao acervo das bibliotecas; pesquisar e analisar os resultados da avaliação dos cursos de graduação no aspecto atualização das bibliografias básicas nos últimos dois anos. Para o intento a investigação adotou o método descritivo como procedimentos metodológicos, coletando os dados em cinco cursos escolhidos nos campi de Fortaleza, Geografia, Enfermagem, Engenharia Metalúrgica, Economia Doméstica e Direito. A coleta utilizou as bibliografias básicas destes cursos, as suas listagens de compras enviadas para a Biblioteca Universitária, bem como de entrevistas estruturadas com os coordenadores dos cursos, usuários da biblioteca e servidores da Pró-Reitoria de Graduação. Os dados levantados pela pesquisa apontam a falta dos títulos que compõem a bibliografia básica dos cinco cursos de graduação da Universidade Federal do Ceará. Da análise parcial resulta que a acomodação, a resistência, a autonomia e a falta de comunicação são fatores que atuam no desenvolvimento desordenado do acervo e que não atende as novas exigências do MEC tampouco aos alunos.

Palavras-chave: Bibliografias básicas. Desenvolvimento do acervo. Biblioteca Universitária. Sinaes.

ABSTRACT

With the advent of the National System of Higher Education Evaluation (Sinaes), the library system of the Federal University of Ceara tries to meet the new requirements of the regulating bodies regarding to the archive developing policy. However, such adjustments only occur alongside with the participation and collaboration of both coordinating bodies, namely, the undergraduate courses and the Dean of graduate courses. To better understand this correlation, this study aims to evaluate the overall development policy of the archive of the Federal University of Ceará Library System and its interface with the evaluation process of undergraduate courses. For such a task four specific objectives were proposed; identify and analyze with the coordinating bodies of both courses, the structural difficulties and suitability upon requesting books from the library updated archive, correlate basic titles present in the political pedagogical project of courses and programs of academic subjects with the listing requested by different fields of study; to find out how often these updates are performed by the coordinating bodies, verify with some students their expectations regarding the archives of the libraries; research and analyze the results of the evaluation of undergraduate courses in basic aspect updating bibliographies over the past two years. For such research the descriptive method as methodological procedures were used and adopted. Collecting data in five courses chosen in Fortaleza campus, Geography, Nursing, Metallurgical Engineering, Home Economics and Law. The data collecting used the bibliographies of these basic courses, their lists sent to the University Library, as well as structured interviews with coordinators of the courses, library users and the personnel of Dean of Undergraduate. The data collected by the survey points out the lack of titles that make up the basic bibliography of the five undergraduate courses of the Federal University of Ceará. Partial results of the analysis show that accommodation, resistance, autonomy and lack of communication are basic factors that cause a disorderly development of the archive and that does not meet the either new requirements demanded by MEC nor the students.

Key words: Basic Bibliographies. Archive Development. University Library. Sinaes.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Percentual de aproveitamento de títulos indicados para compra por curso de graduação.....	83
Gráfico 2 – Percentual do ano de 2010 de títulos da bibliografia básica solicitados nas listagens de compra por curso de graduação.....	89
Gráfico 3 – Percentual do ano de 2011 de títulos da bibliografia básica solicitados nas listagens de compra por curso de graduação.....	89
Gráfico 4 – Percentual do ano de 2012 de títulos da bibliografia básica solicitados nas listagens de compra por curso de graduação.....	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Demonstrativo das Bibliografias Básicas em relação ao acervo do Sistema de Bibliotecas.....	71
Quadro 2	Demonstrativo das Bibliografias Básicas em relação ao acervo do Sistema de Bibliotecas.....	73
Quadro 3	Demonstrativo das Bibliografias Básicas em relação ao acervo do Sistema de Bibliotecas.....	74
Quadro 4	Demonstrativo das Bibliografias Básicas em relação ao acervo do Sistema de Bibliotecas.....	76
Quadro 5	Demonstrativo das Bibliografias Básicas em relação ao acervo do Sistema de Bibliotecas.....	78
Quadro 6	Comparativo da Cobertura das Bibliografias Básicas entre os Cursos Pesquisados.....	79
Quadro 7	Demonstrativo de títulos indicados para compra por curso de graduação.....	82
Quadro 8	Percentual anual de títulos da bibliografia básica solicitados nas listagens de compra por curso de graduação.....	88
Quadro 9	Adequação do acervo à proposta do curso/SINAES.....	102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Discriminação do acervo.....	46
Tabela 2 – Serviços oferecidos.....	46
Tabela 3 – Quantitativo de recursos humanos.....	46

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL.....	19
2.1	O Sistema de Avaliação da Educação Superior no Brasil.....	29
2.2	As diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação.....	34
3	BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS: HISTÓRICO E POLÍTICAS.....	41
3.1	A Biblioteca Universitária na Universidade Federal do Ceará(UFC).....	44
3.1.1	<i>A política de desenvolvimento do acervo e estudos paralelos na Biblioteca Universitária.....</i>	50
3.1.2	<i>A política de desenvolvimento do acervo e estudos anteriores na Biblioteca Universitária.....</i>	52
4	CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	59
4.1	Caracterização geral da pesquisa.....	59
4.2	Âmbito da pesquisa.....	60
4.3	Os cursos de graduação pesquisados.....	60
4.4	Os sujeitos da pesquisa.....	60
4.5	Instrumentos de coleta de dados.....	61
4.5.1	<i>Entrevista estruturada.....</i>	62
5	CURSOS UTILIZADOS COMO OBJETO DE ESTUDO.....	64
5.1	Curso de Geografia.....	64
5.2	Curso de Economia Doméstica.....	64
5.3	Curso de Engenharia Metalúrgica.....	65
5.4	Curso de Enfermagem.....	66
5.5	Curso de Direito.....	67
6	A BIBLIOGRAFIA BÁSICA DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO E A COBERTURA DO ACERVO DAS BIBLIOTECAS DA UFC.....	69
6.1	A bibliografia básica do Curso de Geografia.....	70
6.1.1	<i>Cobertura da bibliografia básica do Curso de Geografia no acervo do Sistema de Bibliotecas da UFC.....</i>	71
6.2	A bibliografia básica do Curso de Economia Doméstica.....	72
6.2.1	<i>Cobertura da bibliografia básica do Curso de Economia Doméstica no acervo do Sistema de Bibliotecas da UFC.....</i>	72

6.3	A bibliografia básica do Curso de Engenharia Metalúrgica.....	73
6.3.1	<i>Cobertura da bibliografia básica do Curso de Engenharia Metalúrgica no acervo do Sistema de Bibliotecas da UFC.....</i>	74
6.4	A bibliografia básica do Curso de Enfermagem.....	75
6.4.1	<i>Cobertura da bibliografia básica do Curso de Enfermagem no acervo do Sistema de Bibliotecas da UFC.....</i>	76
6.5	A bibliografia básica do Curso de Direito.....	77
6.5.1	<i>Cobertura da bibliografia básica do Curso de Direito no acervo do Sistema de Bibliotecas da UFC.....</i>	77
6.6	Comparativo de Cobertura das Bibliografias Básicas de todos os Cursos Pesquisados.....	78
7	LISTAGEM DE COMPRAS DE LIVROS E AS BIBLIOGRAFIAS BÁSICAS.....	80
7.1	Listagem de compra de livros do Curso de Geografia.....	84
7.2	Listagem de compra de livros do Curso de Economia Doméstica.....	84
7.3	Listagem de compra de livros do Curso de Engenharia Metalúrgica....	85
7.4	Listagem de compra de livros do Curso de Enfermagem.....	85
7.5	Listagem de compra de livros do Curso de Direito.....	86
7.6	A listagem de compra de livros X Bibliografia Básica.....	87
7.7	A listagem de compra de livros do Curso de Geografia X Bibliografia Básica.....	90
7.8	A listagem de compra de livros do Curso de Economia Doméstica X Bibliografia Básica.....	91
7.9	A listagem de compra de livros do Curso de Engenharia Metalúrgica X Bibliografia Básica.....	91
7.10	A listagem de compra de livros do Curso de Enfermagem X Bibliografia Básica.....	92
7.11	A listagem de compra de livros do Curso de Direito X Bibliografia Básica.....	93
8	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	95
8.1	Análise do Curso de Geografia.....	95
8.2	Análise do Curso do Curso de Economia Doméstica.....	98
8.3	Análise do Curso de Engenharia Metalúrgica.....	99

8.4	Análise do Curso de Enfermagem.....	104
8.5	Análise do Curso de Direito.....	105
9	CONCLUSÃO.....	108
	REFERÊNCIAS.....	111
	APÊNDICE A – ENTREVISTA COM OS COORDENADORES.....	115
	ANEXO A – FORMULÁRIO E-MEC.....	116

1 INTRODUÇÃO

O Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará vem pouco a pouco se ajustando às políticas educacionais que foram implementadas no ensino superior a partir da promulgação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em que, a autorização e o reconhecimento de cursos terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação. No artigo 46, parágrafo 1º da referida Lei, prevê sanções e punições ao definir que: após um prazo para saneamento de deficiências eventualmente identificadas pela avaliação a que se refere este artigo, haverá reavaliação, que poderá resultar, conforme o caso, em desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão temporária de prerrogativas da autonomia ou em descredenciamento. Para suprir tais deficiências, o sistema universitário brasileiro vem procurando se adaptar às mudanças econômicas, políticas e sociais ocorridas ao longo desses anos, e que de certo modo, interferem no caminhar da organização, direcionando e orientando o rumo que as mesmas devem tomar.

Antes mesmo da LDB, em 1990, o Ministério da Educação criou o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), embora não possuísse o caráter obrigatório, o seu intuito era melhorar a qualidade das Instituições de Ensino Superior no que concerne a infraestrutura, o ensino e a gestão. Porém, com o Decreto 2.026 de 10 de Outubro de 1996, o processo de avaliação dos cursos e Instituições de Ensino Superior (IES) no país passa a ser obrigatório. Tais ações demonstram a preocupação do Ministério da Educação e Cultura em melhorar o ensino nas Instituições de Ensino Superior (IES) no país.

Em 2002, a visita da Comissão de Avaliadores foi institucionalizada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). A função destes avaliadores era verificar as condições da Instituição, mediante avaliação dos cursos e posterior autorização para criação ou continuidade dos mesmos.

Seguindo a linha das melhorias, foi instituída a Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), constituindo-se novo instrumento de avaliação do ensino superior. Suas principais áreas de atuação são: o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente e as instalações.

Em face dessa lei, as Instituições de Ensino Superior (IES) tiveram que se adequar a nova realidade, incorporando a ideia da avaliação mesmo que lentamente.

A avaliação dentro do processo administrativo é considerada a etapa inicial do planejamento, na qual são estabelecidas as metas e os resultados a serem alcançados, planejar tornou-se indispensável para a gestão das organizações. É imprescindível escolher metas, definir objetivos, acompanhar e avaliar permanentemente.

A avaliação é vista como processo formativo e como etapa final do ciclo administrativo, também possibilita, a partir de objetivos e metas predefinidos, aferir o sucesso do plano, bem como, traçar novos objetivos e metas. A esse conceito de avaliação estão relacionados os de qualidade, pertinência e equidade, considerando-se os grandes desafios que as universidades públicas enfrentam para cumprir sua missão política e técnico-científica, face à conjuntura internacional da globalização. A associação entre qualidade e pertinência tem como instrumento de medida a avaliação institucional cujo objetivo geral é melhorar a qualidade de educação superior, melhorar a gestão universitária e prestar contas à sociedade.

No contexto da avaliação, as Bibliotecas Universitárias são também avaliadas, numa perspectiva bem mais rigorosa, ao ocuparem, dentro do processo avaliativo, peso relevante na pontuação da dimensão infraestrutura, correspondendo a 40% da avaliação total.

Com as bibliotecas universitárias não é diferente, se for considerado o caráter sistêmico das organizações e a peculiaridade deste tipo de biblioteca, qual seja a de constituir-se numa unidade integrante da instituição e não uma organização autônoma. Esta condição impõe que o planejamento de sua gestão esteja inteiramente integrado com o planejamento da universidade. Com isto, é correto afirmar que o cumprimento dos objetivos, das finalidades e da missão de uma universidade depende da parcela de contribuição que compete à biblioteca, da mesma forma o cumprimento dos objetivos da biblioteca depende do seu nível de participação no planejamento da instituição.

Cada vez mais se verifica a utilização dos padrões de qualidade do MEC, pelos gestores das bibliotecas das Instituições de Ensino Superior (IES) para a efetivação de melhorias e aquisição de material bibliográfico. Tais padrões de qualidade compõem um conjunto de parâmetros inerentes ao processo de

autorização ou reconhecimento de um curso de graduação oferecido pelas Instituições de Ensino Superior.

A importância de estudarmos, neste trabalho, a política de desenvolvimento do acervo do Sistema de Bibliotecas da UFC é para de alguma forma contribuir com a maior adequação do acervo às reais necessidades dos cursos através da compra eficaz de títulos, na perspectiva de cobertura do acervo em relação às bibliografias básicas dos cursos de graduação da UFC, a fim de atender as avaliações do MEC.

Para os docentes dos cursos selecionados na pesquisa, facultará um estudo acurado do seu acervo, o qual irá mostrar os títulos que estão nas bibliografias básicas dos cursos, mas não foram solicitados nos últimos três processos de compra pelos cursos. A quantidade de exemplares da bibliografia básica que o acervo possui dos mesmos e quantos títulos faltam dessa bibliografia, para assim, se fazer um diagnóstico do acervo que servirá de auxílio aos docentes no momento em que forem organizar suas listagens de compra de material bibliográfico.

Na natureza das ciências, este pretendo trabalho visa dar suporte aos pesquisadores que, como nós, desejam enveredar pelo caminho da análise do acervo de uma biblioteca e suas minudências.

Politicamente, como pesquisa aplicada, o trabalho pretende despertar nos gestores da Instituição o compromisso de revisar as bibliografias que compõem o projeto pedagógico dos cursos de graduação, avaliando, deste modo, a política de desenvolvimento do acervo, objetivando compras de material bibliográfico adequadas.

Diante do contexto que ora se apresenta, no capítulo da renovação do acervo das bibliotecas da UFC, indaga-se:

De que maneira e com quais critérios são realizadas pelas coordenações dos cursos da UFC, a solicitação de atualização do acervo das bibliotecas?

Assim sendo, este trabalho tem como objetivo geral avaliar a política de desenvolvimento do acervo do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará e sua interface com a avaliação dos cursos de graduação.

Deste modo, busca-se por meio dos objetivos específicos:

- a) Identificar e analisar junto às coordenações dos cursos, as dificuldades estruturais e de adequação das solicitações na atualização do acervo das bibliotecas;
- b) Correlacionar os títulos básicos presentes no projeto político pedagógico dos cursos ou nos programas de disciplinas com a listagem solicitada pelas coordenações;
- c) Correlacionar os títulos básicos presentes no projeto político pedagógico dos cursos ou nos programas de disciplinas com o acervo das bibliotecas que atendem aos cursos escolhidos;
- d) Descobrir com que frequência essas atualizações de acervo são realizadas pelas coordenações;
- e) Identificar junto a alguns alunos dos cursos escolhidos para a pesquisa, suas expectativas em relação ao acervo das bibliotecas;
- f) Pesquisar e analisar os resultados da Avaliação dos Cursos de Graduação no aspecto atualização das bibliografias básicas nos últimos dois anos.

Para tanto, selecionamos os cursos de Geografia, Enfermagem, Engenharia Metalúrgica, Economia Doméstica e Direito. Estes cursos foram escolhidos por fazerem parte do Campus de Fortaleza, por serem de diferentes centros e por terem suas bibliografias básicas de fácil acesso para pesquisas.

Procuramos descartar os cursos dos campi da UFC no interior, devido ao pouco tempo de criação e a dificuldade imposta pela distância para coleta de dados. Somente por esta razão não foram considerados relevantes nessa pesquisa.

Outro critério para a escolha desses cursos foi por terem sido criados em décadas diferentes, possibilitando uma análise diferenciada de cada um. O grau de dificuldade de se obter os dados necessários a essa pesquisa também determinou a escolha dos cursos, pois nem todos, disponibilizam seus projetos políticos pedagógicos no *site* tampouco a sua bibliografia básica.

As diferentes áreas de estudo desses cursos serviram como critério na escolha, suas peculiaridades e a frequência no envio das listagens que seguiram para compra, pela biblioteca, nos três últimos anos, foi de tal forma diferenciada que possibilitou alguns questionamentos que muito contribuíram para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Para atender aos objetivos propostos neste trabalho, os dados foram coletados por meio de entrevistas estruturadas com os coordenadores dos cursos escolhidos, de modo a identificar os entraves no processo de escolha dos títulos que seguiram para compra pelo Sistema de Bibliotecas. Serão também consultados alguns documentos referentes às bibliografias básicas, como o programa das disciplinas, o projeto político pedagógico e os relatórios de avaliação dos cursos de graduação da UFC. Serão entrevistados alguns usuários do Sistema de Bibliotecas da UFC, 10 alunos dos cursos selecionados, para saber o grau de satisfação, em relação ao acervo do seu curso.

Para dar suporte as análises, fizemos interlocução com diversos autores, dentre eles Vianna, Luckesi, Ristoff e Gatti que abalizaram o capítulo sobre avaliações no Brasil. Ao estudo sobre Bibliotecas Universitárias, o aporte valioso foi de Lubisco, de Vergueiro, de Pinto, de Santos, de Nascimento dentre outros. Para os procedimentos metodológicos, buscamos o auxílio na metodóloga Eva Lakatos, entre outros.

Este trabalho foi dividido em nove capítulos. Após a introdução, na qual explicamos as pretensões da pesquisa, traremos um capítulo sobre avaliação no Brasil e suas influências na política de desenvolvimento do acervo do sistema de bibliotecas da UFC. Breve histórico da formação das bibliotecas universitárias no Brasil e suas políticas de desenvolvimento do acervo, bem como a história do Sistema de Bibliotecas da UFC, sua política de desenvolvimento de coleções e os estudos realizados nessa área. O capítulo da metodologia descreve os procedimentos de coleta e análise de dados. Em seguida a esse capítulo descrevemos os cursos utilizados como objeto de estudo. No sexto capítulo explanamos sobre a bibliografia básica dos cursos de graduação e a cobertura do acervo das bibliotecas da UFC. No sétimo capítulo falamos sobre a listagem de compras de livros e as bibliografias básicas. A análise e a discussão dos resultados são apresentadas no oitavo capítulo seguidos da conclusão, referências, apêndice e anexos.

2 AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL

Este capítulo trará, de forma abreviada, a história da avaliação na educação brasileira que, aliás, é muito recente, à exceção da avaliação de rendimento escolar. Somente nos anos oitenta e noventa mais intensamente na década de noventa, é que começaram a ser realizadas. Porém, quando se fala em avaliação da educação, culturalmente, a lembrança que vem à mente é a de rendimento escolar, ou de desempenho na aplicação de provas, visto que, esta é a modalidade de avaliação mais presente no cotidiano das pessoas.

Foi essa a cultura que se desenvolveu em torno dos processos avaliativos no cotidiano escolar e que, apesar das amplas discussões sobre a questão, permanece até hoje, tendo deixado uma forte marca na vida das pessoas e na representação que fazem da avaliação. Então, o fato de os processos avaliativos estarem sempre presentes no ambiente escolar, em todos os níveis, faz com que as pessoas se reportem de imediato a esse tipo de avaliação quando se fala em avaliação educacional, restringindo seu significado. (GATTI, 2002, p. 18).

No que concerne a definições teóricas, não se pode falar em avaliação sem dialogar, mesmo que, com poucas linhas, com os teóricos que formularam os modelos de avaliação:

O primeiro a utilizar o termo avaliação educacional foi Ralph Tyler que elaborou seu modelo de avaliação baseado na prerrogativa de que avaliar era cumprir os objetivos traçados. Para Tyler a avaliação periódica concluiria a eficiência da escola em atender os objetivos e como resultado dessa avaliação, ela acabaria com os programas que não se saíram bem e aprimoraria os consideráveis satisfatórios (VIANNA, 2000).

Após Tyler, outro teórico que desenvolveu estudo sobre avaliação foi Cronbach, apresentando em sua teoria um modelo que iria de encontro ao modelo objetivo de Tyler, Cronbach não via a avaliação como algo quantitativo e mensurável, somente, para ele a avaliação não poderia se resumir apenas ao resultado final ou a conclusão, com mera constatação dos fatos ali apresentados, mas, sim oferecer sugestões para o aprimoramento do objeto avaliado, ou seja, a avaliação passa a oferecer subsídios para a tomada de decisão. A avaliação como prática de Cronbach, além da tomada de decisão se baseava, também, em outros três pontos que eram: os diferentes papéis da avaliação educacional; os estudantes

como determinação do critério de avaliação dos cursos e algumas técnicas de mensuração ao dispor do avaliador educacional (VIANNA, 2000).

Porém Robert Stake recoloca a ideia de que avaliar é descobrir o valor e a natureza de um objeto, descrevendo-o e ao fazê-lo identificando méritos e deméritos do objeto. O que fica visível em Stake é que os méritos, deméritos e valores são sempre encontrados nos objetos e não é nunca uma imposição do observador. Assim o observador não deve impor o juízo de valor (VIANNA, 2000).

Já a definição de Stufflebeam centra-se na ideia do julgamento do valor, ou seja, de atribuir valor e uma vez executada esta tarefa, aperfeiçoá-la. Tal definição se diferencia da proposta de Stake, em somente identificar os valores e não de construí-los. Stufflebeam acrescenta que a avaliação deve ser entendida como um estudo orientado para a tomada de decisões. Para Stufflebeam a avaliação tem que ser proativa devendo servir para aperfeiçoar um programa e retroativa servindo para julgá-lo (VIANNA, 2000).

Um pouco diferente da definição de Stufflebeam é a do australiano Stephen Kemmis, 1983. Para ele, a avaliação deve ser um processo de organização de informações e argumentos que permitam aos indivíduos ou grupos participarem do debate crítico sobre programas específicos. Tais programas abertos ao debate com a comunidade poderão trazer subsídios a mudanças na sua dinâmica. Propõe *feedback*, análise e mudanças no percurso e resultados aos sujeitos dos programas. É o permanente diálogo com a comunidade que a torna, ao mesmo tempo, sujeito e agente da construção da qualidade da ação pedagógica e de seus desdobramentos em educação (VIANNA, 2000).

Em 1989, Guba e Lincoln afirmam não existir uma maneira correta de definir avaliação, e um conceito acabado poderia por fim à argumentação sobre como ela deve proceder e sobre quais são os seus propósitos. Essas teorias não aceitam uma imposição estagnada e os propósitos devem permanecer indefinidos em nome da criatividade e da negociação ou transação que deve ser inerente ao processo (RISTOFF, 2003; VIANNA, 2000).

O teórico Michael Scriven desenvolveu várias ideias para a compreensão da avaliação educacional que se somam às de outros teóricos já citados anteriormente. Sua variável era a diferença entre objetivos e papéis. A avaliação na visão de Scriven desempenhava vários papéis, mas tinha apenas um objetivo.

Enquanto o objetivo oferecia respostas aos problemas evidentes, os papéis iriam se transformar na maneira em que essas respostas seriam utilizadas (VIANNA 2000).

As teorias discutidas por estes clássicos da avaliação, entre outros, contemplavam apenas o ensino formal de modalidade presencial, tradicional e apenas para os níveis fundamental e médio. No tocante às avaliações no ensino supletivo e em outras formas de educação especial, elas inexistiram por muito tempo. Apenas nos últimos anos é que vêm se desenvolvendo metodologias avaliativas nas instituições de ensino superior, como é o caso da avaliação dos cursos de graduação. As instituições de ensino superior, pressionadas pelos órgãos avaliadores e pelas agências de financiamento de pesquisas, no caso a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Técnico (CNPQ) despertam dolorosamente para a importância da avaliação.

A avaliação do ensino superior no Brasil inexistiu durante anos, ficando limitada apenas ao rendimento escolar, a partir de modelos teóricos definidos, mas nem sempre aplicados adequadamente (VIANNA, 2000).

A preocupação em avaliar o sistema educacional brasileiro passou a ocorrer somente quando grande número de alunos, egressos do antigo segundo grau, hoje nível médio, preteridos nos vestibulares das instituições de ensino superior, por não terem perfil para concorrer no referido exame e ingressar em uma universidade começaram a se mobilizar. Essa exclusão foi aos poucos sensibilizando educadores que passaram a repensar a avaliação da educação brasileira, haja vista o estancamento na construção de suas vidas escolares e desejando ardentemente, o que é justo, ascensão em nível universitário e conseqüentemente melhor condição de vida (GATTI, 2002).

Há que se entender, por outro lado, que os processos avaliativos deveriam ser, na percepção, se não de todos, mas da maioria dos educadores do Brasil, o objetivo fundante dos processos educacionais se, se pretende uma educação de qualidade, seja esta no ensino básico ou superior. Tal cultura ainda em vias de demorada construção é embrionária e padece de muita indigência na atuação docente e na gestão. Se por um lado as legislações determinam sua execução, a feitura destas, de forma consciente, ainda é insuficiente.

Até os anos sessenta, pouco se estudava sobre a evasão escolar como processo de análise ou avaliação, tampouco sobre a reprovação em massa nas

escolas públicas, ao contrário, processos avaliativos rigorosos tornaram-se naturais. Eliminar os estudantes, principalmente os de baixa renda, não era incomum. Essa cultura que foi desenvolvida no cotidiano escolar, de que a avaliação é apenas a medição do conhecimento, está incutida fortemente na vida das pessoas e na percepção que ainda hoje elas possuem de avaliação.

Ainda no âmbito do ensino básico, o Brasil vem avançando no processo avaliativo. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), realiza todos os anos, um levantamento de dados estatístico-educacionais de âmbito nacional denominado de Censo Escolar, que é feito com a colaboração das secretarias estaduais e municipais de Educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país. Trata-se do principal instrumento de coleta de informações da educação básica, que abrange as suas diferentes etapas e modalidades: ensino regular (educação Infantil e ensinos fundamental e médio), educação especial e educação de jovens e adultos (EJA). O Censo Escolar coleta dados sobre estabelecimentos, matrículas, funções docentes, movimento e rendimento escolar.

Tais informações são utilizadas para traçar um panorama nacional da educação básica e servem de referência para a formulação de políticas públicas e execução de programas na área da educação, incluindo os de transferência de recursos públicos como merenda e transporte escolar, distribuição de livros e uniformes, implantação de bibliotecas, instalação de energia elétrica, Dinheiro Direto na Escola e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2012a).

Assoma-se a isso, os resultados obtidos no Censo Escolar sobre o rendimento (aprovação e reprovação) e movimento (abandono) escolar dos alunos do ensino Fundamental e Médio, juntamente com outras avaliações do INEP (SAEB e Prova Brasil) são utilizados para o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), indicador que serve de referência para as metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do Ministério da Educação (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2012a).

Em 2005, a Portaria Ministerial n.º 931 alterou o nome do histórico exame amostral do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), realizado

desde 1990, para Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB). No entanto, o nome do SAEB foi mantido nas publicações e demais materiais de divulgação e aplicação deste exame. O SAEB é a primeira iniciativa brasileira, em âmbito nacional, no sentido de conhecer mais profundamente o sistema educacional brasileiro. Além de coletar dados sobre a qualidade da educação no País, procura conhecer as condições internas e externas que interferem no processo de ensino e aprendizagem, por meio da aplicação de questionários de contexto respondidos por alunos, professores e diretores, e por meio da coleta de informações sobre as condições físicas da escola e dos recursos de que ela dispõe.

As avaliações do SAEB produzem informações a respeito da realidade educacional brasileira e, especificamente, por regiões, redes de ensino pública e privada nos estados e no Distrito Federal, por meio de exame bienal de proficiência, em Matemática e em Língua Portuguesa (leitura), aplicado em amostra de alunos de 4^a e 8^a séries do ensino fundamental e da 3^a série do ensino médio (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2012a).

A Prova Brasil, denominada Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), é aplicada censitariamente aos alunos de 5^o e 9^o anos do ensino fundamental público, nas redes estaduais, municipais e federais, de área rural e urbana, em escolas que tenham no mínimo 20 alunos matriculados na série avaliada. Nesse estrato, a prova recebe o nome de Prova Brasil e oferece resultados por escola, município, Unidade da Federação e país que também são utilizados no cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2012a).

As avaliações que compõem o SAEB são realizadas a cada dois anos, quando são aplicadas provas de Língua Portuguesa e Matemática, além de questionários socioeconômicos aos alunos participantes e à comunidade escolar.

Baseando-se no modelo de avaliação de Cronbach (1963), em que avaliação é a coleta de informações para a tomada de decisão, e como mostrava os documentos disponíveis, observamos que a intenção do SAEB foi de prover informações para tomadas de decisão quanto aos diversos aspectos das políticas educacionais e também para pesquisas e discussões, a partir da geração e

organização dos dados colhidos sobre o desempenho escolar dos alunos no sistema e os fatores a ele associados.

Segundo Luckesi (2012), avaliar é o ato de diagnosticar uma experiência, tendo em vista reorientá-la para produzir o melhor resultado possível; não sendo ela nem classificatória, nem seletiva, ao contrário, é diagnóstica e inclusiva. O ato de examinar, por outro lado, é classificatório e seletivo e, por isso mesmo, excludente, já que não se destina à construção do melhor resultado possível; tem a ver, sim, com a classificação estática do que é examinado. No entanto, professores e professoras, em sua prática escolar cotidiana, não fazem essa distinção e, deste modo, praticam exames como se estivessem praticando avaliação.

A avaliação educacional deve ser realizada para contribuir com a formação do indivíduo respeitando suas diferenças e individualidades para que ele possa ser capaz de solucionar os conflitos encontrados no dia-a-dia. A avaliação escolar tem que adquirir caráter qualitativo, ou seja, se alicerçar na qualidade do ensino e avaliar o aluno como um todo no decorrer do ano letivo, observando sua capacidade e o seu ritmo individual. O exame escolar, como forma de exclusão, tem que ser abolido das escolas, a implantação de uma avaliação contínua deve ser a solução para a melhoria da educação brasileira.

Para Hoffman (1994), a avaliação educacional não é somente provas e questionários mecânicos, é um momento para o aluno construir o seu aprendizado com conceitos e teorias que vão se materializando, ao longo do caminho da aprendizagem. Os construtos de uma educação com excelência têm que levar em conta três fatores expoentes fundamentais: educando, educador e família.

O educando deve perceber a escola como parte integrante da sociedade, uma educação inclusiva que possibilite a compreensão do mundo em que vive, levando os currículos escolares a uma aproximação como mesmo, assim, introduzindo o conteúdo estudado em sala de aula com a realidade a qual está inserido.

O educador tem que receber do Estado incentivo financeiro e a qualificação para bem desenvolver o seu papel junto à sociedade, de formador de consciências, mas no caso brasileiro, o professor não recebe um salário condizente com sua posição na sociedade.

Corroborando com essa afirmação, Lima (2012) adverte que um dos problemas da avaliação educacional brasileira é que na maioria das escolas, os

professores se encontram distantes do acesso à formação continuada nas Universidades. Os alunos têm por sua vez no espaço escolar a oportunidade de alimentação e de receber os benefícios do Governo Federal, como o programa bolsa família, porém, apesar disso a evasão escolar ainda é preocupante, a sazonalidade desses educandos depende de uma série de fatores, dentre eles a necessidade de trabalharem para levar o sustento às famílias. A conscientização desses núcleos familiares é um trabalho que deve ser feito pela escola, junto aos pais e a comunidade.

Segundo Luckesi (2012), o ato de avaliar se divide em três passos: conhecer o nível de desempenho do aluno para constatar a realidade, comparar essa informação com aquilo que é considerado importante no processo educativo (qualificação) e tomar as decisões que possibilitem atingir os resultados esperados.

Como afirma Vianna (2000), a avaliação não pode ser só a coleta de dados de uma pesquisa educacional, esses dados têm que vir seguidos de ações que identifiquem os problemas visando solucioná-los; com a avaliação conhecemos a sociedade. Porém por falta de estudos na área da avaliação, nossos avaliadores não estão capacitados para uma avaliação mais proativa.

Segundo esse autor, o avaliador deve possuir habilidades específicas em abordagens quantitativas e qualitativas, porém, no Brasil, não há esse tipo de escola e tampouco a avaliação figura como componente curricular das causas de produção.

Em virtude das políticas educacionais instituídas em nível nacional, um debate caloroso sobre as questões que envolvem reprovação e evasão escolar dos estudantes social e culturalmente menos favorecido, ocorrem sempre que os números se apresentavam publicamente.

No que concernem às avaliações nas instituições de ensino superior, e seguindo cronologicamente o seu desenvolvimento a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) propôs um sistema de avaliação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrados e doutorados) em 1970, para referenciar a sua qualidade e subsidiar seu credenciamento.

No entanto, a cidade de São Paulo foi pioneira no Estado, sobre avaliação educacional, quando, no início dos anos 80, realizou o primeiro estudo avaliativo de uma rede de ensino com o objetivo de avaliar o nível de escolaridade dos alunos da rede municipal. Porém, como ocorreu a mudança de administração em 1982, os resultados dessa avaliação foram esquecidos, pois a nova gestão não se interessou

em utilizar os dados obtidos e concluir o processo iniciado dois anos antes (GATTI, 2002). No serviço público brasileiro ainda é comum esse tipo de impropriedade.

Em 1980, outro marco na história do desenvolvimento e estudo em avaliação foi o projeto Educação Rural (EDURURAL) – Um projeto de educação que abrangeu todos os estados nordestinos brasileiros. O processo avaliativo acompanhou a sua implementação e ocorreu entre os anos de 1982 e 1986. A avaliação deste projeto analisou aspectos como: gerenciamento, monitores, professores, alunos e famílias. Foram também analisados os impactos sócio-educacionais do programa, e seus impasses. Além disso, foram analisados os dados quantitativos e qualitativos, agregados a um estudo de caso para uma melhor compreensão das situações específicas. O cuidado com o processo avaliativo existia para que ele fosse claro e útil à sociedade, à medida que os problemas eram evidenciados, seminários e debates eram realizados e as soluções eram encontradas.

Atualmente, essa cultura de avaliação vai se consolidando pouco a pouco como prática educativa necessária e imprescindível na busca da qualidade na educação.

Em 1983, foi lançado, pelo Ministério da Educação, o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU), que pretendia desenvolver análises em dois aspectos principais: um ligado à gestão das universidades, e outro, à produção e disseminação do conhecimento. Essa iniciativa não foi à frente por descontinuidade política.

Segundo Polidori, Marinho-Araujo e Barreyro (2006), após a desativação do PARU surgiram várias iniciativas governamentais, como a constituição da “Comissão de Notáveis” em 1985, e do Grupo Executivo da Reforma da Educação Superior (GERES), em 1986.

Foi, no entanto, com o Programa Nacional de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) que se desenvolveu a avaliação no ensino superior, nos anos 90. O PAIUB sugeria que as instituições fizessem suas próprias avaliações. Neste modelo avaliativo, cabia ao MEC articular, viabilizar e financiar a avaliação da educação superior a esta prática avaliativa. Na visão do PAIUB, a avaliação era um processo de acompanhamento metódico das ações realizadas pela instituição de educação superior, e visava averiguar em que medida estavam sendo cumpridas e atendidas as funções e prioridades delimitadas coletivamente.

A responsabilidade da avaliação nas mãos da comunidade acadêmica e a educação eram entendidas como um bem público. O PAIUB apostava na construção de práticas avaliativas que fossem participativas, contínuas e sistemáticas, afinadas com o debate público e com a função social da educação superior no momento histórico.

No entanto, como afirma Zainko (2008) com a posse do presidente eleito Fernando Henrique Cardoso e com a mudança de Governo em 1995, o modelo avaliativo do PAIUB passou a não se mostrar mais adequado como alicerce para dar os subsídios necessários ao MEC no desempenho das funções de coordenação e controle do sistema de educação superior.

Segundo Gatti (2002), de 1987 a 1991, foram realizadas várias avaliações de rendimento escolar no Brasil pelo MEC, mas, essas avaliações não obtiveram maiores resultados, somente serviu de alerta para o governo e a sociedade desenvolver políticas de avaliação da educação para minimizar os altos índices de repetência e evasão escolar. Essas sucessivas avaliações propiciaram certo aperfeiçoamento de pessoal, instrumentos e formas de aplicação que serviram de base para o desenvolvimento, nos anos 90, do Sistema de Avaliação da Educação Brasileira (SAEB), sobre o qual dedicamos alguns parágrafos anteriores.

Somente em 1995, adotaram os procedimentos preconizados pela Teoria da Resposta ao Item (TRI), que segundo os especialistas desta avaliação, poderia oferecer subsídios mais amplos sobre a vida escolar das crianças e jovens e condições de comparabilidade em escala, o que não era possível no modelo anterior (GATTI, 2002).

Além do SAEB, o INEP é responsável por gerar dados e estudos educacionais e realizar levantamentos estatísticos e avaliativos em todos os níveis e modalidades de ensino como:

- a) Censo Escolar: levantamento de informações estatístico-educacionais de âmbito nacional, realizado anualmente;
- b) Censo Superior: coleta, anualmente, uma série de dados do ensino superior no País, incluindo cursos de graduação, presenciais e à distância;
- c) Exame Nacional Para Certificação de Competências (Encceja): é uma proposta do Ministério da Educação de construir uma referência de

avaliação nacional para jovens e adultos que não puderam concluir os estudos na idade própria;

- d) Provinha Brasil: é uma avaliação diagnóstica do nível de alfabetização das crianças matriculadas no segundo ano de escolarização das escolas públicas brasileiras. Essa avaliação ocorre em duas etapas, uma no início e a outra ao término do ano letivo. A aplicação em períodos distintos possibilita aos professores e gestores educacionais a realização de um diagnóstico mais preciso que permite conhecer o que foi agregado na aprendizagem das crianças, em termos de habilidades de leitura dentro do período avaliado;
- e) Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: Criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o Sinaes é o novo instrumento de avaliação superior do MEC/INEP. Ele é formado por três componentes avaliativos: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes;
- f) Avaliação Institucional: compreende a análise dos dados e informações prestados pelas Instituições de Ensino Superior (IES) no Formulário Eletrônico e a verificação, *in loco*, da realidade institucional, dos seus cursos de graduação e de pós-graduação, da pesquisa e da extensão;
- g) Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), tem o objetivo de aferir o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências;
- h) Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): exame de saída facultativo aos que já concluíram e aos concluintes do ensino médio, aplicado pela primeira vez em 1997;
- i) Avaliação dos Cursos de Graduação: é um procedimento utilizado pelo MEC para o reconhecimento ou renovação de reconhecimento dos cursos de graduação representando uma medida necessária para a emissão de diplomas.

O INEP não só trata de levantamentos estatísticos e das avaliações, como também promove encontros para discutir os temas educacionais e disponibiliza outras fontes de consulta sobre educação.

Em se tratando de Educação Superior, as intenções de avaliações capitaneadas pelo PARU, PAIUB e Sinaes vêm criando um novo cenário de desenvolvimento nas Instituições de Ensino Superior no Brasil.

O processo de avaliação da educação superior no Brasil apresenta uma trajetória bastante rica e, inclusive, inovadora no que diz respeito à sua proposta de considerar o processo na sua totalidade. As duas últimas décadas apresentam mudanças radicais no seu formato, principalmente em relação à sua concepção. De uma avaliação totalitária e que primava pelo ranqueamento, passou para um processo que respeita as diversidades e as especificidades das Instituições de Educação Superior (IES), momento em que foi instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, o SINAES. (POLIDORI, 2009, p. 439).

2.1 O Sistema de Avaliação da Educação Superior no Brasil

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) começou a ser criado a partir da constituição da Comissão Especial de Avaliação do Ensino Superior (CEA), que foi constituída por representantes das Instituições de Ensino Superior (IES), de membros do Ministério da Educação e da União Nacional dos Estudantes (UNE). Essa proposta, em 2004, transformou-se em Lei (10.861), criando o Sinaes.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) avalia os aspectos relacionados ao ensino, à pesquisa, à extensão, à responsabilidade social, ao desempenho dos alunos, à gestão da instituição, ao corpo docente, às instalações e a vários outros aspectos (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2012b).

Esse sistema tem como objetivo assegurar o processo nacional de avaliação das IES, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico dos estudantes, buscando assim, a melhoria da qualidade do ensino superior no país.

O Sinaes está dividido em três eixos: avaliação institucional, avaliação de cursos e avaliação do desempenho dos estudantes.

Os primeiros dois pontos são atendidos pelos processos de avaliação no local e complementados pela organização e avaliação interna de cada IES. O ponto três é atendido pela realização do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, o ENADE.

O Sinaes possui diversos instrumentos complementares: autoavaliação, avaliação externa, ENADE, Avaliação dos Cursos de Graduação e instrumentos de informação (censo e cadastro). Os resultados das avaliações possibilitam traçar um

panorama da qualidade dos cursos e instituições de educação superior no país. Os processos avaliativos são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes) e a operacionalização é de responsabilidade do INEP. O INEP conduz todo o sistema de avaliação de cursos superiores no País, produzindo indicadores e um sistema de informações que subsidia tanto o processo de regulamentação, exercido pelo MEC, como garante transparência dos dados sobre qualidade da educação superior a toda sociedade. As informações obtidas com o Sinaes são utilizadas pelas Instituições de Ensino Superior (IES), para orientação da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; pelos órgãos governamentais para orientar políticas públicas e pelos estudantes, pais de alunos, instituições acadêmicas e o público em geral, para orientar suas decisões quanto à realidade dos cursos e das instituições.

No âmbito do Sinaes e da regulação dos cursos de graduação no país, prevê-se que os cursos sejam avaliados periodicamente. Assim, os cursos de educação superior passam por três tipos de avaliação: para autorização, para reconhecimento e para renovação de reconhecimento¹.

A avaliação para autorização é feita quando uma instituição pede autorização ao MEC para abrir um curso. Ela é feita por dois avaliadores, sorteados entre os cadastrados no Banco Nacional de Avaliadores (BASIS). Os avaliadores seguem parâmetros de um documento próprio que orienta as visitas, os instrumentos para avaliação *in loco*. São avaliadas as três dimensões do curso quanto à adequação ao projeto proposto: a organização didático-pedagógica; o corpo docente e técnico-administrativo e as instalações físicas.

A avaliação para reconhecimento é realizada quando a primeira turma do curso novo entra na segunda metade do curso. A instituição deve solicitar seu reconhecimento. É feita, então, uma segunda avaliação para verificar se foi cumprido o projeto apresentado para autorização. Essa avaliação também é feita segundo instrumento próprio, por comissão de dois avaliadores, durante dois dias. São avaliados a organização didático-pedagógica, o corpo docente, discente, técnico-administrativo e as instalações físicas.

A avaliação para renovação e reconhecimento é feita de acordo com o Ciclo do SINAES, ou seja, a cada três anos. É calculado o Conceito Preliminar do

¹ O site do INEP disponibiliza a relação dos cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior que serão avaliados pelo Sinaes.

Curso (CPC) e aqueles cursos que tiverem conceito preliminar 01 ou 02 serão avaliados *in loco* por dois avaliadores ao longo de dois dias. Os cursos com conceito 03 e 04 receberão visitas apenas se solicitarem (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2012b).

Segundo o art. 4.º da Lei n.º 10.861/2004, a avaliação dos cursos de graduação tem por objetivo “identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, as instalações físicas e a organização didático-pedagógica”.

O alcance da qualidade das ações acadêmico-administrativas dos cursos depende, portanto, do quadro docente, do corpo técnico-administrativo, dos projetos pedagógicos de cursos, além da infraestrutura física e logística e do ambiente educacional. A exigência da qualidade comporta múltiplos aspectos e o objetivo primordial das medidas adotadas, no momento da avaliação, deve induzir à melhora no desempenho dos cursos.

Em 2006, o Ministério da educação juntamente com a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira apresentaram à sociedade brasileira o novo Instrumento Único de Avaliação de Cursos de Graduação, a Avaliação dos Cursos de Graduação é uma etapa do processo avaliativo do SINAES, como está em seu instrumento;

Como se traduz muito bem em seu documento: avaliar um curso como elemento constitutivo do contexto institucional, requer uma análise, pelos avaliadores, não apenas do seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e do currículo que o compõem, mas também considerar o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), tendo em vista a necessária sintonia entre PPC e os propósitos da instituição. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2012b).

Mormente, os projetos, o plano e o currículo, muito mais que documentos técnico-burocráticos, consistem em instrumentos de ação política e pedagógica, cujo objetivo é promover uma formação com qualidade. A articulação entre o PPI, PDI, PPC e o Currículo, este como elemento constitutivo do PPC, deve ser avaliada respeitando-se as características da organização acadêmica das IES (Universidades, Centros Universitários, Centros Federais de Educação Tecnológica, Faculdades de Tecnologia, Faculdades, Institutos ou Escolas Superiores), e da

região onde se localizam, conforme preconiza a legislação em vigor (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2012b).

Entrou em vigor em maio de 2012, o novo instrumento de Avaliação para autorização, reconhecimento e renovação de Cursos de Graduação presencial e a distância, esse novo Instrumento realiza-se em três dimensões: organização didático-pedagógica, perfil do corpo docente e tutorial e infraestrutura. A biblioteca está inserida nessa última dimensão. Segundo esse instrumento, a dimensão infraestrutura tem peso quarenta (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2012b).

Quadro 1 – Pesos por dimensão / autorização de curso

DIMENSÃO	PESO
Organização didático-pedagógica	30
Corpo docente e tutorial	30
Infraestrutura	40

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2012c).

Quadro 2 – Pesos por dimensão/ reconhecimento e renovação de reconhecimento de curso

DIMENSÃO	PESO
Organização didático-pedagógica	40
Corpo docente e tutorial	30
Infraestrutura	30

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2012c).

Segundo o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância, a dimensão três, Infraestrutura, sob o aspecto das bibliografias básicas discorre em 05 conceitos, segundo o quadro abaixo:

Quadro 3 – Conceito/critério de análise

Indicador	Conceito	Critério de Análise
<p>3.6. Bibliografia básica (Para fins de autorização considerar o acervo da bibliografia básica disponível para o primeiro ano do curso, se CSTs, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas) Nos cursos que possuem acervo virtual (pelo menos 1 título virtual por unidade curricular), a proporção de alunos por exemplar físico passam a figurar da seguinte maneira para os conceitos 3, 4 e 5: Conceito 3 – 13 a 19 vagas anuais Conceito 4 – de 6 a 13 vagas anuais Conceito 5 – menos de 6 vagas anuais)</p>	1	<p>Quando o acervo da bibliografia básica não está disponível; ou quando está disponível na proporção média de um exemplar para 20 ou mais vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo; ou quando o acervo existente não está informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES; ou quando não existe um mínimo de três títulos por unidade curricular.</p>
	2	<p>Quando o acervo da bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para a faixa de 15 a menos de 20 vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES.</p>
	3	<p>Quando o acervo da bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para a faixa de 10 a menos de 15 vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES.</p>
	4	<p>Quando o acervo da bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para a faixa de 5 a menos de 10 vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES.</p>
	5	<p>Quando o acervo da bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para menos de 5 vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES.</p>

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2012).

O Sistema de Bibliotecas da UFC procura adequar o seu acervo, no que diz respeito às avaliações, tendo como parâmetro o que é estabelecido pelo MEC e seguindo as instruções dos Instrumentos do SINAES. A escolha de adequar a biblioteca ao conceito 3, configura-o como satisfatório, quanto a adequação do seu acervo.

É nesse contexto, que se insere a política de desenvolvimento do acervo do Sistema de Bibliotecas, mediante estratégias para dotação de um acervo proativo atendendo às necessidades da Instituição.

2.2 As Diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação

As Diretrizes Curriculares Nacionais são um conjunto de princípios e normas que constituem um referencial teórico para as IES elaborarem os currículos dos seus cursos de graduação sem esquecer, no entanto, de que as mesmas possuem autonomia e flexibilidade para adequação dos seus currículos.

A época da criação das Diretrizes Curriculares Nacionais em 1997, a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE) promoveu audiências públicas com a colaboração das Instituições de ensino superior, de entidades ligadas à formação e ao exercício profissionais e a sociedade, com a finalidade de receber subsídios para deliberar sobre as diretrizes curriculares formuladas pelo Ministério da Educação e do Desporto.

Na mesma época, também no exercício de sua competência, a SESU/MEC publicou o Edital 04, de 4/12/97, convocando as instituições de ensino superior para que, adotando metodologia adequada a diferentes eventos, realizassem ampla discussão com a sociedade científica, ordens e associações profissionais, associações de classe, setor produtivo, bem como, outros setores envolvidos e encaminhassem propostas para a elaboração das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação, a serem sistematizadas pelas Comissões de Especialistas de Ensino de cada área estabelecendo modelo de enquadramento das propostas de diretrizes curriculares. Tendo recebido cerca de 1200 propostas bastante heterogêneas que foram sistematizadas por 38 comissões de especialistas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação estabelecem orientações para a elaboração dos currículos de todas as instituições

de ensino superior, para que possam garantir a flexibilidade e a qualidade da formação oferecida aos estudantes (BRASIL, 2013).

As Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação devem observar os seguintes princípios:

- a) Assegurar às instituições de ensino superior ampla liberdade na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos, assim como na especificação das unidades de estudos a serem ministradas;
- b) Indicar os tópicos ou campos de estudo e demais experiências de ensino-aprendizagem que comporão os currículos, evitando ao máximo a fixação de conteúdos específicos com cargas horárias pré-determinadas, as quais não poderão exceder 50% da carga horária total dos cursos;
- c) Evitar o prolongamento desnecessário da duração dos cursos de graduação;
- d) Incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa;
- e) Estimular práticas de estudo independentes, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno;
- f) Encorajar o reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar, inclusive as que se referiram à experiência profissional julgada relevante para a área de formação considerada;
- g) Fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão;
- h) Incluir orientações para a condução de avaliações periódicas que utilizem instrumentos variados e sirvam para informar a docentes e a discentes acerca do desenvolvimento das atividades didáticas.

Em 2001, através do parecer nº 583 aprovado em 04 de abril de 2001, a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação decidiu adotar

uma orientação comum para as diretrizes assegurando a garantia de flexibilidade, de criatividade e de responsabilidade das instituições ao elaborarem suas propostas curriculares.

Tendo em vista o exposto, o relator propõe:

1 - A definição da duração, carga horária e tempo de integralização dos cursos será objeto de um Parecer e/ou uma Resolução específica da Câmara de Educação Superior.

2 - As Diretrizes devem contemplar:

- a) Perfil do formando/egresso/profissional - conforme o curso o projeto pedagógico deverá orientar o currículo para um perfil profissional desejado.
- b) Competência/habilidades/attitudes.
- c) Habilitações e ênfases.
- d) Conteúdos curriculares.
- e) Organização do curso.
- f) Estágios e Atividades Complementares.
- g) Acompanhamento e Avaliação.

A intenção do MEC, com o advento das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação é deixar para trás o engessamento da época dos currículos mínimos e direcionados para o exercício profissional, no qual os graduados, logo que colassem grau, já se encontravam defasados em relação ao desempenho exigido no novo contexto da sociedade tecnológica e informacional, demandando preparação específica para o exercício da profissão.

Segundo o Ministério da Educação (BRASIL, 2013), a flexibilização era a palavra chave, assim a contextualização dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, fariam com que as instituições de ensino superior atendessem, mais rapidamente, e sem as amarras anteriores, à sua dimensão política, isto é, pudesse essas instituições assumir a responsabilidade de se constituírem respostas às efetivas necessidades sociais.

Neste passo, não é demais repetir que tudo foi concebido com o propósito de estabelecer um perfil do formando, no qual a formação de nível superior se constituísse em processo contínuo, autônomo e permanente, com uma sólida formação básica e profissional, fundamentada na competência, teórica-prática, observada a flexibilização curricular, a autonomia e a liberdade das instituições de

inovar seus projetos pedagógicos de graduação, para o atendimento das contínuas e emergentes mudanças cujo desafio será o futuro formando estar apto (BRASIL, 2013).

Em relação às Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Geografia, a Resolução CNE/CES 14, de 13 de março de 2002, incumbe os Departamentos ou Colegiados de Curso de Geografia, enquanto instâncias responsáveis pelo dinamismo e implementação das mudanças que se façam necessárias no currículo, a se apropriar das novas possibilidades abertas pela LDB na perspectiva de flexibilização das estruturas curriculares, transformando conteúdos e técnicas em caminhos possíveis para a formação do pesquisador e profissional em Geografia. Assim superando a “cultura da cartilha” e assumindo a liberdade da crítica e da criação, como uma área do conhecimento que tem seu objeto específico, sem abrir mão do rigor científico e metodológico (BRASIL, 2013).

Seguindo o que consta na Resolução CNE/CES 14, o projeto pedagógico de formação acadêmica e profissional a ser oferecido pelo curso de Geografia deverá explicitar:

- a) O perfil dos formandos nas modalidades bacharelado, licenciatura e profissionalizante;
- b) As competências e habilidades – gerais e específicas a serem desenvolvidas;
- c) A estrutura do curso;
- d) Os conteúdos básicos e complementares e respectivos núcleos;
- e) Os conteúdos definidos para a educação básica, no caso das licenciaturas;
- f) O formato dos estágios;
- g) As características das atividades complementares;
- h) As formas de avaliação.

O Parecer CNE/CES Nº 507/2011 aprovado em 06 de dezembro de 2011 corrobora com o Parecer CNE/CES Nº 162/2010 que institui o documento que rege às Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Economia Doméstica (BRASIL, 2013).

Os Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação em Economia Doméstica, além da clara concepção do curso, com suas peculiaridades, sua matriz

curricular e sua operacionalização, deverão incluir pelo menos os seguintes elementos:

- a) Objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucionais, políticas, geográficas e sociais;
- b) Condições objetivas de oferta e vocação do curso;
- c) Formas de implementação da interdisciplinaridade;
- d) Formas de integração entre teoria e prática;
- e) Formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
- f) Concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, contendo suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;
- g) Concepção e composição das atividades complementares;
- h) Regulamentação das atividades relacionadas com o trabalho de curso (quando houver) de acordo com as normas da instituição de ensino, sob diferentes modalidades.

Dentre outras questões, o projeto pedagógico deverá demonstrar claramente como o conjunto das atividades previstas garantirá o desenvolvimento das competências e habilidades esperadas, tendo em vista o perfil dos egressos, garantindo a coexistência de relações entre teoria e prática, como forma de fortalecer o conjunto dos elementos fundamentais para a aquisição de conhecimentos e habilidades necessários à concepção e à prática de atuação da Economia Doméstica (BRASIL, 2013).

O parecer CNE/CES 1362 de 12 de dezembro de 2011 trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Engenharia, nesse parecer o curso de Engenharia, independente de sua modalidade, deve possuir em seu currículo um núcleo de conteúdos básicos, um núcleo de conteúdos profissionalizantes e um núcleo de conteúdos específicos que caracterizem a modalidade.

Segundo o Ministério da Educação (2013), o perfil dos egressos de um curso de engenharia compreenderá uma sólida formação técnico científica e profissional geral que o capacite a absorver e desenvolver novas tecnologias, estimulando a sua atuação crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e

culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade.

As Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Enfermagem foram instituídas pela Resolução CNE/CES Nº 3, de 07 de novembro de 2001. Estão divididas em 16 artigos, os quais versam sobre os princípios, fundamentos, condições e procedimentos da formação de enfermeiros, estabelecidas pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, para aplicação em âmbito nacional na organização, desenvolvimento e avaliação dos projetos pedagógicos dos Cursos de Graduação em Enfermagem das Instituições do Sistema de Ensino Superior.

Nos artigos também deliberam que a formação do Enfermeiro deve atender as necessidades sociais da saúde, com ênfase no Sistema Único de Saúde (SUS) e assegurar a integralidade da atenção e a qualidade e humanização do atendimento.

A Resolução CNE/CES Nº 9, de 29 de setembro de 2004, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito. A organização do Curso de Graduação em Direito, observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais se expressa através do seu projeto pedagógico, abrangendo o perfil do formando, as competências e habilidades, os conteúdos curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, o sistema de avaliação, o trabalho de curso como componente curricular obrigatório do curso, o regime acadêmico de oferta, a duração do curso, sem prejuízo de outros aspectos que tornem consistente o referido projeto pedagógico (BRASIL, 2013).

O Projeto Pedagógico do curso abrangerá, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

- a) Concepção e objetivos gerais do curso, contextualizados em relação à sua inserção institucional, política, geográfica e social;
- b) Condições objetivas de oferta e a vocação do curso;
- c) Cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;
- d) Formas de realização da interdisciplinaridade;
- e) Modos de integração entre teoria e prática;
- f) Formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
- g) Modos da integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;

- h) Incentivo à pesquisa e à extensão, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;
- i) Concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização, bem como a forma de implantação e a estrutura do Núcleo de Prática Jurídica;
- j) Concepção e composição das atividades complementares;
- k) Inclusão obrigatória do Trabalho de Curso.

Todas as Diretrizes dos cursos aqui apresentadas seguem um mesmo padrão que norteia a elaboração por parte das Instituições dos Projetos Políticos Pedagógicos, elas devem ser implantadas pelas Instituições de Educação Superior, obrigatoriamente, no prazo máximo de dois anos, aos alunos ingressantes, a partir da publicação desta.

Contudo, nas Instituições de Ensino Superior há uma acomodação, dos docentes em relação a essa adequação dos Projetos às Diretrizes. Segundo a LDB, a competência de fixar os currículos está a cargo das Instituições de Ensino Superior, motivo pelo qual corrobora com a atitude dos mesmos.

Ao adotar a bibliografia básica de cada disciplina, o docente deve observar as Diretrizes Curriculares Nacionais para o seu curso, seguindo o padrão que a mesma indica sem imputar a ela, sua referência pessoal ou ideológica.

3 BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS: HISTÓRICO E POLÍTICAS

Assim como foram construídas as universidades brasileiras a partir da junção de escolas e faculdades, as bibliotecas que existiam nessas Instituições também se agruparam formando, assim, as bibliotecas universitárias. Corroborando com a história, Reitz (2004) afirma que a biblioteca é parte integrante de uma instituição e deve ser administrada para satisfazer as necessidades de informação e pesquisa de seu pessoal. Discorrendo sobre a importância das bibliotecas na instituição, Lubisco (2002) afirma que o cumprimento dos objetivos, finalidades e missão de uma universidade depende da parcela de contribuição que compete à biblioteca.

Segundo Silva (2010a), a biblioteca universitária tem seu conceito historicamente relacionado ao ensino, pesquisa e extensão das universidades a que serve, sendo uma agência social moldada de acordo com os padrões, ideologias e valores culturais que regem os modelos de universidade vigente. Como a autora afirma a biblioteca ao longo da história, está condicionada, juntamente com a instituição que lhe abriga, ao contexto social e político. Apoiando-nos nesse pensamento, compreendemos que é necessário um olhar no passado dessas instituições de ensino superior para entendermos a situação atual das bibliotecas universitárias que elas abrigam.

Como relata Fávero (2012), no Brasil, houve um intenso movimento contrário a instalação de uma universidade no século XVI. Por causa da política de colonização, Portugal preferia que as elites da época procurassem a Europa para realizar seus estudos superiores, logo negou aos jesuítas a criação da mesma, ainda no século XVI.

Segundo Fávero (2012), Portugal e sua política de controle influenciaram a formação de nossas elites e todas as tentativas de criação de universidades, nos período colonial e monárquico, foram abortados, pois Portugal rejeitava qualquer iniciativa que lobrigasse sinais de independência cultural e política da Colônia. Importa lembrar ainda que, mesmo como sede da Monarquia, o Brasil consegue apenas em 1808, o funcionamento de algumas escolas superiores de caráter profissionalizante.

Os cursos que foram criados nessa época, bem como o Curso Médico de Cirurgia na Bahia, a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica, a Real Academia no Rio

de Janeiro, e os outros cursos eram somente para atender as necessidades do Estado. Destacamos a criação dos cursos jurídicos, em 1827 e 1828. Com a criação, esses dois cursos passam a ter grande influência na formação das elites e na mentalidade política do Império. Os formandos passaram a integrar o quadro político da época e a trazer novas ideias filosóficas, movimentos literários, debates e discussões culturais.

Rossato (2005) relata que à época da proclamação da República, começa o entusiasmo novamente para implementar a primeira universidade no Brasil, criou-se o Ministério da Instrução Pública Correios e telégrafos, a cargo de Benjamin Constant. Com as ideias que haviam levado à proclamação da República e uma delas era a expansão da educação, assistiu-se a um significativo impulso ao ensino superior, no entanto havia resistências dos positivistas, que viam na universidade uma instituição medieval e ligada a igreja católica. No período que compreende 1891 a 1914, foram criadas 27 escolas superiores.

Porém, a primeira universidade no Brasil foi criada somente em 1920, no Rio de Janeiro, pelo presidente Epitácio Pessoa, a Universidade do Rio de Janeiro. Tal universidade foi formada por uma aglutinação de faculdades já existentes. Aqui confirmamos o que foi citado anteriormente, que nossas universidades foram formadas da junção de escolas pré-existentes, não havendo nenhum critério para a sua formação.

De acordo com Rossato (2005), a partir de 1945 até 1964, houve um crescimento significativo de instituições superiores, começaram a surgir universidades particulares, dentre elas a católica. No final da década de 60, o Brasil contava com 21 universidades e mais de cem instituições de ensino superior. Esse fato se deu pelo crescimento demográfico e conseqüentemente a procura de jovens oriundos do 2º grau pelo ensino superior, embora fosse expressivo esse aumento de estudantes no ensino superior, não significava muito em decorrência do aumento da população que em 1960 já ultrapassava 70 milhões.

Em 1964, com o Golpe Militar, a nova política deu novos direcionamentos na educação, o governo tentou implementar o modelo desenvolvimentista Kubistchek e apoiando-se ao capital estrangeiro contraiu dívidas bilionárias.

Com o expressivo aumento de estudantes de 1º e 2º graus, cresceu o número de potenciais candidatos ao ensino superior que buscavam com o ensino de 3º grau status social ou disputar um lugar mais qualificado no mercado de trabalho.

A explosão demográfica da década de 50 e início de 60 deram início à criação de diversas instituições particulares de ensino superior. Para suportar tal crescimento, o governo através da Reforma 5540, criou mecanismos para essa expansão e foram criadas IES até em municípios de pequeno porte.

Rossato (2005) afirma que, no final da década de oitenta e início da década de noventa, houve a continuidade das etapas anteriores de expansão, porém o ritmo diminuiu e esse período é considerado por alguns autores como a década perdida para a educação, e a expansão de matrículas foi só nas instituições particulares, as federais não apresentaram nenhum aumento significativo, se assomado a isso o corpo docente apesar de alguma melhora, apresenta qualificação insuficiente e pela sua titulação, muitos professores não possuem a formação desejável para atuar no nível superior.

Conforme Silva (2010a), em se tratando de biblioteca universitária, o período de 1965 até 2002 foi o de maior importância para o seu desenvolvimento, devido às transformações ocorridas nas universidades, as bibliotecas universitárias cresceram e consolidaram a sua identidade. O regime militar orquestrou a reorganização do ensino superior de acordo com a sua concepção de estado tecnocrático-civil-militar (1964-1984), cuja característica principal era o excessivo controle do sistema educacional. Podemos contemplar mais uma vez e constatar que desde os primórdios da educação brasileira, o estado influenciava e controlava a educação brasileira. Ao lado das bibliotecas especializadas, as universitárias também acompanharam as inovações, mesmo porque as universidades brasileiras sempre foram as principais responsáveis pela geração de conhecimento científico. Silva (2010a) relata em seu trabalho, a reforma foi incentivada por capital norte americano e financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ao Ministério da Educação. O primeiro acordo entre o MEC e a Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), em 1965, tinha como objetivo elaborar uma série de planos para ampliação e reestruturação do sistema de ensino universitário brasileiro. Uma das primeiras constatações registradas pela USAID eram as estruturas obsoletas e bibliotecas insatisfatórias.

A recomendação era que as instalações das bibliotecas universitárias deveriam estar bem no centro do *campus*, de modo que os acessos irradiassem dela para todas as direções; Assim, institucionalizava-se a biblioteca central órgão como suplementar que era exigido para autorização e reconhecimento de cursos.

Segundo Silva (2010a), todas as universidades que construíram seus *campi* de acordo com os moldes da reforma tinham que, obrigatoriamente, construir bibliotecas centrais, tendo como modelo a Biblioteca da Universidade de Brasília – UNB, apesar da diversidade histórica, pois a UNB teve uma biblioteca central sem a existência anterior de outras bibliotecas fragmentadas em escolas isoladas, faculdades, institutos e departamentos, logo o seu acervo, não sofria as intempéries das outras que se viram obrigadas a juntar todo o seu acervo bibliográfico aleatoriamente sem prévia organização. Atrelados aos projetos de construção e centralização das bibliotecas universitárias, os convênios MEC-USAID também indicaram um projeto de treinamento para preparação de dirigentes das bibliotecas centrais para todas as universidades, que seria dado aos profissionais das instituições que haviam aderido às novas determinações. Apesar de não terem conseguido homogeneizar as mentalidades acerca das novas mudanças, a ideologia foi posta e o *habitus* tecnocrático nas bibliotecas universitárias foi finalmente consolidado.

Como afirma Silva (2010a), as bibliotecas também presenciaram, durante esse processo, a negação do próprio livro no interior das universidades, ao invés da ampliação da sua produção, situação que seria condizente com uma expansão do ensino superior. As fotocópias, e outros recursos didáticos, antes complementares, foram sucessivamente substituindo o livro. A própria falta de acervo nas bibliotecas ocasionava esse abandono pelos livros e o recurso didático do curso ministrado era exclusivamente na base da voz e do giz.

No entanto, nessa última década, com a mudança política e econômica ocorrida no Brasil, com os investimentos na educação e com o advento do Sinaes, uma nova fase é contemplada no que concerne a bibliotecas suas tecnologias, política de aquisição e acervo.

3.1 A Biblioteca Universitária na Universidade Federal do Ceará (UFC)

Semelhantemente a criação da UFC, a Biblioteca Universitária surgiu da aglutinação de diversas bibliotecas oriundas das escolas que compuseram a Instituição (PINTO, 2006).

As Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará foram surgindo à medida que novas unidades de ensino foram sendo incorporadas ou criadas.

Em 1957 foi instalada a Biblioteca Central, subordinada à Reitoria. Apesar do nome, não exercia função centralizadora, porém foi extinta em 1969, surgindo o efêmero Serviço de Bibliografia e Documentação, Esse serviço distribuiu o acervo bibliográfico nas bibliotecas das diversas áreas (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2012a).

Com a Reforma Universitária em 1972, teve início a tendência em agrupar bibliotecas de áreas afins, e em 1975, com a volta da Biblioteca Central, pretendeu-se adotar um sistema de bibliotecas com centralização monolítica, tendência em voga à época, mas nem todas as bibliotecas foram agrupadas, como as dos cursos de Direito e História, dentre outros (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2012a).

Pinto (2006) relata que em 1980, através da Portaria 624, de 04 de julho de 1979, surge a proposta de reestruturação do Sistema de Bibliotecas da UFC, na direção estava Maria Antonieta Figueiredo Bezerra.

Segundo o autor supracitado, a tendência de agrupar as bibliotecas perdurou até 1985, nem todo o acervo foi incorporado e na Biblioteca Central, só ficaram alguns serviços com a aquisição de material bibliográfico e de periódicos.

O Sistema de Bibliotecas da UFC tem como missão organizar, preservar e disseminar a informação para a produção do conhecimento dando suporte às atividades educacionais, científicas, tecnológicas e culturais da Universidade Federal do Ceará, possibilitando o crescimento e o desenvolvimento da Instituição e da sociedade. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2012a).

O Sistema tem como visão ser reconhecida como biblioteca de excelência na gestão da informação e na prestação de serviços para a comunidade universitária e sociedade em geral, tornando-se referência no Estado do Ceará, na Região Nordeste e no Brasil até 2016 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2012a).

O Sistema de Bibliotecas tem como valores: Excelência, Ética profissional, Gestão democrática, Inclusão social, Inovação, Respeito à diversidade, Responsabilidade sócio informacional, Sustentabilidade social, Transparência e Valorização do ser humano (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2012a).

Composto por 17 Bibliotecas, 12 em Fortaleza e 05 nos Campi do Interior, e 04 divisões. Sendo elas, a saber: Divisão de Apoio Administrativo, Divisão de Coordenação de Bibliotecas, Divisão de Processos Técnicos e Divisão de Desenvolvimento do Acervo, a Biblioteca Universitária atende aos alunos de 111 cursos de graduação, 64 cursos de especialização, 58 cursos de mestrado, 40

cursos de doutorado, 2.005 docentes, 3.408 técnicos administrativos e aos alunos das 08 casas de cultura (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2012a).

Logo abaixo descrevemos a Biblioteca Universitária em números até o ano de 2011:

Tabela 1 – Descrição do acervo

Tipo de Material	Títulos	Exemplares
Livros	102.038	233.560
Folhetos	4.220	4.789
Teses	4.698	6.808
Dissertações	8.638	12.675
Periódicos	5.309	146.373
Fitas de Vídeo	272	315
CD-ROMs	144	218

Fonte: Biblioteca Universitária, 2011.

Tabela 2 – Serviços oferecidos

Tipos de Serviços	Quantidade
Empréstimos realizados	515.422
Consultas locais ao acervo	112.527
Comutação bibliográfica: pedidos externos atendidos	311
Comutação bibliográfica: pedidos internos solicitados	566
Orientação à normalização de trabalhos acadêmicos	424
Orientação à pesquisa bibliográfica	9050
Normalização de Referências Bibliográficas	21.149
Capacitação de Usuários (número de beneficiários)	4.901
Levantamentos bibliográficos	43
Catálogo na fonte	2.218
Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – TEDE	4004

Fonte: Biblioteca Universitária, 2011.

Tabela 3 – Quantitativo de recursos humanos

Recursos Humanos	Quantidade
Bibliotecários	55
Apoio administrativo da UFC (assistentes em administração, auxiliares em administração, contínuos e outros cargos)	72
Apoio administrativo externo ou terceirizado	41
Bolsistas e estagiários	38
Total	206

Fonte: Biblioteca Universitária, 2011.

O acervo do Sistema de Bibliotecas da UFC não foi construído de forma racional, ou seja, acompanhou a formação da própria Universidade, que foi fruto da junção de escolas e faculdades. Nos últimos anos, tem existido a preocupação de adequar o acervo aos programas de ensino, pesquisa e extensão, mas, ainda de uma forma empírica, pois não há mecanismos na própria estrutura organizacional da Universidade que facilitem a execução de políticas necessárias a esse tipo de planejamento. Galgando atender a necessidade de adequação do acervo a esses programas foi elaborado um documento pela comissão de acervo do Sistema de Bibliotecas da UFC, que construiu parâmetros baseados no que sugere o MEC, para efetuar a compra do acervo do Sistema.

De acordo com Vergueiro (1993), com a aquisição é que começa de fato a existir uma instituição destinada a preservar e divulgar as criações do conhecimento humano registrados em livros, periódicos especializados, jornais, discos, filmes, vídeos, etc.

O acervo do Sistema de Bibliotecas é composto pelo acervo geral, coleções especiais, obras raras e acervos agregados, que são os acervos que não fazem parte do Sistema, mas utilizam o *software* o Pergamum², para gerenciar seus acervos.

A Direção do Sistema de Bibliotecas adota gestão democrática como prática administrativa, inclusive definida como um dos seus valores da instituição. Nesse intuito, divide a gestão em 08 comissões distintas. Formada por bibliotecários e servidores do Sistema de Bibliotecas, as comissões procuram transformar ideias em ações. As comissões possuem objetivos e metas anuais que são desenvolvidas e postas em práticas ao longo do ano.

As comissões estão divididas por áreas estratégicas:

A Comissão de Acervo tem como objetivo atualizar a política de desenvolvimento do acervo, essa política foi elaborada pela comissão em 2004, e serve para nortear o Sistema de Bibliotecas no desenvolvimento de suas coleções, essa nova atualização se pautará em temas como a acessibilidade, livros eletrônicos, periódicos e desbastamento/descarte do acervo e da elaboração da política de preservação da informação em suportes analógicos e digitais (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2012b).

² O *software* utilizado para gerenciamento do Sistema de Bibliotecas da UFC é o Pergamum, desenvolvido pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e adquirido pela UFC em 1990.

A Comissão de Acessibilidade tem como objetivo rever a política de desenvolvimento do acervo, objetivando incluir políticas de acessibilidade, selecionar, digitalizar e catalogar obras que comporão o acervo para pessoas com deficiência visual e promover acessibilidade na página da BU (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2012b).

A Comissão de Catalogação tem como objetivo elaborar a política de indexação do Sistema de Bibliotecas da UFC e apresentar alternativas visando à eliminação de inconsistências de catalogação no Sistema Pergamum (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2012b).

A Comissão de Educação de Usuários tem como objetivo elaborar novos tutoriais (pesquisa básica, pesquisa avançada e acesso usuário do Pergamum e repositório institucional); tornar a maratona do conhecimento um projeto de extensão; executar o calendário de treinamentos de usuários; disponibilizar *templates* de normalização em parceria com a Comissão de Normalização; planejar o serviço de atendimento *on line* via *chat*, em parceria com a comissão de serviços e expandir a comissão com membros de outras bibliotecas (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2012b).

A Comissão de Eventos planeja e organiza todos os eventos de caráter sócio culturais do Sistema de Bibliotecas da UFC (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2012b).

A Comissão de Normalização tem como objetivo publicar o Guia de Normalização da UFC; divulgar o Guia para a comunidade acadêmica. Disponibilizar *templates* de normalização em parceria com Comissão de Educação de Usuários (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2012b).

A Comissão de Pessoal tem como objetivo iniciar a implantação da gestão por competências na BU, com foco na capacitação; atualizar o Banco de Conhecimentos (BC); extrair através da leitura e análise do conhecimento gerado pelos servidores lotados na BU subsídios para a gestão da Biblioteca Universitária; revisar o dimensionamento do pessoal da BU.

A Comissão de Serviços, seus objetivos: reaplicar a pesquisa de avaliação dos serviços oferecidos pela BU; planejar o serviço de atendimento *on line* via *chat*, em parceria com a Comissão de Educação de Usuários; elaborar da “Carta de Serviços ao Cidadão” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2012b).

O Sistema de Bibliotecas da UFC ainda se utiliza, dentro de um valor explicitado por ela, da gestão democrática de coordenações de serviços que atendem a casos pontuais, serviços pontuais como os que iremos relatar no parágrafo abaixo, elas existem somente para dar andamento nesses serviços:

- a) Coordenação de Indexação Compartilhada de Artigos de Periódico (ICAP) – Rede Pergamum: tem como objetivos responder pelas questões relacionadas ao ICAP junto à Rede Pergamum; verificar o andamento dos trabalhos relacionados a cada título de periódico indicado pela Biblioteca para participar do ICAP; definir juntamente com o Sistema os títulos de periódicos a ser indexados; verificar se a indexação dos artigos está atualizada; fornecer relatórios estatísticos para a Biblioteca Universitária; manter-se atualizada quanto às diretrizes da Rede Pergamum para o serviço; acompanhar o atendimento das solicitações de artigos; propor melhorias do serviço à Rede Pergamum; viabilizar a capacitação dos responsáveis pela indexação dos artigos.
- b) Coordenação de Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFC): tem como objetivos acompanhar a produção das bibliotecas (publicação no TEDE das dissertações e teses defendidas); acompanhar a colocação da UFC no *ranking* regional e nacional; manter atualizado o cadastro dos programas de pós-graduação stricto sensu no TEDE; coordenar a capacitação dos secretários dos programas de pós-graduação; encaminhar aos bibliotecários que trabalham com a BDTD os procedimentos adotados na operação da BDTD.
- c) Coordenação de Disponibilização eletrônica dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) da UFC: tem como objetivos identificar os cursos que exigem monografias de conclusão de curso; acompanhar a produção semestral e/ou anual de monografias pelos cursos de graduação; articular junto aos cursos a submissão das monografias ao Pergamum; definir critérios para a inserção das monografias no Pergamum; promover a divulgação junto à comunidade interna e externa; elaborar estatísticas e relatórios de acompanhamento da inclusão das monografias no Pergamum; solicitar as bibliotecas os

nomes dos responsáveis pela catalogação das monografias para acompanhamento dessa atividade.

- d) Coordenação de Coleções Especiais: tem como objetivos definir critérios para seleção, preservação, processamento técnico e acesso às coleções especiais da UFC, para que posteriormente cada biblioteca possa dar prosseguimento aos trabalhos em suas coleções especiais mediante parâmetros aprovados para todo o sistema; promover capacitação dos integrantes da comissão, através da disponibilização de bibliografias relevantes sobre o assunto, bem como palestras, visitas e cursos; complementar a política de desenvolvimento de coleções já existente, focando diretamente nos critérios para seleção das coleções especiais; definir critérios para preservação, conservação e restauração das coleções especiais, mantendo alguns procedimentos que já estão sendo utilizados e revendo outros para que possamos chegar a um padrão; definir critérios para o processamento técnico das coleções especiais; definir critérios para o acesso às coleções especiais.
- e) Coordenação de Repositório Institucional: tem como objetivos responder pelas questões relacionadas ao gerenciamento e funcionamento do repositório. Atuar diretamente nos procedimentos do repositório, mantendo-o ajustado aos propósitos da instituição. Para tanto, é necessário interagir com os técnicos de informática, os responsáveis pelo povoamento de cada comunidade do RI, bem como com o usuário que fará o auto-arquivamento de seus documentos no RI e até mesmo com quem acesse o repositório em busca de informação (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2012b).

3.1.1 A política de desenvolvimento do acervo e estudos paralelos na Biblioteca Universitária

A fim de atender a uma necessidade do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará, em 2004, foi elaborada pela Comissão de Acervo, a política de desenvolvimento de coleções do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará, para funcionar como instrumento norteador das decisões dos

bibliotecários em relação à seleção do material a ser incorporado ao acervo e a administração dos recursos financeiros.

Segundo Miranda (2007), a determinação de normas para seleção e aquisição de materiais informacionais disciplina esse processo, tanto em quantidade como em qualidade, segundo a realidade de cada biblioteca, direcionando o uso racional dos recursos financeiros.

O objetivo desse documento é estabelecer uma Política de Desenvolvimento do Acervo do Sistema de Bibliotecas da UFC, identificando procedimentos comuns a todas as bibliotecas do Sistema, orientando para a formação, manutenção e atualização das coleções. A Divisão de Desenvolvimento do Acervo do Sistema de Bibliotecas conduz os procedimentos descritos na política, com vistas à melhoria do processo de formação e desenvolvimento das coleções das bibliotecas do Sistema. Sendo respeitadas as especificidades de cada biblioteca setorial no que concerne às atividades voltadas para as áreas de conhecimento em que atuam (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2012c).

A Política de Desenvolvimento do Acervo discorre sobre a formação do acervo que deve contemplar todo tipo de material informativo servindo de apoio às diversas atividades desempenhadas pela Universidade.

A Política de Desenvolvimento do Acervo regula a seleção, a doação e a compra de material bibliográfico. A compra desse material se fará de forma centralizada pela Divisão de Desenvolvimento do Acervo do Sistema e Bibliotecas com o Departamento de Administração da UFC obedecendo ao disposto na Lei 8.666/1993 Esta lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2012c).

Como relata Miranda (2007, p. 17)

O desenvolvimento de coleções deve ser um processo ininterrupto permanecendo em constante evolução. No entanto, é necessário elaborar uma política de desenvolvimento da coleção que conglomere os objetivos dos planos de ensino da instituição, no tocante a englobar a literatura básica e complementar, com a finalidade de subsidiar a tomada de decisão no processo de seleção, considerando todos os fatores relevantes aos interesses da comunidade acadêmica, como também avaliar a coleção periodicamente para preservar a qualidade e a idoneidade do acervo.

Da mesma forma, Dias, Silva e Cervantes (2012, p. 47) relatam que:

A temática desenvolvimento de coleções nunca foi uma tarefa fácil, principalmente em função da sua natureza técnica e de vários fatores que militam contra esta atividade. Desenvolver coleções refere-se ao processo de, sistematicamente, construir coleções de bibliotecas para servir de estudo, ensino, pesquisa e outras necessidades pertinentes aos usuários de uma biblioteca, tornando-se o mediador entre os materiais de informação e a comunidade universitária.

Nesse contexto, para atender às necessidades de construção e atualização do acervo, o processo de compra do material bibliográfico do Sistema de Bibliotecas da UFC é iniciado com a publicação do Edital de Convocação.

3.1.2 A política de desenvolvimento do acervo e estudos anteriores na Biblioteca Universitária

Segundo o documento elaborado pela comissão de acervo, a ideia de estabelecer diretrizes para o desenvolvimento do acervo bibliográfico do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará surgiu da necessidade de atualizar a coleção de forma racional, tornando-a capaz de atender aos programas de ensino, pesquisa e extensão e adequar-se à missão da Universidade que é a de “Formar profissionais da mais alta qualificação, gerar e difundir conhecimentos, preservar e divulgar os valores artísticos e culturais, constituindo-se em instituição estratégica para o desenvolvimento do Ceará e do Nordeste.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2012c).

Conforme Miranda (2007), antigamente o foco dos gestores das bibliotecas era acumular materiais bibliográficos, uma vez que acervos volumosos representavam poder, pois a atenção estava centrada na oferta de documentos e não na qualidade.

Atualmente, desde as ações a nível mundial para entrada na sociedade da informação, bem como o crescimento das tecnologias da informação, um novo modelo de bibliotecas vem surgindo, com o avanço das novas tecnologias de informação e com a evolução da biblioteca digital, as bibliotecas estão revendo seus conceitos entre posse e acesso da informação.

Segundo Marchiori (1997, p. 2):

As publicações eletrônicas estão tendo seus custos reduzidos drasticamente, caso comparadas com os custos de papel, impressão e transporte, enquanto as bases de dados, principalmente as de texto completo, aumentam em número e tamanho. Os grupos de discussão eletrônica (Listservs) têm servido como meios informais para a disseminação de novas idéias, assim como a Internet favorece o acesso a

periódicos eletrônicos, cuja submissão, avaliação e distribuição de artigos é feita de forma eletrônica. Porém, a facilidade com que os textos eletrônicos podem ser adaptados, copiados, recombinaados e plagiados acarreta certo receio por parte dos editores tradicionais quanto à defesa dos direitos autorais e a reprodução indiscriminada de "cópias". Para as bibliotecas, as implicações dizem respeito ao fato de que elas devem se adaptar à provisão de recursos de referência na forma eletrônica, racionalizando o acesso sem posse, como, por exemplo, buscas em bases de dados comerciais on-line.

Como ressalta o documento elaborado pela comissão de desenvolvimento do acervo, tais fatos, aliados ao aumento considerável dos custos de aquisição, espaço para armazenamento físico e preservação do material, refletem no custo/benefício, exigindo uma política atualizada para direcionar o Sistema de Bibliotecas no desenvolvimento de uma aquisição compartilhada, compatível com a utilização racional de recursos que permitam as bibliotecas o conhecimento e acesso às fontes de informação existentes.

O referido documento estabelece prioridades como: cursos que serão avaliados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), cursos com baixa avaliação, no tocante a biblioteca, cursos que terão renovação reconhecida e cursos recém-criados. A compra de material bibliográfico se fará de forma centralizada pela Divisão de Desenvolvimento do Acervo com o Departamento de Administração da UFC, obedecendo ao disposto na Lei 8.666/1993, visando a racionalização dos recursos disponíveis, considerando as seguintes prioridades: compra de material bibliográfico considerado básico e complementar para as disciplinas acadêmicas, verificando se a quantidade de exemplares dos títulos nacionais é suficiente para o número de alunos (01 exemplar para 08 alunos); para livros estrangeiros, adquirir 02 exemplares. Para compra de periódicos, verificar a disponibilidade do título no Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) de Periódicos.

O estudo das bibliografias básicas vem sendo desenvolvido pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará, desde 2007. Inicialmente foi realizado estudo para o curso de Geografia, sendo utilizado como modelo para os estudos posteriores, sendo eles, a saber: Engenharia Elétrica; Engenharia Química; Matemática; Física; Licenciatura em Língua Portuguesa e Alemã e respectivas literaturas; Língua Portuguesa e Língua Espanhola e respectivas literaturas; Língua Portuguesa e Língua Francesa e respectivas literaturas; Língua Portuguesa e Língua Italiana e respectivas literaturas; Língua Portuguesa e respectivas literaturas; Língua Inglesa e Língua Alemã e respectivas literaturas; Língua Portuguesa e Línguas

Clássicas (Grego e Latim) e respectivas literaturas. Esses estudos iniciais foram desenvolvidos na perspectiva de cobertura do acervo do Sistema de Bibliotecas em relação às bibliografias básicas e a identificação de lacunas existentes nas coleções das bibliotecas da UFC.

As bibliografias básicas são fundamentais no processo de desenvolvimento de coleções, elas devem estar atualizadas e em consonância com a realidade das áreas de atuação dos cursos ofertados pela Universidade. Isso só acontece se tanto professores como bibliotecas interagirem entre si, conhecendo o acervo e seguindo o que determina o Ministério da Educação (MEC), com relação à adequação e atualização das ementas e programas das unidades de estudo.

Por entender a importância desses estudos para a racionalização do processo de aquisições de material bibliográfico, o Sistema de Bibliotecas da UFC, em 2012, foi retomando-os, porém, na perspectiva da Política de Desenvolvimento de Coleções para, pelo exposto no parágrafo acima, com a ponte entre o estudo das bibliografias básicas, a política de Desenvolvimento do Acervo e a avaliação dos cursos de graduação. É necessário se estudar o acervo de uma biblioteca visando concretizar ações que venham auxiliar os docentes quanto ao desenvolvimento do acervo da Instituição em face de uma possível avaliação das comissões do MEC, assim cumprindo o que as mesmas determinam.

Segundo Lubisco (2002), a política de atualização pretendida pelo MEC deveria estar alinhada a outros elementos importantes da política de desenvolvimento de coleções, como a quantidade de acervo, os tipos de material, idiomas, idade da coleção, entre outros. Os indicadores títulos de periódicos e títulos de livros e números de exemplares, compreensivelmente, despertaram significativo interesse dos docentes avaliadores e coordenadores de curso, só que de forma restrita à existência ou não dos títulos. No entanto, do ponto de vista da avaliação como subsídio ao planejamento, a expectativa é que outros aspectos fossem destacados, como a promoção das coleções (livros e periódicos); atualidade das bibliografias básicas (livros); situação das coleções de periódicos (pertinência, atualização, representatividade na área, lacunas, estudo de uso).

Martins e Bezerra (2007) estudaram o acervo do Sistema de Bibliotecas da UFC, mas precisamente, o Curso de Geografia, esse estudo originou todos os outros estudos. Nesse estudo, as autoras comparam a bibliografia básica do Curso de Geografia com o acervo existente. Na finalização do estudo, a conclusão foi que,

em termos qualitativos, o acervo do Sistema de Bibliotecas da UFC atende satisfatoriamente ao Curso de Geografia, mas, em termos quantitativos, não atende satisfatoriamente as exigências do MEC por não possuir número suficiente de exemplares para atender a demanda. As médias de cobertura da bibliografia básica nas 23 disciplinas analisadas ultrapassam a faixa de 50%, mas somente atingem a cobertura total em apenas 3 disciplinas.

Outro trabalho na Universidade Federal do Ceará é do mestre em políticas públicas e servidor lotado na Biblioteca de Ciências e Tecnologia da UFC, Raimundo Cezar Campos do Nascimento em 2009, intitulado: atualização das bibliografias básicas dos cursos da área da saúde: o caso da biblioteca de ciências da saúde. Nesse estudo, o autor conclui que não está havendo atualização das bibliografias básicas dos cursos de graduação a partir de sugestões dos professores das disciplinas ligadas aos cursos e sim de listas pré-existentes, por isso, encontram-se desatualizadas provenientes das coordenações dos cursos. Seu diferencial é que também utilizou como amostra 264 estudantes matriculados no primeiro semestre do ano de 2009 dos Cursos de Medicina, Odontologia, Enfermagem e Farmácia da UFC.

Observou o autor em seu estudo, que somente a Coordenação de Enfermagem tinha documentadas as bibliografias básicas de cada disciplina do curso. As coordenações dos Cursos de Medicina e Odontologia não tinham nenhum documento relacionando as disciplinas à suas respectivas bibliografias, enquanto a coordenação do Curso de Farmácia tinha apenas a última listagem de sugestões dos professores enviadas, à Biblioteca Universitária (BU) em 2008, para aquisição.

Como afirma Nascimento (2009), é necessária a comunicação entre as coordenações dos cursos e a biblioteca para a informação das bibliografias básicas de cada disciplina e de cada curso.

O estudo das bibliografias básicas do Curso de Engenharia Química foi desenvolvido pela bibliotecária Islânia da Silva (2010b) intitulado: Bibliografias básicas: uma proposta de instrumento para desenvolvimento de coleções. Dentre outras necessidades, ela relata a falta de parceria entre as coordenações dos cursos de graduação e as bibliotecas.

A referida monografia propunha verificar se o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará atendia à bibliografia básica do Curso de Engenharia

Química, conforme as exigências dos instrumentos de avaliação de cursos de graduação, propostos pelo MEC.

Ao analisar o acervo disciplina por disciplina, exemplar por exemplar, o estudo chegou a algumas considerações sobre a bibliografia do Curso de Engenharia Química, dentre as quais: existem títulos com poucos empréstimos e poucas reservas. Observamos que isso se pode dever ao fato deles estarem em língua estrangeira. Existem títulos que só tem dois exemplares em todo o Sistema, mas não constaram na lista de compras de 2009. Há títulos que não existem na Biblioteca de Ciências e Tecnologia, onde os alunos do curso são atendidos. A bibliografia consta apenas de uma indicação de título o que dificulta na avaliação do curso, já que o MEC exige, no mínimo, três livros na bibliografia básica. Há livros que estão na bibliografia básica do curso, mas que não constam para venda no mercado livreiro. Por último, algumas obras existentes na bibliografia básica, são desatualizadas em relação ao Sistema que possui edição mais atualizada.

Silva (2010b) escreve que, deve-se entender o processo de desenvolvimento de coleções como seletivo e dinâmico atendendo aos programas e às necessidades reais dos usuários e os bibliotecários têm um papel importante neste processo não podendo deixar a responsabilidade completamente nas “mãos dos departamentos”, mas trabalhando em parceria com professores. Sendo assim, Silva reitera o papel importante do estudo das bibliografias básicas pelo Sistema de Bibliotecas.

Como relata a autora na conclusão do seu estudo, um ponto importante a ser revisado pelos professores é a questão da atualização, do acervo da biblioteca, pois há vários títulos com edições mais atualizadas do que as solicitadas na bibliografia. Enfatizamos que o acervo atualizado é uma exigência do MEC. Outras questões a serem analisadas, segundo o estudo, são das bibliografias que não constam de indicações de livros ou que constam apenas de 01 ou 2 indicações, pois o MEC exige mínimo três livros por bibliografia básica. Deve-se também rever a questão dos livros de língua estrangeira, visto que os alunos de graduação têm dificuldades neste tipo de leitura, recomenda-se sempre dar opção a algum título em língua portuguesa. Os professores também deverão substituir, segundo o estudo, alguns títulos que constam nas bibliografias, mas que não constam mais no mercado livreiro e outros que já tiveram seus títulos substituídos.

Após a conclusão desse estudo da bibliografia básica do Curso de Engenharia Química, a autora fez outro estudo utilizando a bibliografia básica do Curso de Engenharia Elétrica. Ao finalizá-lo, a autora concluiu que, em termos qualitativos, o acervo do Sistema de Bibliotecas da UFC atende satisfatoriamente ao Curso de Engenharia Elétrica, mas, em termos quantitativos, deixa enorme lacuna por não possuir número suficiente de exemplares para atender a demanda. As médias de cobertura da bibliografia básica nas 63 disciplinas analisadas, 23 disciplinas ultrapassam a faixa de 50%, mas somente 19 disciplinas atingem a cobertura total.

A preocupação em atualizar o acervo das bibliotecas universitárias em todo o país, seguindo o padrão estabelecido pelo MEC, em relação à atualização das bibliografias básicas, já não é um fato novo.

Na mesma perspectiva, alguns autores no Brasil desenvolveram trabalhos sobre bibliografias básicas semelhantes aos trabalhos realizados na UFC.

Cassim *et al.* (2004), avaliaram a cobertura da bibliografia básica utilizada no curso de graduação em Engenharia de Produção Mecânica da Escola de Engenharia de São Carlos-USP, cujo objetivo era a avaliação crítica da situação do acervo no que se refere ao atendimento às indicações feitas nas bibliografias para um possível planejamento do desenvolvimento da coleção oferecida aos alunos e docentes do curso.

As autoras recomendam que a Biblioteca da Escola de Engenharia de São Carlos-USP continue este estudo, através da avaliação da bibliografia básica de todos os cursos oferecidos na Escola e que os docentes do curso de Engenharia de Produção Mecânica bem como dos demais cursos da Escola de Engenharia de São Carlos mantenham estreita relação de trabalho com a Biblioteca e vice-versa.

Assim como ocorre no Sistema de Bibliotecas da UFC, na Biblioteca da Escola de Engenharia de São Carlos-USP, a comunicação entre bibliotecas e cursos de graduação, também necessita de melhora.

Outro trabalho semelhante aos realizados no Sistema de Bibliotecas foi o da Universidade Federal do Mato Grosso, em Rondonópolis, nesse trabalho o autor estuda a bibliografia básica do Curso de História.

Segundo Gusmão *et al.* (2009, p. 308):

Na fundamentação teórica deste estudo, detectam-se algumas normas do MEC que exprimem a necessidade das bibliotecas universitárias possuírem uma coleção

bibliográfica que atenda a bibliografia mínima dos cursos, tanto de livros quanto de assinaturas correntes de periódicos especializados, bem como de recursos e meios informatizados. Considerando a situação do acervo disponível para o Curso de História, observa-se, infelizmente, a dissociação entre a teoria e a prática, em relação ao desenvolvimento das coleções bibliográficas das bibliotecas universitárias. Isto nos leva a refletir que é necessário que a comunidade acadêmico-científica, incluindo administradores, estudantes, professores e pesquisadores, reaja ante o descaso latente dispensado às Universidades Públicas, num sentido geral.

A conclusão de Gusmão *et al.* (2009) é que o resultado da pesquisa aponta como insatisfatória tanto a adequação qualitativa quanto a quantitativa do acervo da biblioteca universitária da UFMT em Rondonópolis.

4 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Não existe um método único que seja utilizado em todas as Ciências, mas uma variedade de métodos que devem ser escolhidos dentre o que melhor se adapte ao objeto investigado. Diferentes autores e estudiosos da área de metodologia científica concordam na afirmativa de que um método não excluiu o outro. Sistemáticamente, o pesquisador acaba por utilizar métodos combinados, em conformidade com seus objetivos.

4.1 Caracterização geral da pesquisa

Quanto à pesquisa em questão, do ponto de vista da sua natureza, podemos dizer que é uma pesquisa básica. Do ponto de vista da forma de abordagem do problema, é combinação de pesquisa qualitativa e quantitativa, mesmo não utilizando complexos métodos e técnicas estatísticas. Do ponto de vista de seus objetivos, é uma pesquisa descritiva, pois visa descrever as características dos cursos de graduação pesquisados; e, finalmente do ponto de vista dos procedimentos técnicos é uma combinação de pesquisas bibliográfica e documental, e estudo de caso múltiplo, com recurso a entrevistas e documentos. O estudo de caso é particularmente apropriado para pesquisadores individuais, pois dá oportunidade para que um aspecto de um problema seja estudado em profundidade, dentro de um período de tempo limitado.

Gil (2002) define o estudo de caso sendo uma modalidade de pesquisa que consiste em estudo aprofundado e exaustivo de um ou mais objetos permitindo um amplo e detalhado conhecimento.

Segundo Yin (2010) O estudo de caso surge do desejo de se compreender fenômenos sociais complexos, permitindo uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real.

O Método do Estudo de Caso obtém evidências a partir de seis fontes de dados: documentos, registros de arquivos, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos e cada uma delas requer habilidades específicas e procedimentos metodológicos específicos.

4.2 Âmbito da pesquisa

Este estudo envolveu uma análise de diagnóstico centrada nas Bibliografias Básicas dos cursos de graduação da UFC em relação a cobertura do acervo do Sistema de Bibliotecas da UFC, em que foi feita uma abordagem quantitativa, com recurso a entrevista estruturada e socorreu-se também de estudo de caso múltiplos, que teve como objeto cinco cursos de graduação da UFC, e uma análise comparativa das listas de compras de livros dos anos 2010/2012.

4.3 Os cursos de graduação pesquisados

Foram selecionados como objeto dessa pesquisa cinco cursos de graduação da Universidade Federal do Ceará, a saber: Geografia; Enfermagem; Engenharia Metalúrgica, Economia Doméstica e Direito. A pesquisa procurou conhecer a forma que é elaborada as listas de compras de livros pela coordenação dos cursos pesquisados, levando-se em conta à cobertura da bibliografia básica em relação ao acervo do Sistema de Bibliotecas da UFC e sua importância enquanto critério de avaliação do MEC.

Para identificar os cursos de graduação que deveriam fazer parte da pesquisa, utilizamos alguns critérios, sendo eles: cursos ministrados nos Campi de Fortaleza; cursos pertencentes a unidades acadêmicas diferentes; cursos criados em décadas diferentes, pois refletiriam melhor realidades distintas de cada um; outro fator que determinou a escolha dos cinco cursos citados, foi a disponibilidade nas *home pages* dos cursos, de informações necessárias para a realização dessa pesquisa, tais como: Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), Grade Curricular e Ementas das disciplinas com suas respectivas bibliografias básicas.

4.4 Os sujeitos da pesquisa

Foram ainda inseridos como objeto da pesquisa, os coordenadores dos cinco cursos citados anteriormente, bem como 10 usuários do Sistema de Bibliotecas da UFC, alunos dos cursos pesquisados. A escolha dos alunos deu-se de forma aleatória à época da IV Feira das Profissões da UFC nos dias 24, 25 e 26 de Outubro de 2012 e à medida que os mesmos utilizavam os serviços e/ou os

recursos das Bibliotecas. 15 entrevistados constituíram o total do universo pesquisado.

4.5 Instrumentos de coleta de dados

Depois de identificado o objeto de estudo, ou seja: “Cobertura do acervo do Sistema de Bibliotecas da UFC: Importância para a avaliação do MEC”; foi feito um levantamento para identificar documentos relevantes, que pudessem dar a fundamentação teórica para a pesquisa, sendo essa a primeira técnica de coleta de dados. Dentre estes documentos, podemos citar artigos de periódicos, teses, dissertações e livros, além da *home page* do Instituto Nacional de Estudos Anísio Teixeira (INEP) e do Ministério da Educação (MEC).

As grades curriculares dos cursos de graduação pesquisados; as ementas dos cursos de graduação contendo as bibliografias básicas foram outros importantes instrumentos de coleta de dados, bem como as listas de compras de livros, enviadas pelas coordenações dos cursos pesquisados, nos anos de 2010, 2011 e 2012, e finalmente os relatórios emitidos pelo Sistema Pergamum, no módulo Plano de Ensino, que informaram à cobertura do acervo do Sistema de Bibliotecas da UFC, em relação às bibliografias básicas.

Por meio das grades curriculares, deu-se a compreensão da estrutura curricular dos cursos pesquisados com todas as disciplinas distribuídas por semestre. Da mesma forma, o acesso às ementas das disciplinas facilitou conhecer os títulos dos livros adotados como bibliografia básica pelos cursos de graduação pesquisados. Os relatórios do Plano de Ensino obtidos no Pergamum refletiram um espelho das grades curriculares e da cobertura das bibliografias básicas pelo acervo do Sistema de Bibliotecas da UFC. A junção desses dados, confrontados com a lista de compras de livros nos anos de 2010/2012, resultou em suporte de análise que fundamentou o objeto de estudo em pauta.

As informações foram apreendidas pelo seguinte instrumento e procedimento: entrevista estruturada com os coordenadores dos cursos de graduação e usuários do Sistema de Bibliotecas da UFC. O foco das entrevistas realizadas junto aos coordenadores foi no sentido de conhecer os critérios adotados pelos mesmos, na elaboração das listas de compras de livros. Aos usuários, o ponto focado foi em relação à utilização pelos professores, dos livros indicados na

bibliografia básica, bem como a existência destes no Sistema de Bibliotecas da UFC.

4.5.1 Entrevista estruturada

A preferência por este instrumento de coleta de dados foi baseada na teoria de Lakatos e Marconi (2008) que afirmam que a entrevista tem como finalidade obter informações a respeito de um determinado assunto, se concretiza em uma conversa profissional entre duas pessoas. Foi escolhido dentre os tipos existentes de entrevista, a estruturada, foi adotado um modelo único de entrevista, pois facilitaria a comparação entre as questões respondidas de todos os 05 entrevistados.

Basicamente, o foco da entrevista aos coordenadores foi a fim de conhecer os critérios adotados pelos mesmos na elaboração das listas de compras de livros, divididos em quatro pontos relevantes: o primeiro deles era a própria elaboração da lista; o segundo ponto procurou saber porque os livros que constavam na lista de compra não eram os mesmos títulos indicados na bibliografia básica; o terceiro ponto tratou da importância da Biblioteca no processo de avaliação dos cursos de graduação pelo MEC; o último ponto procurou esclarecer os procedimentos realizados no processo de compras de livros pela UFC.

As entrevistas junto aos coordenadores aconteceram seguindo o calendário abaixo listado, a indicação das datas foram baseadas conforme as conveniências e disponibilidades dos mesmos:

- a) Curso de Geografia – entrevista realizada dia 3 de Setembro de 2012.
A entrevista aconteceu na Coordenação do Curso de Geografia da UFC.
- b) Curso de Engenharia Metalúrgica – entrevista realizada dia 8 de Outubro de 2012, na Divisão de Desenvolvimento do Acervo da do Sistema de Bibliotecas da UFC.
- c) Curso de Enfermagem – entrevista realizada dia 29 de Outubro de 2012, na Coordenação do Curso de Enfermagem da UFC.
- d) Curso de Economia Doméstica – entrevista realizada dia 5 de Novembro de 2012, na Coordenação do Curso de Economia Doméstica da UFC.

e) Curso de Direito – entrevista realizada no dia 03 de setembro de 2012, na Coordenação do Curso de Direito da UFC.

Em relação à entrevista dos alunos, os pontos levantados foram a satisfação dele como usuário em relação à cobertura da bibliografia básica pelo Sistema de Bibliotecas, se os professores adotam a bibliografia básica e quais os outros métodos didáticos que são utilizados nos cursos pesquisados, no lugar da bibliografia básica.

Os alunos foram entrevistados à época da IV Feira das Profissões da UFC nos dias 24, 25 e 26 de Outubro de 2012 e à medida que os mesmos utilizavam os serviços e/ou os recursos das Bibliotecas, nesse mesmo período.

5 CURSOS UTILIZADOS COMO OBJETO DE ESTUDO

Utilizamos como objeto de estudo os cursos de Geografia, Economia Doméstica, Engenharia Metalúrgica, Enfermagem e Direito.

5.1 Curso de Geografia

O Curso de Geografia foi criado pela Lei Federal nº 3866 datada em 25 de janeiro de 1961, e faz parte do Centro de Ciências da Universidade Federal do Ceará. Desde sua criação, tem prestado significativa contribuição ao desenvolvimento dos cearenses, com a formação de pessoal especializado em diversas áreas. O referido Curso mantém cursos regulares de Licenciatura e Bacharelado.

Em 1995, foi implantado o Curso de Mestrado em "Desenvolvimento e Meio Ambiente" em conjunto com os Departamentos de Biologia, Economia Agrícola e Geologia. Em 2005, iniciou mais um curso de pós-graduação, o Curso de Mestrado em Geografia, em 2009, o Doutorado em Geografia. O Departamento de Geografia é órgão de articulação didática, técnico-científica e de extensão, atuando na graduação e pós-graduação *strictu sensu* Mestrado e Doutorado em Geografia, Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA).

O Curso de Geografia tanto na modalidade bacharelado, como na modalidade licenciatura tem seu Projeto Político Pedagógico (PPP), datado no ano de 2004. O Curso de Geografia foi avaliado por meio do ciclo avaliativo ENADE em 2011 obtendo nota EPC-05. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2012g).

5.2 Curso de Economia Doméstica

O Curso de Economia Doméstica é vinculado ao Departamento de Economia Doméstica que por sua vez está ligado ao Centro de Ciências Agrárias (CCA) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Congrega as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Conta com três núcleos: Núcleo de Desenvolvimento da Criança (NDC), Núcleo de Educação do Consumidor e Administração Familiar (EDUCON) e o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Idade e Família (NEGIF) que desenvolvem atividades de pesquisa, extensão e ensino.

O Curso de Graduação em Economia Doméstica (CED), na Universidade Federal do Ceará foi criado, devido aos esforços impetrados em conjunto da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR-CE), pelo Movimento Pró-Educação Familiar e pelo então Reitor da UFC Professor Antônio Martins Filho. O marco dessa criação foi o trabalho pioneiro da orientadora de programas de Economia Doméstica da ANCAR-CE, professora Maria Gonçalves da Rocha Leal, a determinação do Reitor Martins Filho de incluir Economia Doméstica entre os cursos ofertados pela UFC e o apoio de um convênio estabelecido entre a Universidade do Arizona, nos Estados Unidos da América (USA) e a UFC.

Em 1964 quatro jovens cearenses, Maria Stella Amaral, Maria Iracema de Sá, Vera Maria Ferreira Lima e Fátima Lima Sampaio viajaram para a Universidade do Arizona, nos Estados Unidos, onde obtiveram em 1966, o diploma de Bacharel em Ciências Domésticas. Em 1967 três delas, Maria Stella, Maria Iracema e Fátima Sampaio foram contratados pela UFC como professoras do Departamento de Economia Agrícola para implantarem o Curso de Economia Doméstica da UFC.

Apesar de todos os esforços por parte da equipe encarregada de alavancar sua criação, a burocracia devido à reforma universitária atrasou a criação do Curso de Graduação em Economia Doméstica e houve um longo espaço de tempo entre a aprovação pelo Conselho Universitário do anteprojeto para a criação do curso, ocorrida em fevereiro de 1970. A autorização para o funcionamento do mesmo só foi formalizada na sessão de 04 de fevereiro de 1972, pelo referido Conselho. Mas somente 19 anos depois é que o Curso de Graduação em Economia Doméstica foi reconhecido, através do Decreto Federal S/N, de 25 de abril de 1991 e sua publicação no Diário Oficial da União foi em 26 de abril de 1991 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2012d).

5.3 Curso de Engenharia Metalúrgica

O Curso de Graduação em Engenharia Metalúrgica do Centro de Tecnologia da UFC foi criado em 2 de setembro de 2005, através da Resolução do CONSUNI/UFC nº 06 tendo sua primeira turma iniciada em março de 2006 e formada em dezembro de 2010. O Curso de Engenharia Metalúrgica pertence ao Departamento de Engenharia Metalúrgica e de Materiais, e também oferece Cursos de Mestrado e Doutorado em Engenharia e Ciência de Materiais. Mantém convênios

com importantes indústrias siderúrgicas, como CSN e Gerdau, e intercâmbio com universidades conceituadas, como a Universidade Federal do Rio de Janeiro e Université Libre de Bruxelles, onde seus alunos podem realizar estágios e cursos.

O Engenheiro Metalurgista é responsável pelo beneficiamento de minérios, por sua transformação em metais e ligas metálicas e suas aplicações na indústria. Ele atua em todo o processo, desde a extração, o refino e a conformação até a obtenção de ligas metálicas para os mais diversos usos industriais, desde a confecção de chapas e vigas para a construção civil até a produção de latas de refrigerante, implantes ortopédicos e trens de pouso de aviões. Com profundo conhecimento dos metais e de suas propriedades, ele também combina metais com outros materiais, como vidro, plástico ou cerâmica, criando compostos com novas propriedades. Presente em diversos segmentos industriais, esse profissional é indispensável nas indústrias de base e no setor metalúrgico.

Apenas 11 instituições de ensino superior (IES) oferecem o Curso de Engenharia Metalúrgica no Brasil. O Curso de Engenharia Metalúrgica da Universidade Federal do Ceará é o único fora das regiões Sul (2 IES) e Sudeste (10 IES). Seu Projeto Político Pedagógico (PPP) foi elaborado em 2005 com algumas alterações em 2006 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2012f).

5.4 Curso de Enfermagem

O Curso de Enfermagem da UFC iniciou suas atividades em 1º de março de 1976. Em dezembro de 1978, o currículo pleno do curso foi aprovado pelo CEPE/UFC (Anexo 53), sendo encaminhado para o Conselho Federal de Educação sob a forma do processo nº. 7.727/78, de 8 dezembro de 1978.

Foi reconhecido pelo MEC por meio da Portaria nº. 1.069, de 29 de outubro de 1979, publicada no Diário Oficial da União de 30 de outubro de 1979. Ao término da 1ª turma de graduados, o curso contava com 20 docentes. Em 1980, inicia-se o projeto de construção da sede própria do curso, concluída em 1986.

Nesses 32 anos de funcionamento, o Curso de Enfermagem cresceu quantitativamente e qualitativamente. Hoje conta com um Programa de Pós-Graduação *lato sensu e stricto sensu*, a saber: um curso de mestrado e um de doutorado, dois cursos de especialização, sendo um multiprofissional em saúde da família, com uma abordagem na cultura local, e o outro em neonatologia, voltado

para enfermeiros, totalizando um corpo discente de aproximadamente 500 alunos, entre graduação e pós-graduação.

Em 2012, o quantitativo docente é de 23 professores efetivos, entre doutores e mestres. O curso conta ainda com professores substitutos que auxiliam na graduação, especificamente na função de ensino.

A Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem (FFOE) foi criada em 1997, com a finalidade de promover a formação de profissionais farmacêuticos, dentistas e enfermeiros capazes de exercer suas atividades inerentes a cada um no âmbito dos distintos níveis de complexidade de atenção à saúde.

A FFOE desenvolve ações de assistência à população através de convênios com as Secretarias de Saúde da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) e do Estado do Ceará, bem como com o Ministério da Saúde, integrando-se à rede de serviços. Dispõe, ainda, de uma Farmácia Escola, um Laboratório de Análises Clínicas e Toxicológicas, um Centro de Desenvolvimento e Ensaios Farmacêuticos - CEDEFAR, um Grupo de Prevenção ao Uso Indevido de Medicamentos – CGPUIM e uma Clínica Integrada com uma unidade de urgência odontológica 24 horas.

O Curso de Enfermagem tem seu Projeto Político Pedagógico (PPP) datado em dezembro de 2004 e o seu adendo é de 08 de maio de 2006 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2012e).

5.5 Curso de Direito

Criada em 21 de fevereiro de 1903, por força da Lei Estadual Nº 717, a Faculdade Livre de Direito do Ceará foi a primeira instituição de ensino superior do Estado. O curso começou a funcionar no andar superior do antigo prédio da Assembleia Legislativa, hoje Museu do Ceará, situado na Praça dos Leões. O prédio onde atualmente está localizada a Faculdade, situado à Rua Meton de Alencar, de frente para a Praça Clóvis Beviláqua, foi inaugurado em 12 de março de 1938. Em 12 de maio de 1938, o curso foi oficialmente reconhecido pelo Governo Federal através do Decreto-Lei Nº 421 de 12 de maio de 1938. Em dezembro 1954, por força da Lei Federal Nº 2.373, a Faculdade de Direito foi reunida com a Escola de Agronomia, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Farmácia e Odontologia com a finalidade de instituir a Universidade Federal do Ceará (UFC).

Atualmente, o Curso de Direito da UFC apresenta a seguinte missão: Desenvolver o potencial humano pleno dos futuros bacharéis em Direito, formando-os com uma visão atualizada e crítica do mundo e, em particular, dando-lhes uma consciência planetária dos problemas locais e nacionais através de abordagem interdisciplinar e transdisciplinar do Direito, sem descuidar a competência técnico-jurídica necessária para a busca de soluções comprometidas com a ética e a justiça social através da preservação e efetivação dos direitos humanos e fundamentais. (UFC).

O Curso de Direito tem seu Projeto Político Pedagógico (PPP) datado em dezembro de 2007 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2012h).

6 A BIBLIOGRAFIA BÁSICA DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO E A COBERTURA DO ACERVO DAS BIBLIOTECAS DA UFC

O Sistema de Bibliotecas da UFC vem realizando desde 2007, estudos das bibliografias básicas por cursos de graduação, com o objetivo de analisar e avaliar a cobertura do acervo das bibliotecas em relação a essas bibliografias básicas. Além da cobertura, esses estudos identificam se a quantidade de exemplares existentes nas bibliotecas é suficiente para receber a demanda segundo as exigências do MEC, no processo de avaliação das IES.

O Pergamum (Sistema Integrado de Bibliotecas) é um *software* de gerenciamento de bibliotecas responsável pela automação do acervo e dos serviços do Sistema de Bibliotecas da UFC. Dentre as funções gerenciais de uma biblioteca, o PERGAMUM contempla as seguintes estruturas: Aquisição; Catalogação; Usuários; Circulação de Materiais; Parâmetros; Consulta; Relatórios e Diversos.

Uma das funcionalidades do módulo USUÁRIOS é criar um Plano de Ensino por Unidade Organizacional (UO), cujo objetivo é agrupar o acervo do Sistema de Bibliotecas por UO. O Plano de Ensino cria a grade curricular dos cursos de graduação, onde é possível vincular o acervo a uma disciplina específica. Um diferencial apresentado pelo *software* Pergamum que merece destaque, é a parametrização de dados. O Plano de Ensino segue os mesmos critérios do MEC, no item distribuição de exemplares por número de alunos. Essa funcionalidade está sendo utilizada desde março de 2012 pelo Sistema de Bibliotecas da UFC, para a análise e avaliação do acervo das bibliotecas em relação à cobertura das bibliografias básicas indicadas nos cursos de graduação da Universidade.

Um dos produtos ofertados pelo Pergamum após a criação do Plano de Ensino são os relatórios, nos quais é possível visualizar o plano de ensino das disciplinas, bem como o acervo correspondente existente por biblioteca, conforme ilustrado na Figura 1 abaixo. Esses relatórios foram ferramentas importantes de suporte para essa pesquisa, à medida que possibilitou conhecer a cobertura do acervo do Sistema de Bibliotecas em relação às bibliografias básicas.

Figura 1 – Relatório do Pergamum por Unidade Organizacional

	Universidade Federal do Ceará - Biblioteca Universitária Pergamum - Sistema Integrado de Bibliotecas	Pág.: 1 27/03/2013 08:39:39		
	RELATÓRIO DE PLANO DE ENSINO Por programa de ensino, biblioteca e disciplina (conceitos) Período : 01/01/1990 a 27/03/2013 Ano: Todos - Período: Todos - Semestre: Todos Situação acervo : 0 - Normal Situação exemplar : 0 - Normal Tipo de Avaliação: 1 - Autorização			
U.O.: 35 - CURSO DE GEOGRAFIA - LICENCIATURA				
Programa : Ano: 2011 Semestre: 1 Período: 0				
Biblioteca: 3 - Ciências e Tecnologia				
Disciplina: CARTOGRAFIA Básica		Alunos matriculados: 55		
	Qtde. Exemplar Total	Qtde. Exemplar Plano	Percentual Exemplares por Aluno	Conceito
FITZ, Paulo Roberto. Cartografia básica. Nova edição. São Paulo, SP: Oficina de Textos, 2008. 143 p. ISBN 9788586238765. Classificação : 526 F579c (BCT) Ac.116666	19	6	10,91%	3
LIBAULT, André. Geocartografia. São Paulo: Nacional: Editora da Universidade de São Paulo, 1975. 388 p. (Biblioteca universitária. Série 6 : Geografia e história ;1) ISBN (broch.) Classificação : 526 L664g (BCT) Ac.72428	2	6	10,91%	3
Fonte: Pergamum (2012).				

6.1 A bibliografia básica do Curso de Geografia

As bibliografias básicas do Curso de Geografia, atualmente disponíveis como correntes, são as mesmas que compuseram o Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso em 2004, fazendo parte das ementas das disciplinas, a partir do semestre 2005/1.

Segundo informação disponibilizada na *home page*³ do curso, para a modalidade licenciatura, o curso de Geografia oferece 39 disciplinas obrigatórias, distribuídas em 8 semestres. O curso também oferece disciplinas optativas que não fizeram parte dessa pesquisa.

Para uma melhor compreensão em relação às atualizações dos títulos indicados na Bibliografia Básica do curso, a quantidade de título está agrupada por data de publicação, obtendo o seguinte resultado:

- 1 Título antes de 1900
- 8 Títulos sem data
- 8 Títulos da década de 60
- 14 Títulos da década de 70
- 50 Títulos da década de 80

³ http://www.geografia.ufc.br/porta1/index.php?option=com_content&view=article&id=56&Itemid=86.

- 101 Títulos da década de 90
- 94 Títulos da 1ª década de 2000

6.1.1 Cobertura da bibliografia básica do Curso de Geografia no acervo do Sistema de Bibliotecas da UFC

As 39 disciplinas obrigatórias ofertadas na matriz curricular do Curso de Geografia, na modalidade licenciatura, adotam como bibliografia básica, um total de 276 títulos, dos quais, o Sistema de Bibliotecas da UFC, disponibiliza 131 títulos conforme demonstrado no Quadro 1 abaixo:

Quadro 1 – Demonstrativo das Bibliografias Básicas em relação ao acervo do Sistema de Bibliotecas

Semestre	Disciplinas ofertadas⁴	Títulos indicados nas bibliografias básicas	Títulos existentes no acervo da biblioteca⁵	% Cobertura das bibliografias básicas por semestre
1	5	27	13	48,14%
2	6	19	7	36,84%
3	5	30	13	43,33%
4	6	47	22	46,80%
5	5	55	29	52,72%
6	6	47	20	42,55%
7	4	36	20	55,55%
8	2	15	7	46,66%
TOTAL	39	276	131	47,46%

Fonte: Ementas das disciplinas e Relatório do Sistema Pergamum.

Conforme demonstrado no quadro acima, em termos absolutos, o acervo da Biblioteca de Ciências e Tecnologia, atende 47,46% de cobertura da Bibliografia Básica. Esta percentagem baseia-se apenas na existência ou não do título indicado na Bibliografia Básica, desconsiderando-se o número de exemplares por títulos. Dessa forma, o semestre que possui a maior cobertura do acervo em relação à bibliografia básica é o VII semestre, na mesma proporção inversa, o de menor cobertura é o semestre II.

⁴ Para efeito desse estudo, somente foram consideradas as disciplinas obrigatórias.

⁵ Para efeito dessa análise, somente será considerado o acervo da biblioteca depositária do Curso de Geografia, que é Biblioteca de Ciências e Tecnologia – BCT.

6.2 A bibliografia básica do Curso de Economia Doméstica

As bibliografias básicas do Curso de Economia Doméstica, atualmente disponíveis como correntes, foram disponibilizadas pela coordenação do curso para essa pesquisa, o Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso estava sendo elaborado em 2012 à época do estudo.

Segundo informação cedida pelo curso de Economia Doméstica, são ofertadas 27 disciplinas obrigatórias, distribuídas em 8 semestres. O curso também oferece disciplinas optativas que não fizeram parte dessa pesquisa.

Para uma melhor compreensão em relação às atualizações dos títulos indicados na Bibliografia Básica do curso, a quantidade de título está agrupada por data de publicação, obtendo o seguinte resultado:

- 11 Títulos sem data
- 1 Título da década de 60
- 19 Títulos da década de 70
- 41 Títulos da década de 80
- 43 Títulos da década de 90
- 95 Títulos da 1ª década de 2000

6.2.1 Cobertura da bibliografia básica do Curso de Economia Doméstica no acervo do Sistema de Bibliotecas da UFC

As 27 disciplinas obrigatórias ofertadas na matriz curricular do Curso de Economia Doméstica adotam como bibliografia básica, um total de 210 títulos, dos quais, o Sistema de Bibliotecas da UFC, disponibiliza 113 títulos conforme demonstrado no Quadro 2:

Quadro 2 – Demonstrativo das Bibliografias Básicas em relação ao acervo do Sistema de Bibliotecas

Semestre	Disciplinas ofertadas ⁶	Títulos indicados nas bibliografias básicas	Títulos existentes no acervo da biblioteca ⁷	% Cobertura das bibliografias básicas por semestre
1	4	3	-	0%
2	4	-	-	0%
3	4	58	10	17,24%
4	5	26	19	73,07%
5	2	20	12	60%
6	5	81	7	8,64%
7	2	21	3	14,28%
8	1	-	62	-
TOTAL	27	210	113	53,80%

Fonte: Ementas das disciplinas e Relatório do Sistema Pergamum.

Conforme demonstrado no quadro acima, em termos absolutos, o acervo da Biblioteca de Ciências e Tecnologia, atende 53,80% de cobertura da Bibliografia Básica. Esta percentagem baseia-se apenas na existência ou não do título indicado na Bibliografia Básica, desconsiderando-se o número de exemplares por títulos. Dessa forma, o semestre que possui a maior cobertura do acervo em relação à bibliografia básica é o IV semestre, na mesma proporção inversa, o de menor cobertura é o semestre I e II.

As bibliografias básicas das disciplinas do II e do VIII semestre não foram mensuradas, pois não foram disponibilizadas pelo curso.

6.3 A bibliografia básica do Curso de Engenharia Metalúrgica

As bibliografias básicas do Curso de Engenharia Metalúrgica, atualmente disponíveis como correntes, são as mesmas que compuseram o Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso em 2005, porém, o PPP do Curso de Engenharia Metalúrgica passou por algumas alterações em 2006.

Segundo informação disponibilizada em sua *home page* (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2012f), o curso de Engenharia Metalúrgica oferece 54 disciplinas obrigatórias, distribuídas em 10 semestres, em seu PPP os semestres

⁶ Para efeito desse estudo, somente foram consideradas as disciplinas obrigatórias.

⁷ Para efeito dessa análise, somente será considerado o acervo da biblioteca depositária do Curso de Economia Doméstica, que é Biblioteca de Ciências e Tecnologia – BCT.

são agrupados em dois, perfazendo 5 períodos anuais. O curso também oferece disciplinas optativas que não fizeram parte dessa pesquisa.

Para uma melhor compreensão em relação às atualizações dos títulos indicados na Bibliografia Básica do curso, a quantidade de título está agrupada por data de publicação, obtendo o seguinte resultado:

- 45 Títulos sem data
- 3 Títulos da década de 60
- 10 Títulos da década de 70
- 22 Títulos da década de 80
- 68 Títulos da década de 90
- 45 Títulos da 1ª década de 2000

6.3.1 Cobertura da bibliografia básica do Curso de Engenharia Metalúrgica no acervo do Sistema de Bibliotecas da UFC

As 54 disciplinas obrigatórias ofertadas na matriz curricular do Curso de Engenharia Metalúrgica adotam como bibliografia básica, um total de 193 títulos, dos quais, o Sistema de Bibliotecas da UFC disponibiliza 66 títulos conforme demonstrado no Quadro 3, abaixo:

Quadro 3 – Demonstrativo das Bibliografias Básicas em relação ao acervo do Sistema de Bibliotecas

Semestre	Anual	Disciplinas ofertadas ⁸	Títulos indicados nas bibliografias básicas/ano	Títulos existentes no acervo da biblioteca ⁹	% Cobertura das bibliografias básicas por semestre
1	1ª ano	6	50	16	32%
2		3			
3	2ª ano	5	30	21	70%
4		6			
5	3ª ano	6	47	17	36,17%
6		6			
7	4ª ano	6	42	11	26,19%
8		6			
9	5ª ano	1	24	1	4,16%
10		5			
TOTAL		54	193	66	34,19%

Fonte: Pergamum (2012).

⁸ Para efeito desse estudo, somente foram consideradas as disciplinas obrigatórias.

⁹ Para efeito dessa análise, somente será considerado o acervo da biblioteca depositária do Curso de Engenharia Metalúrgica, que é Biblioteca de Ciências e Tecnologia – BCT.

Conforme demonstrado no quadro acima, em termos absolutos, o acervo da Biblioteca de Ciências e Tecnologia, atende 34,19% de cobertura da Bibliografia Básica. Esta percentagem baseia-se apenas na existência ou não do título indicado na Bibliografia Básica, desconsiderando-se o número de exemplares por títulos. Dessa forma, o semestre que possui a maior cobertura do acervo em relação à bibliografia básica é o III e IV semestre, que correspondem ao 2º ano, na mesma proporção inversa, o de menor cobertura é o semestre IX e X, que correspondem ao 5º ano do curso.

6.4 A bibliografia básica do Curso de Enfermagem

As bibliografias básicas do Curso de Enfermagem, atualmente disponíveis como correntes, são as mesmas que compuseram o Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso em 2004. O Curso de Enfermagem tem seu Projeto Político Pedagógico (PPP) datado em dezembro de 2004, porém apresenta um adendo em de 08 de maio de 2006.

Segundo informação disponibilizada na *home page* do curso (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2012e), curso de Enfermagem oferece 38 disciplinas obrigatórias, distribuídas em 9 semestres. O curso também oferece disciplinas optativas que não fizeram parte dessa pesquisa.

Para uma melhor compreensão em relação às atualizações dos títulos indicados na Bibliografia Básica do curso, a quantidade de título está agrupada por data de publicação, obtendo o seguinte resultado:

- 6 Títulos sem data
- 2 Títulos da década de 70
- 7 Títulos da década de 80
- 65 Títulos da década de 90
- 122 Títulos da 1ª década de 2000

6.4.1 Cobertura da bibliografia básica do Curso de Enfermagem no acervo do Sistema de Bibliotecas da UFC

As 37 disciplinas obrigatórias ofertadas na matriz curricular do Curso de Enfermagem adotam como bibliografia básica, um total de 202 títulos, dos quais, o Sistema de Bibliotecas da UFC, disponibiliza 115 títulos conforme demonstrado no Quadro 4 abaixo:

Quadro 4 – Demonstrativo das Bibliografias Básicas em relação ao acervo do Sistema de Bibliotecas

Semestre	Disciplinas ofertadas ¹⁰	Títulos indicados nas bibliografias básicas	Títulos existentes no acervo da biblioteca ¹¹	% Cobertura das bibliografias básicas por semestre
1	5	16	12	75%
2	6	24	-	0%
3	6	9	-	0%
4	6	11	10	90,90%
5	3	29	11	37,93%
6	2	47	33	70,21%
7	2	44	35	79,54%
8	3	8	5	62,5%
9	4	14	9	64,28%
TOTAL	37	202	115	56,93%

Fonte: Ementas das disciplinas e Relatório do Sistema Pergamum

Conforme demonstrado no quadro acima, em termos absolutos, o acervo da Biblioteca de Ciências da Saúde, atende 56,93% de cobertura da Bibliografia Básica. Esta percentagem baseia-se apenas na existência ou não do título indicado na Bibliografia Básica, desconsiderando-se o número de exemplares por títulos. Dessa forma, o semestre que possui a maior cobertura do acervo em relação à bibliografia básica é o IV semestre, na mesma proporção inversa, os semestres II e III, são os de menor cobertura.

¹⁰Para efeito desse estudo, somente foram consideradas as disciplinas obrigatórias.

¹¹Para efeito dessa análise, somente será considerado o acervo da biblioteca depositária do Curso de Enfermagem, que é Biblioteca de Ciências da Saúde – BCS.

6.5 A bibliografia básica do Curso de Direito

As bibliografias básicas do Curso de Direito, atualmente disponíveis como correntes, são as mesmas que compuseram o Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso em 2007.

Segundo informação disponibilizada na *home page* do curso (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2012h), o curso de Direito oferece 43 disciplinas obrigatórias, distribuídas em 9 semestres. O curso também oferece disciplinas optativas que não fizeram parte dessa pesquisa.

Para uma melhor compreensão em relação às atualizações dos títulos indicados na Bibliografia Básica do curso, a quantidade de título está agrupada por data de publicação, obtendo o seguinte resultado:

- 70 Títulos sem data
- 10 Títulos antes de 1900
- 3 Títulos da década de 10
- 2 Títulos da década de 20
- 3 Títulos da década de 30
- 3 Títulos da década de 40
- 7 Títulos da década de 60
- 17 Títulos da década de 70
- 14 Títulos da década de 80
- 58 Títulos da década de 90
- 191 Títulos da 1ª década de 2000

6.5.1 Cobertura da bibliografia básica do Curso de Direito no acervo do Sistema de Bibliotecas da UFC

As 43 disciplinas obrigatórias ofertadas na matriz curricular do Curso de Direito adotam como bibliografia básica, um total de 378 títulos, dos quais, o Sistema de Bibliotecas da UFC, disponibiliza 260 títulos conforme demonstrado no Quadro 5 abaixo:

Quadro 5 – Demonstrativo das Bibliografias Básicas em relação ao acervo do Sistema de Bibliotecas

Semestre	Disciplinas ofertadas ¹²	Títulos indicados nas bibliografias básicas	Títulos existentes no acervo da biblioteca ¹³	% Cobertura das bibliografias básicas por semestre
1	7	55	25	45,45%
2	5	35	33	94,28%
3	4	32	31	96,87%
4	5	92	53	57,60%
5	5	34	27	79,41%
6	5	40	25	62,5%
7	5	35	29	82,85%
8	5	45	30	66,66%
9	2	10	7	70%
TOTAL	43	378	260	68,78%

Fonte: Pergamum (2012).

Conforme demonstrado no quadro acima, em termos absolutos, o acervo da Biblioteca da Faculdade de Direito, atende 68,78% de cobertura da Bibliografia Básica. Essa percentagem baseia-se apenas na existência ou não do título indicado na Bibliografia Básica, desconsiderando-se o número de exemplares por títulos. Dessa forma, o semestre que possui a maior cobertura do acervo em relação à bibliografia básica é o III semestre, na mesma proporção inversa, o de menor cobertura é o I semestre.

6.6 Comparativo de cobertura das bibliografias básicas de todos os cursos pesquisados

Observando o resultado apresentado em relação à cobertura das bibliografias básicas e comparando o resultado de todos eles, constata-se que nenhum dles atingiu 70%. Porém, o que obteve o melhor resultado foi o Curso de Direito, com 68,78%.

Os resultados são desiguais, a diferença percentual entre o curso que apresentou melhor resultado (Direito) e o de pior resultado (Engenharia Metalúrgica), corresponde a mais de 50%.

¹²Para efeito desse estudo, somente foram consideradas as disciplinas obrigatórias.

¹³Para efeito dessa análise, somente será considerado o acervo da biblioteca depositária do Curso de Direito, que é a Biblioteca da Faculdade de Direito – BFD.

Quadro 6 – Comparativo da Cobertura das Bibliografias Básicas entre os Cursos Pesquisados

Curso	Disciplinas ofertadas	Títulos indicados nas bibliografias básicas	Títulos existentes no acervo da biblioteca	% Cobertura das bibliografias básicas
Geografia	39	276	131	47,45%
Economia Doméstica	27	210	113	53,80%
Engenharia Metalúrgica	54	193	66	34,19%
Enfermagem	37	202	115	56,95%
Direito	43	378	260	68,78%

Fonte: Ementas das disciplinas e Relatório do Sistema Pergamum.

Grande parte da disparidade mostrada no quadro 6, em relação a cobertura das bibliografias básicas dos pesquisados, é resultado da falta de uso das bibliografias básicas adotadas para a disciplina por parte dos docentes, outro fator é o envio para compra de quantidades ínfimas destas bibliografia.

Esse quadro tenderá a se modificar nos próximos anos, com a adoção de estratégias de cobertura do acervo por parte do Sistema de Bibliotecas e de uma participação enérgica da Pró-Reitoria de Graduação em relação às avaliações dos Cursos de Graduação.

7 LISTAGEM DE COMPRAS DE LIVROS E AS BIBLIOGRAFIAS BÁSICAS

A aquisição de material bibliográfico para compor o acervo do Sistema de Bibliotecas da UFC se inicia com a divulgação do Edital de Convocação do Programa Especial de Atualização dos Acervos de Bibliotecas e convida as Coordenações de Cursos de Graduação para apresentarem suas propostas nas condições e no prazo previsto no Edital (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2013).

As propostas enviadas pelas Coordenações de Cursos de Graduação obedecem ao padrão determinado por meio de Edital elaborado pelo Sistema de Bibliotecas. O Edital apresenta as especificações a serem adotadas pelas Coordenações dos Cursos de Graduação, para elaboração das listas de compra. Deverão vir em planilha feita no Programa Excel, a planilha Excel apresenta funcionalidades que facilitam o manuseio de grandes quantidades de dados, por esse motivo é adotada como padrão na confecção das listas. As informações que compõe as listas são: nome do autor da obra, título, ISBN, edição, ano, áreas do conhecimento, disciplina e biblioteca, bem como o valor atualizado em reais do exemplar.

Cada Curso de Graduação da UFC poderá participar como proponente de apenas uma proposta. Cada proposta deverá apresentar lista de até 100(cem) títulos em ordem de prioridade, sendo 80(oitenta) nacionais e 20(vinte) estrangeiros, no caso de títulos estrangeiros deverão converter o valor em moeda nacional (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2013).

Uma das exigências do edital é que as Coordenações dos Cursos deverão encaminhar um Termo de Compromisso, assinado pelo coordenador(a) do curso e pelo(a) diretor(a) da unidade acadêmica respectiva, assumindo que os livros solicitados para compra serão adotados por um período mínimo de quatro anos (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2013).

Os Coordenadores dos Cursos de Graduação terão prazo de dois meses para o envio a Biblioteca Universitária das propostas de compra. Todas as propostas são encaminhadas a Divisão de Desenvolvimento do Acervo do Sistema de Bibliotecas, onde serão efetuadas as verificações necessárias das planilhas por curso, tais como: preço, quantidade, ISBN e etc.; após essa verificação, monta-se a planilha que seguirá para a licitação dividida por lotes. Os lotes são divididos de

acordo com a área de conhecimento, também monta-se um lote somente com os títulos estrangeiros e outro lote com as planilhas dos cursos dos campi do interior (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2013).

Após a montagem dos lotes é aberto o processo de compras e encaminhado a Pró-Reitoria de Administração da UFC, que encaminha para a Comissão de licitação. Ao chegar na Comissão de Licitação é aberto o pregão eletrônico, pelo pregoeiro.

Cada proposta encaminhada pelas empresas concorrentes à Comissão de Licitação é enviada a Divisão de Desenvolvimento do Acervo para que seja analisada, observando-se se as mesmas estão em consonância com o Edital. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2013).

Os empenhos são enviados para as empresas ganhadoras do pregão e para a Divisão de Desenvolvimento do Acervo do Sistema de Bibliotecas, que nesse momento, passa a acompanhar o recebimento do material bibliográfico contido nesses empenhos (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2013).

Do lançamento do Edital de Convocação à chegada dos exemplares às bibliotecas que atendem aos Cursos de Graduação é de aproximadamente dez meses, porém à entrega desse material pelas empresas fornecedoras, na maioria das vezes, ultrapassa o prazo estabelecido pelo edital que é de sessenta dias para livros nacionais e noventa dias para os estrangeiros. Aumentando assim, o tempo de chegada desses exemplares às bibliotecas.

Em 2012, o Sistema de Bibliotecas acrescentou no Edital 01/2012 de Convocação do Programa Especial de Atualização dos Acervos de Bibliotecas, as seguintes mudanças: As propostas dos Coordenadores dos Cursos de Graduação deveriam constar obrigatoriamente de títulos da bibliografia básica do programa de disciplina atualizada do curso (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2013).

Com isso, o Sistema de Bibliotecas visa à cobertura do acervo em relação às bibliografias básicas, atendendo dessa forma, às exigências do MEC, definidas pelo Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação, através do Sinaes.

Constava nos editais dos anos de 2010/2012, que as coordenações dos cursos de graduação da UFC, poderiam indicar para compra, até 100 títulos, partindo desse princípio, nos três anos pesquisados havia a possibilidade de indicar para compra até 300 títulos. Vale salientar que a motivação para estudar os editais

dos anos de 2010/2012, corresponde ao período que houve significativo aumento no investimento em material bibliográfico.

Verificando o quadro abaixo, observa-se que as coordenações dos cursos pesquisados deixaram de se beneficiar do processo de compras nos 03 últimos editais (2010/2012), uma vez que tiveram a possibilidade real de indicar para compra 100 títulos, conforme detalhado no Quadro 7:

Quadro 7 – Demonstrativo de títulos indicados para compra por curso de graduação

CURSOS	GEOGRAFIA	ECONOMIA DOMÉSTICA	ENGENHARIA METALÚRGICA	ENFERMAGEM	DIREITO
Títulos solicitados no edital de 2010	40	0	0	0	99
Títulos solicitados no edital de 2011	57	84	31	0	89
Títulos solicitados no edital de 2012	42	60	0	31	81
TOTAL	139	144	31	31	269

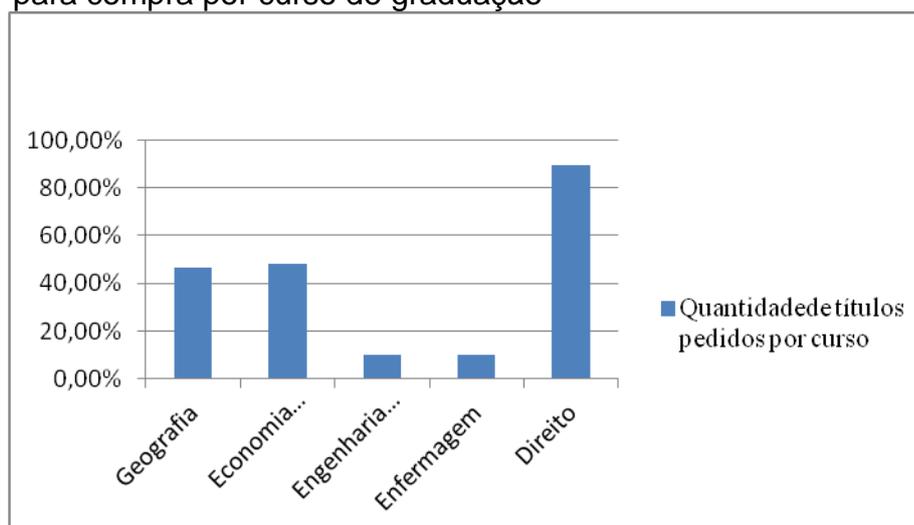
Fonte: Listagens enviadas para compra de 2010 a 2012.

Em termos percentuais, o aproveitamento obtido pelos cursos de graduação, em relação à aquisição de novos títulos, representou valores que correspondem: 46,3% para o Curso de Geografia; 48% para o Curso de Economia Doméstica; 10,3% para o Curso Engenharia Metalúrgica; 10,3% para o Curso de Enfermagem e 89,6% para o Curso de Direito. Dessa forma, o Curso de Direito foi quem melhor soube aproveitar o processo de compras de livros.

Isto posto, entendemos que o resultado apresentado no quadro 7, se reflete também na cobertura dos percentuais das Bibliografias Básicas dos cursos pesquisados apresentados nos quadros 2, 3, 4, e 5.

Se compararmos os respectivos quadros, com os resultados apresentados no quadro 7, identificamos que a Coordenação do Curso que melhor soube aproveitar os editais de compras de livros, é a que apresenta melhor resultado em termo de cobertura das Bibliografias Básicas, no caso o Curso de Direito.

Gráfico 1 – Percentual de aproveitamento de títulos indicados para compra por curso de graduação



Fonte: Listagens enviadas para compra de 2010 a 2012.

De posse das informações apresentadas no gráfico acima, foram elencados os argumentos apresentados pelos coordenadores dos cursos pesquisados, na ocasião das entrevistas, objetivando perceber o motivo pelo qual levou os cursos de graduação não a solicitarem a quantidade de títulos de livros permitidos nos editais.

Segundo os coordenadores, esse resultado nos quatro primeiros cursos é devido à falta de interesse dos professores em enviar à coordenação do curso as listagens com pedidos de compra de material bibliográfico e a utilização de outros materiais como fotocópias o que é mais habitual.

Dos cursos estudados, o Curso de Direito é o que possui bibliografia básica mais atualizada, datando de 2007 e sendo verificada de acordo com as atualizações editoriais. Ocorre uma situação particular no Curso de Direito, durante o processo de compras, que contribui para um resultado diferenciado em relação aos demais cursos pesquisados, a participação efetiva da biblioteca. Por esse motivo, não houve a necessidade de pedir a bibliografia básica, segundo a bibliotecária chefe da Biblioteca da Faculdade de Direito, os professores fazem suas listagens e a biblioteca por sua vez, analisa os títulos, verificando no Sistema Pergamum, *software* utilizado pelo Sistema de Bibliotecas, para catalogação, cadastro e registro de exemplares, a quantidade destes, o número de empréstimos e ano do exemplar, Mediante essa análise, inclui ou exclui a quantidade de exemplares a serem pedidos. A Biblioteca da Faculdade de Direito, também acrescenta títulos que são bastante emprestados pelos usuários bem como suas sugestões.

7.1 Listagem de compra de livros do Curso de Geografia

Mesmo havendo especificado nos editais dos anos de 2010, 2011 e 2012, a possibilidade de solicitar 100 títulos para a compra, o Curso de Geografia não chegou a solicitar 60 títulos ao ano, fato que o coordenador do curso atribui à dificuldade de se obter as listagens dos professores.

Na entrevista, o coordenador explicou como foi feita a elaboração da listagem de compra para o curso. Disse que solicitou aos professores que enviassem os principais títulos vinculados às suas disciplinas, indicando 05 livros principais e 05 complementares. Somente 12 dos 20 professores retornaram em tempo suas sugestões, as mesmas foram reunidas em um único material e encaminhadas para a BU. Não houve por parte dos professores nenhuma pesquisa desses títulos pedidos por eles, na Biblioteca, e nem do seu quantitativo, para que não fossem pedidos livros que já tivessem em excesso no acervo.

A Coordenação do Curso de Geografia informou que os professores não manifestam interesse, quando solicitados para sugerirem títulos para compra, visto que a biblioteca não é muito frequentada pelos alunos do curso, pois os mesmos usam em primeiro lugar, os textos (capítulos e artigos) pré-xerocados, juntamente com os documentos *online* que passaram a reger a maior parte da “bibliografia” cotidiana dos alunos, o coordenador justificou esses hábitos são devido à burocracia mantida sobre a tramitação do Projeto Político Pedagógico do curso.

Com base nessas informações, o coordenador constatou que não há interesse dos professores em atualizarem as bibliografias das disciplinas que eles assistem.

7.2 Listagem de compra de livros do Curso de Economia Doméstica

Analisando o quadro acima, verificou-se que o Curso de Economia Doméstica não solicitou os 100 títulos a qual tem direito mediante ao processo de compra, mas apenas 84 em 2011 e 60 títulos em 2012, fato que a coordenadora do curso atribui à dificuldade de se obter as listagens dos professores.

O aparecimento de títulos da bibliografia básica nas listagens de compras enviadas à biblioteca ocorre devido ao empenho da própria coordenadora em completar as listagens com as bibliografias básicas que constavam nas ementas.

Essa atitude fez com que aparecesse uma quantidade maior das mesmas nas listagens deste curso.

A listagem de compras do Curso de Economia Doméstica é feita solicitando aos professores que enviem títulos que eles desejam adquirir, mas nem todos a enviam, o que acarreta um acúmulo de tarefas para o coordenador, que acaba por não checar a existência desses títulos no Sistema de Bibliotecas e se estão desatualizados, Segundo a coordenadora, “essa é uma das dificuldades encontradas nesta tarefa de atualização do acervo a cooperação por parte dos professores”. (coordenadora)

7.3 Listagem de compra de livros do Curso de Engenharia Metalúrgica

O Curso de Engenharia Metalúrgica só enviou pedido de compras em 2011 e ainda assim foi somente de 31 títulos. Segundo o coordenador, esse resultado é devido à falta de interesse dos professores em enviar à coordenação do curso as listagens com pedidos de compra de material bibliográfico e a utilização de outros materiais como fotocópias o que é mais habitual.

Foi indagado ao Coordenador do Curso duas questões: “O motivo pelo qual não foi enviada a listagem para compras de material bibliográfico em 2010 e 2012 e o porquê deles não solicitaram os 100 títulos, apenas 31 títulos e desses, somente 5 títulos compunham a bibliografia básica, no edital de 2011, o mesmo revelou que não houve realmente um cuidado na solicitação desse material e que houve dificuldade em obter dos professores essas listagens.

Na entrevista foi perguntado: “Como é feita a listagem de compra para o seu curso?” Segundo informou o coordenador do Curso de Engenharia Metalúrgica, o pedido de compra de livros ocorre na ocasião da publicação de edital específico para esse fim. A elaboração da lista de compra de livros é feita por consulta direta aos professores responsáveis por cada disciplina, sem nenhuma consulta prévia destes à biblioteca.

7.4 Listagem de compra de livros do Curso de Enfermagem

Comparando as três últimas listagens de compras de material bibliográfico do Curso de Enfermagem o que se pode notar é que o curso só enviou

pedido de compras em 2012 e mesmo assim foram somente 31 títulos dos 100 títulos que o curso poderia ter pedido.

Perguntado em entrevista a Coordenadora do Curso de Enfermagem sobre esse fato, ela relatou que não há um interesse por parte dos professores em elaborar as listagens de compra de livros, eles preferem utilizar o portal da CAPES e o SCIELO, como base para as suas disciplinas e que os alunos não frequentam a biblioteca, não há esse hábito de utilizar a biblioteca entre os alunos do Curso de Enfermagem, eles preferem pedir o material bibliográfico ao professor e fazer cópia. É comum entre os professores deixar o material de estudo da sua disciplina na Xerox para que os alunos façam cópia.

Essa preferência dos docentes faz com que os estudantes do Curso de Enfermagem não frequentem a Biblioteca de Ciências da Saúde, deixando de criar o hábito da leitura e pesquisa na biblioteca que muito enriqueceria o seu aprendizado. Esse desinteresse por parte dos docentes de fazerem a listagem de compra de livros para a sua disciplina resulta em um acervo desatualizado que prejudicará a avaliação do Curso de Enfermagem, pelo MEC.

7.5 Listagem de compra de livros do Curso de Direito

Em relação ao Curso de Direito, pode-se concluir que foi o que mais enviou itens para compra, sendo 99 títulos em 2010, em 2011 foram 89 títulos e em 2012 foram 81 títulos.

Dos cursos estudados, o Curso de Direito é o que possui bibliografia básica atualizada, a maioria dos títulos indicados na Bibliografia Básica do Curso são com data de edição da primeira década do segundo milênio, estando, portanto, com edições bem atuais. No caso do Curso de Direito, a biblioteca apresenta atuação bastante ativa no processo de compras, sendo ela que analisa os títulos inseridos nas listagens dos professores. A participação efetiva da biblioteca reflete na qualidade da cobertura do acervo em relação à bibliografia básica.

Por esse motivo, não houve a necessidade de pedir a bibliografia básica, segundo a bibliotecária chefe da Biblioteca da Faculdade de Direito, os professores fazem suas listagens e a biblioteca por sua vez, analisa os títulos, verificando no Sistema Pergamum, a quantidade destes, o número de empréstimos e ano do exemplar, após essa análise, é tomada a decisão de excluir ou incluir a serem

pedidos. A Biblioteca da Faculdade de Direito, também acrescenta títulos que são bastante emprestados pelos usuários bem como suas sugestões.

7.6 A listagem de compra de livros X Bibliografia Básica

Em maio de 2012, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2012c), juntamente com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), publicaram um novo “Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância”, dentre outras coisas, apresentam indicadores; conceitos, e critérios de análise das bibliografias básicas.

O novo instrumento de avaliação do INEP/SINAES estabelece a bibliografia básica, enquanto indicador de critério de análise dos cursos de graduação, distribuídos em cinco conceitos distintos, variando de 1 a 5. O Sistema de Bibliotecas da UFC adotou como satisfatório o conceito 3, em relação à cobertura do acervo da bibliografia básica, conforme a orientação do documento:

Quando o acervo da bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para a faixa de **10 a menos de 15** vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de ser informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2012c).

Baseado nesses critérios, o Sistema de Bibliotecas da UFC adota a proporção de um exemplar para 10 alunos.

Os estudos sobre as bibliografias básicas, realizados pelo Sistema de Bibliotecas da UFC, identificaram lacunas que comprometem a cobertura do acervo e os indicadores estabelecidos pelo MEC. Dessa forma, o Edital 01/2012 do Programa Especial de Atualização do Acervo de Bibliotecas, divulgado pela Reitoria da Universidade Federal do Ceará, em 29 de outubro de 2012, objetiva “atualizar os acervos bibliográficos da Universidade Federal do Ceará, voltados para os cursos de graduação, através da aquisição de livros” atendendo aos critérios do MEC, com relação às avaliações dos cursos. Com esse Edital, o Sistema pretende corrigir todas as deficiências de cobertura do acervo.

A pesquisa em pauta, ao confrontar os títulos solicitados nos editais de compras dos anos de 2010/2012, com as bibliografias básicas adotadas pelos cursos de graduação, identificou que a maioria das indicações apresentadas pelas

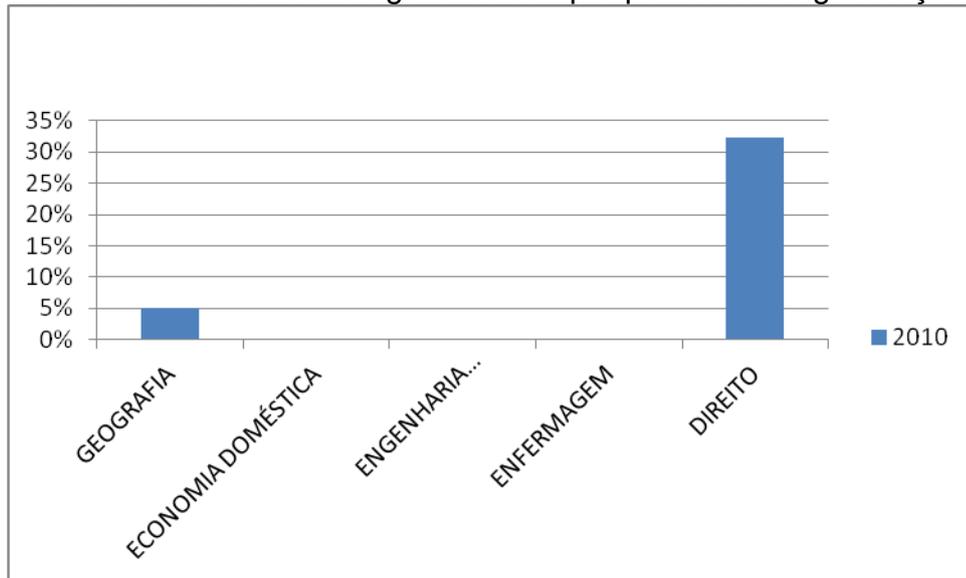
coordenações dos cursos, não contemplavam os títulos das bibliografias básicas, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 8 – Percentual anual de títulos da bibliografia básica solicitados nas listagens de compra por curso de graduação

CURSO DE GEOGRAFIA			
ANO/EDITAL	2010	2011	2012
Títulos solicitados	40	57	42
Títulos da bibliografia básica	2	0	2
% De títulos da bibliografia básica em relação aos títulos solicitados	5%	0%	4,76%
CURSO DE ECONOMIA DOMÉSTICA			
ANO/EDITAL	2010	2011	2012
Títulos solicitados	0	84	60
Títulos da bibliografia básica	0	20	24
% De títulos da bibliografia básica em relação aos títulos solicitados	0%	23,80%	40%
CURSO DE ENGENHARIA METALÚRGICA			
ANO/EDITAL	2010	2011	2012
Títulos solicitados	0	31	0
Títulos da bibliografia básica	0	8	0
% De títulos da bibliografia básica em relação aos títulos solicitados	0%	25,80%	0%
CURSO DE ENFERMAGEM			
ANO/EDITAL	2010	2011	2012
Títulos solicitados	0	0	31
Títulos da bibliografia básica	0	0	4
% De títulos da bibliografia básica em relação aos títulos solicitados	0%	0%	12,90%
CURSO DE DIREITO			
ANO/EDITAL	2010	2011	2012
Títulos solicitados	99	89	81
Títulos da bibliografia básica	32	19	22
% De títulos da bibliografia básica em relação aos títulos solicitados	32,32%	21,34%	27,16%

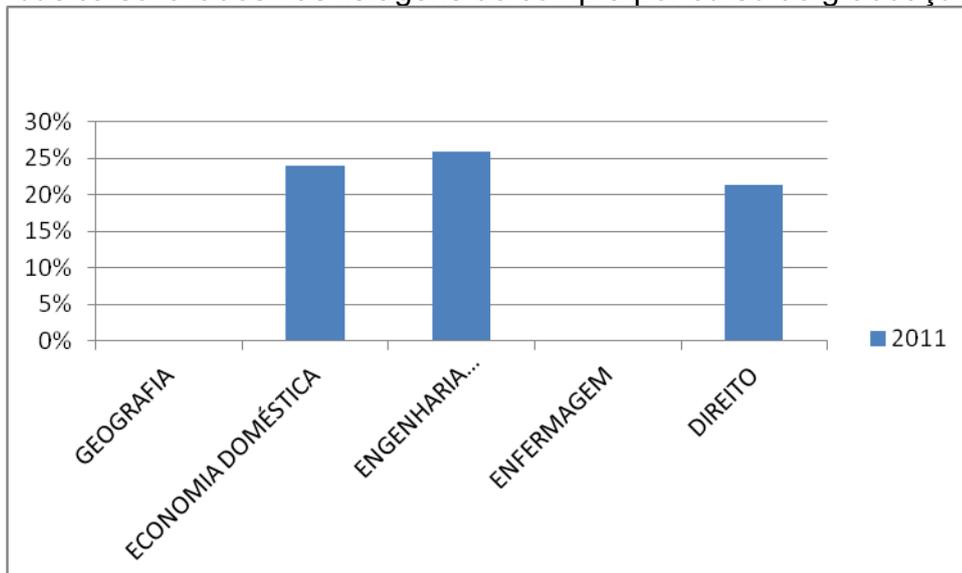
Fonte: Listagens enviadas para compra de 2010 a 2012 e Ementas das disciplinas.

Gráfico 2 – Percentual do ano de 2010 de títulos da bibliografia básica solicitados nas listagens de compra por curso de graduação



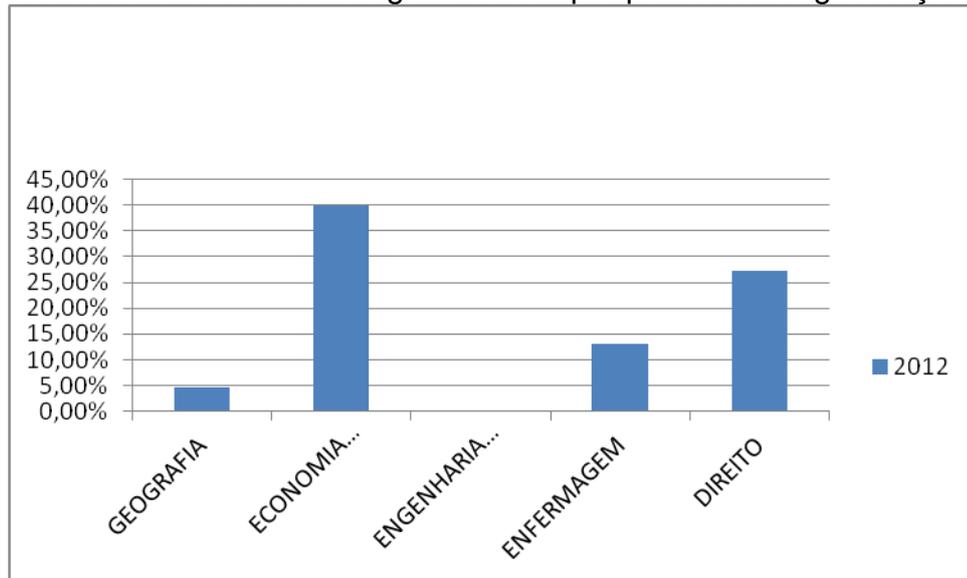
Fonte: Listagens enviadas para compra de 2010 a 2012.

Gráfico 3 – Percentual do ano de 2011 de títulos da bibliografia básica solicitados nas listagens de compra por curso de graduação



Fonte: Listagens enviadas para compra de 2010 a 2012.

Gráfico 4 – Percentual do ano de 2012 de títulos da bibliografia básica solicitados nas listagens de compra por curso de graduação



Fonte: Listagens enviadas para compra de 2010 a 2012.

7.7 A listagem de compra de livros do Curso de Geografia X Bibliografia Básica

As informações dos gráficos 2, 3 e 4 acima permitem constatar que o Curso de Geografia, somente solicitou até 5% de Bibliografias Básicas em suas compras nos anos de 2010 e 2012, não solicitando em 2011 nenhum título da Bibliografia Básica do Curso.

Contudo, o Coordenador do Curso de Geografia informou na entrevista realizada no dia 03 de setembro de 2012, para esse estudo, que as bibliografias básicas do Curso de Geografia estão desatualizadas, mesmo havendo alteração no PPP em 28 de agosto de 2012 e entrando em vigor em 2013.1. As Bibliografias foram esquecidas no processo de atualização.

Por esse motivo não são pedidos muitos títulos da bibliografia básica, pois a mesma não é muito utilizada pelos professores, estando defasada desde a elaboração do PPP em 2004.

Segundo o Coordenador do Curso de Geografia em 2012 começou no Departamento, uma maior interação com tudo que concerne à avaliação do Sinaes, inclusive a atualização de suas Bibliografias Básicas.

7.8 A listagem de compra de livros do Curso de Economia Doméstica X Bibliografia Básica

As informações dos gráficos 2, 3 e 4 acima permitem constatar que o Curso de Economia Doméstica aumentou gradativamente o pedido de Bibliografias Básicas em suas compras nos anos de 2011 e 2012, visto que, o curso não fez pedido de compras em 2010, chegando quase a dobrar o percentual de títulos pedidos da Bibliografia Básica. Esse fato ocorre devido à própria coordenadora ter se empenhado em completar as listagens com as bibliografias básicas que constavam nas ementas. Essa atitude fez com que aparecesse uma quantidade maior de Bibliografias Básicas nas listagens deste curso.

Segundo a Coordenadora do Curso de Economia Doméstica, não houve atualização das ementas e os professores não têm ciência dessa realidade que se apresenta, como uma futura avaliação do Curso de Economia Doméstica, pois o curso ainda não foi avaliado, devido a diretrizes curriculares estarem em processo de homologação. A Coordenação do Curso de Economia Doméstica não sabe quando passará por uma avaliação.

7.9 A listagem de compra de livros do Curso de Engenharia Metalúrgica X Bibliografia Básica

Ao observar os gráficos 2, 3 e 4 acima, nota-se que o Curso de Engenharia Metalúrgica encaminhou listagem para compra de material bibliográfico somente em 2011, e apenas 25,80% são títulos da bibliografia básica. Esse resultado, segundo o Coordenador do Curso é devido à falta de interesse dos professores em enviar à coordenação do curso as listagens com pedidos de compra de material bibliográfico e a utilização de outros materiais como fotocópias o que é mais habitual.

Em agosto de 2011, o Curso de Engenharia Metalúrgica recebeu a visita da comissão de avaliação do MEC responsável pelo reconhecimento do curso. Na ocasião, a comissão chamou atenção da falta de alguns livros da bibliografia básica.

Na avaliação, a nota dada ao item 3.6 - Livros da bibliografia básica segundo o novo instrumento de Avaliação para autorização, reconhecimento e renovação de Cursos de Graduação presencial e a distância, foi igual a 2. Essa

nota não foi boa devido à inexistência de vários títulos da bibliografia básica do Curso de Engenharia Metalúrgica na biblioteca. E no conceito da Dimensão 3 a nota do Curso foi igual a 3.

O Curso de Engenharia Metalúrgica da UFC é um curso novo. Foi criado em setembro de 2005, e sua primeira turma ingressou em março de 2006. Sua matriz curricular, suas disciplinas, ementas e bibliografia estão atualizadas, mas mesmo assim, o curso realizou uma atualização de seu projeto pedagógico e na época a coordenação do curso solicitou aos professores que revisassem a bibliografia básica das disciplinas pelas quais são responsáveis.

Por ser um curso novo existe a necessidade de se pedir anualmente a bibliografia básica das disciplinas, devido ao tempo despendido no processo de compras, desde a entrega das listagens no Sistema de Bibliotecas, até a chegada dos títulos nas estantes das bibliotecas.

A coordenação do curso informou que esse assunto foi alvo de discussão durante reuniões de professores do Departamento de Engenharia Metalúrgica e de Materiais antes da visita da Comissão de avaliação do curso de graduação, mas sua atualização ainda não ocorreu.

7.10 A listagem de compra de livros do Curso de Enfermagem X Bibliografia Básica

Nos gráficos 2, 3 e 4 acima, constata-se que o Curso de Enfermagem não enviou listagens de compra de material bibliográfico nem em 2010 e nem em 2011 e apenas solicitou 12,90% de sua bibliografia básica, mesmo assim foram somente 31 títulos dos 100 títulos que o curso poderia ter pedido em 2012 à ocasião do Edital de compras.

A justificativa por parte da Coordenação do Curso de Enfermagem para a não utilização da bibliografia básica pelos professores é devido à preferência em utilizar o portal da CAPES e o SCIELO, como base para as suas disciplinas. A Coordenadora do Curso de Enfermagem relatou em entrevista realizada no dia 29 de outubro de 2012, para esse estudo, que os alunos não frequentam a biblioteca, não há esse hábito de utilizar a biblioteca entre os alunos do Curso de Enfermagem, eles preferem pedir o material bibliográfico ao professor e fazer cópia.

Essa prática de deixar o material de estudo da sua disciplina na xerox para que os alunos façam cópia é comum entre os professores. Mesmo quando a Biblioteca de Ciências da Saúde possui vários exemplares, como é o caso dos títulos: Diagnósticos de enfermagem da NANDA – 2012-2014, Nic – Classificação das Intervenções de Enfermagem, e Noc – Classificação dos Resultados de Enfermagem, livros importantíssimos para o Diagnósticos de enfermagem da NANDA – 2012-2014, Nic – Classificação das Intervenções de Enfermagem, e Noc – Classificação dos Resultados de Enfermagem, livros importantíssimos para o Curso de Enfermagem e que fazem parte da bibliografia básica do curso, ainda assim, os alunos preferem fotocopiar o do professor.

Podemos concluir que devido a essa falta de uso da bibliografia básica e da Biblioteca que assiste ao curso, os professores esquecem-se da necessidade de manter as bibliografias básicas atualizadas, fornecendo ao Sistema de Bibliotecas, listagens para aquisição destas. É por isso que em três processos de compras, efetuado pelo Sistema de Bibliotecas a quantidade de livros pedidos foi mínima.

Esse descaso ou desuso em relação às bibliografias básicas interfere diretamente na avaliação do curso, visto ser este um dos quesitos avaliado pelas comissões de avaliadores do MEC.

7.11 A listagem de compra de livros do Curso de Direito X Bibliografia Básica

Conforme a análise dos gráficos 2, 3 e 4 acima, concluímos que, foi o Curso de Direito que mais enviou itens para compra, nos três últimos anos, ficando acima de 20%, o percentual de bibliografias básicas em suas listagens.

Dos cursos estudados, o Curso de Direito é o que possui bibliografia básica atualizada, datando de 2007 e sendo verificada de acordo com as atualizações editoriais. Esse curso possui uma característica singular, no qual, a própria Biblioteca da Faculdade de Direito é quem analisa os títulos enviados nas listagens dos professores, verificando a quantidade destes em seu acervo. Por esse motivo, não houve a necessidade de pedir muitos títulos da bibliografia básica, segundo a bibliotecária chefe da Faculdade de Direito, os professores fazem suas listagens e a biblioteca por sua vez, analisa os títulos, verificando no Sistema Pergamum, *software* utilizado pelo Sistema de Bibliotecas, para catalogação, cadastro e registro de exemplares, a quantidade destes, o número de empréstimos e

ano do exemplar, mediante essa análise, aumenta ou exclui a quantidade de exemplares a serem pedidos. A Biblioteca da Faculdade de Direito, também acrescenta títulos que são bastante emprestados pelos usuários bem como suas sugestões.

Essa rotina de elaboração das listagens de compras em conjunto com a Biblioteca da Faculdade de Direito, torna a compra do Curso de Direito, mais eficiente em relação à aquisição e cobertura do acervo pelas bibliografias básicas.

8 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Os dados serão apresentados individualmente por Curso de Graduação pesquisado, seguindo uma ordem aleatória. Os instrumentos de coleta de dados facultaram a análise dos dados da pesquisa aqui apresentados.

8.1 Análise do Curso de Geografia

Analisando os dados referentes ao Curso de Geografia, verificamos que pouco mais de 70% de sua coleção é datada de 1990 a 2012, a Biblioteca de Ciências e Tecnologia cobre em 47,46%, da bibliografia básica do curso. Em 3 anos o Curso de Geografia solicitou 139 títulos dos 300 que poderiam ser enviados para a compra de livros, e, somente 2,87% faziam parte da bibliografia básica.

Segundo entrevista realizada em 03 de setembro de 2012, com o coordenador do Curso de Geografia, os professores não utilizam a bibliografia básica, eles adotam outras fontes de pesquisa como documentos *on line*, e *xerox* de textos, artigos e capítulos, de acordo com o coordenador, a biblioteca não é muito frequentada pelos alunos do curso, pois os mesmos usam em primeiro lugar, os textos (capítulos e artigos) pré-xerocados, juntamente com os documentos *online* que passaram a reger a maior parte da “bibliografia” cotidiana dos alunos pela desatualização estrutural devido a burocracia mantida sobre a tramitação do Projeto Político Pedagógico do curso.

Conforme dados levantados na pesquisa, os professores não utilizam a Bibliografia Básica do Curso, uma das causas possíveis para isso, pode estar relacionado ao fato de ter havido uma alteração do PPP do Curso em 28 de agosto de 2012, o qual entrou em vigor em 2013.1, alcançando 03 turmas de entradas anteriores, como relata o coordenador: “Devido a inúmeras outras mudanças que tiveram que ser realizadas, houve esquecimento das bibliografias básicas e estas continuaram desatualizadas”.

Ficou evidente com os resultados alcançados na pesquisa, que o Curso não adota nenhum mecanismo de análise para elaboração das listas de compras, bem como inexistente qualquer tipo de comunicação entre Coordenação e Biblioteca para elaboração das listas de compras.

O professor relatou que existe um engessamento nos processos e falta de comunicação entre cursos, pós-graduação e bibliotecas. Explicando melhor esse engessamento, o coordenador relatou a dificuldade de alteração no Projeto Pedagógico, visto que essas alterações só podem ocorrer anualmente por ocasião da reunião do colegiado, entrando posteriormente em vigor após dezoito meses, dessa forma, ficam impraticáveis essas mudanças.

O professor defende a ideia de ser algo automático e sugere o próprio Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), ele informa que as bibliografias básicas do Curso de Geografia estão desatualizadas. Relata que há disciplinas que são obrigatórias no curso, como a disciplina de Libras, que não está no PPP. O Curso de Geografia implantou o Núcleo Docente Estruturante (NDE) em 02 de janeiro de 2013 e terá reuniões bimestrais e essa ferramenta muito contribuirá para dar maior agilidade aos processos em geral.

Ao ser perguntado sobre a importância da biblioteca no quesito instalação física, para a avaliação dos cursos de graduação, o coordenador respondeu que reconhece a importância, mas não dispõe de maiores informações em termos quantitativos, essa cobrança costuma preocupar mais o coordenador do curso, ao assumir a coordenação, somente a partir daí, é que começamos a entrar em contato com essa realidade.

No entanto, com o Sinaes e segundo o novo Instrumento de avaliação do INEP, que estabelece a bibliografia básica como indicador de critério de análise dos cursos de graduação, essa desatualização e não utilização da bibliografia básica pelo curso poderá causar uma má avaliação nesse critério.

Quando indagado se havia alguma preocupação do curso em se precaver mediante a avaliação dos cursos de graduação, no quesito bibliografia básica, o coordenador pediu que fosse enviado dados concretos dessa desatualização, para que pudesse convocar, em curto espaço de tempo, o colegiado do curso e compor uma comissão de atualização dessa bibliografia básica. Diz: “Talvez isso seja a manifestação evidente de que a própria pesquisa em curso promova a passagem da “preocupação” para o nível das medidas corretivas”. “Desconheço o processo da compra de livros pela BU, mas imaginava que seria por licitação, seguindo a lógica das licitações anuais que por isso haveria demora na chegada dos livros às bibliotecas”.

Quanto à melhoria do processo de compras, o coordenador respondeu que a direção da Biblioteca Universitária deveria criar uma forte demanda junto a Pró-Reitoria de Graduação para que em todo semestre os cursos tivessem plena e contínua condição de alterar e atualizar os PPPC, por intermédio do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), principalmente no que concerne a atualização da programação e da bibliografia das disciplinas.

Segundo o coordenador: “Muito do que poderia ser adaptado ao fluxo periódico ou contínuo, não se configura na prática”. Sobre isso, tomou-se conhecimento de que a PROGRAD observando essa distorção, a partir de outubro de 2012 iniciou um levantamento das PPPC, cujas informações estavam desconectas das diretrizes nacionais e vem dialogando com os coordenadores de cursos para as devidas alterações.

Em entrevista aos estudantes do Curso de Geografia a avaliação da Biblioteca foi muito boa. Os alunos do III semestre do Curso de Geografia (Bacharelado) relataram que a biblioteca os atende satisfatoriamente e que quase todos os títulos ela possui. Já os estudantes do Curso de Geografia do VIII semestre de Licenciatura sentem falta dos títulos relacionados à didática e à metodologia. Os referidos títulos não existem na Biblioteca de Ciências e Tecnologia, porém são encontrados na Biblioteca de Ciências Humanas, embora a distância física não favoreça o acesso à Biblioteca.

Para a estudante do VIII semestre do Curso de Geografia (Licenciatura), “a biblioteca caiu como uma luva”, devido ao alto custo para se adquirir os livros neste curso. (estudante)

Encontrou-se uma divergência de opinião entre as entrevistas (Coordenador e estudante), segundo entrevista realizada com o Coordenador os alunos não utilizam a biblioteca. Os alunos afirmaram, em entrevista, que a biblioteca satisfaz as suas necessidades, mas a pesquisa constatou que existe uma desatualização no acervo do Curso de Geografia.

Em entrevista com o coordenador do Curso de Geografia, foi citado o fato de que o Curso de Licenciatura em Geografia deveria utilizar a Biblioteca de Ciências Humanas, devido ao acervo de didática, mas a distância dificulta o acesso do usuário. Porém, esse fato não se justifica, uma vez que os professores poderiam solicitar para compra os livros de didática, para compor o acervo da Biblioteca de Ciências e Tecnologia, biblioteca que atende ao curso.

É visto que a falta de comunicação Biblioteca x Coordenação do Curso, representa o maior indicador que reflete na não cobertura da Bibliografia Básica.

8.2 Análise do Curso do Curso de Economia Doméstica

Na análise do Curso de Economia Doméstica, segundo os dados colhidos nessa pesquisa, observamos que um pouco mais de 60% de sua coleção é datada de 1990 a 2012, a Biblioteca de Ciências e Tecnologia cobre em 53,80%, a bibliografia básica do curso. Em 3 anos, o Curso de Economia Doméstica só pediu 144 títulos dos 300 títulos que poderiam ser solicitados para compra de livros, desse total, 30,5% faziam parte da bibliografia básica.

Em entrevista realizada com a coordenadora do Curso de Economia Doméstica, no dia 05 de novembro de 2012, verificamos que esse percentual de títulos da bibliografia básica só foi possível devido à própria coordenadora do Curso de Economia Doméstica ter se dedicado em implementar as listagens com as bibliografias básicas que constavam nas ementas.

No caso do Curso de Economia Doméstica, a elaboração das listagens de compras também é solicitada aos professores. Quando perguntado se tinha ciência de que havia poucos títulos da bibliografia básica nas listagens de compras dos 3 últimos anos, a coordenadora do curso respondeu que não sabia desse dado, mas que iria tomar as providências necessárias, convocando os professores em reunião do seu colegiado para atualizarem suas bibliografias e as enviarem para próxima compra. Um fato que diferencia o Curso de Economia Doméstica em relação os demais, é que o Curso está elaborando o seu Projeto Político Pedagógico.

A professora revelou que não houve atualização nas ementas e que os professores não tinham tomado ciência dessa nova realidade que se apresenta em relação à avaliação do Curso de Economia Doméstica, pois o curso ainda não foi avaliado, devido a diretrizes curriculares estarem em processo de homologação. A professora não soube dizer quando passará por uma avaliação.

Ao ser questionada sobre a importância da Biblioteca no quesito instalação física, para a avaliação dos cursos de graduação, e se há alguma preocupação do curso em se preparar para a avaliação, em relação à bibliografia básica, a professora disse que não havia nenhuma preocupação, até aquele momento, mas que após a entrevista iria se reunir com o colegiado e passar todas

essas informações aos professores. Afirmou, também, que iria se inteirar do Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação, a fim de começar a adotar uma nova postura.

A professora desconhecia o processo de atualização do acervo das bibliotecas e o tempo que decorria do edital à chegada dos livros. Sugeriu que houvesse mais comunicação entre os diversos setores da Universidade, para que os entraves burocráticos diminuíssem.

Assim como no Curso de Geografia, a coordenadora do Curso de Economia Doméstica também colocou a comunicação entre setores e a acomodação dos docentes, como causas para essa falta de cuidado com a bibliografia básica, já que ela assume ponto de relevância em uma eventual avaliação dos cursos.

A entrevista com os alunos dos semestres III e X do Curso de Economia Doméstica da UFC aconteceu na feira das profissões de 2012, constatamos a necessidade de se promover adequação do material bibliográfico que atenda ao curso, visando o aumento do número de exemplares. No III semestre do curso, por exemplo, há uma escassez de exemplares na Biblioteca de Ciências e Tecnologia, na área de desenvolvimento humano, somente quando a bibliografia atende a mais cursos é que ela existe em maior quantidade.

Para os alunos do semestre X, a bibliografia básica existe em boa quantidade e que sempre conseguiram adquiri-las por empréstimo. No entanto, há a prática da cópia dos capítulos, os professores se utilizam de muitos textos e arquivos que adotam como bibliografia e são fotocopiados por toda a turma.

Foi identificado que o uso de xerox em substituição às Bibliografias Básicas é uma prática recorrente nos cursos pesquisados. Essa prática não vai de encontro ao propósito do Sistema de Bibliotecas da UFC que é apresentar serviços e produtos de qualidade para a comunidade acadêmica.

8.3 Análise do Curso do Curso de Engenharia Metalúrgica

Ao analisarmos o Curso de Engenharia Metalúrgica à luz dos dados que foram colhidos nessa pesquisa, observamos que 58,5% de sua coleção é datada de 1990 a 2012, a Biblioteca de Ciências e Tecnologia cobre em 34,19%, da bibliografia básica do curso. Em 3 anos, o Curso de Engenharia Metalúrgica pediu 31 títulos dos

300 títulos que poderiam ser enviados para compra de livros. Desse total de títulos, 23,80% faziam parte da bibliografia básica.

A entrevista realizada com o coordenador do Curso de Engenharia Metalúrgica, em 08 de outubro de 2012, ampliou nossas expectativas em relação à importância dessa coleta, visto que suas respostas e comentários reforçaram a necessidade de um estudo mais acurado no que concerne ao desenvolvimento do acervo.

Na entrevista, o professor informou que o curso recebeu a visita da comissão de avaliação para reconhecimento no período de 31/07/2011 a 03/08/2011. O professor explicou que a avaliação é dividida em 4 dimensões. A dimensão 3 trata das Instalações físicas. Livros da bibliografia básica é um dos dez itens avaliados e é um indicador de destaque.

Apresento abaixo os itens avaliados na dimensão 3:

Dimensão 3: Instalação física.

- 3.1. Sala de professores e sala de reuniões;
- 3.2. Gabinetes de trabalho para professores;
- 3.3. Salas de aula;
- 3.4. Acesso dos alunos aos equipamentos de informática;
- 3.5. Registros acadêmicos;
- 3.6. Livros da bibliografia básica (indicador de destaque);**
- 3.7. Livros da bibliografia complementar;
- 3.8. Periódicos especializados, indexados e correntes;
- 3.9. Laboratórios especializados (indicador de destaque);
- 3.10. Infraestrutura e serviços dos laboratórios especializados;

O professor salienta que de acordo com o relatório da comissão, a nota dada ao item 3.6 - Livros da bibliografia básica foi igual a 2. Essa nota não foi boa devido à inexistência de vários títulos da bibliografia básica de seu curso na biblioteca. Conceito da Dimensão 3 foi igual a 3.

Segundo o coordenador, é necessária uma maior integração entre a Pró-Reitoria de Graduação, as coordenações dos cursos e a biblioteca, no sentido de cobrar, a atualização das ementas onde constam as bibliografias básicas. O Coordenador mostrou interesse em renovar as ementas do Curso de Engenharia

Metalúrgica, comentou que para isso, não é necessário atualizar o PPP, pois no mesmo, não se encontra a informação da bibliografia básica dos cursos. Essa informação vai de encontro com a obtida na Pró-Reitoria de Graduação por meio da Coordenadoria de Projetos e Acompanhamento Curricular (COPAC) e Coordenadoria de Planejamento e Avaliação de Programas e Ações Acadêmicas (COPAV) que cuidam da orientação e da regulação dos PPPs. Trabalhando em parceria, essas coordenações estão mapeando um a um os projetos e orientando as coordenações para se adequarem as diretrizes nacionais.

Perguntamos se ele tinha conhecimento da situação da cobertura de livros da Bibliografia Básica no acervo do Sistema de Bibliotecas, o coordenador confirmou que sim. Justificou que em agosto de 2011, receberam a visita da comissão de avaliação do MEC responsável pelo reconhecimento de nosso curso. Na ocasião, a comissão chamou atenção da falta de alguns livros da bibliografia básica.

Quando perguntado se o acervo da biblioteca atendia satisfatoriamente ao seu curso respondeu que sim, mas existem disciplinas com baixa quantidade de exemplares disponíveis e desatualizados, por exemplo: “MERIAM, J. L; KRAIGE, L. G. Mecânica: estática. 4.ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos” com 8 exemplares, e “MERIAM, J. L; KRAIGE, L. G; AZEVEDO, José Paulo Soares de. Mecânica: Dinâmica . 4ª ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos” com 10 exemplares. Esses dois títulos já estão em sua 6ª edição. Isso significa que o Curso de Engenharia Metalúrgica embora tenha sido recentemente criado, não vem dando a devida atenção em solicitar para compra, a bibliografia básica do curso ao Sistema de Bibliotecas. Isso é comprovado com o pouco número de títulos que compuseram a listagem de compras do curso no ano de 2011 e a quantidade menor ainda de títulos da bibliografia básica nessas listagens.

O Curso de Engenharia Metalúrgica da UFC é um curso novo. Foi criado em setembro de 2005, e sua primeira turma ingressou em março de 2006. Sua matriz curricular, suas disciplinas, ementas e bibliografia estão atualizadas, mas mesmo assim, o curso realizou uma atualização de seu projeto pedagógico, na época a coordenação do curso solicitou aos professores que revisassem a bibliografia básica das disciplinas pelas quais são responsáveis.

Sobre a importância da biblioteca no quesito instalação física, para a avaliação dos cursos de graduação pelo MEC, a resposta dada pelo coordenador foi

a seguinte: “Os livros da bibliografia básica são um indicador de destaque no quesito instalação física”.

No relatório de avaliação *in loco*, a comissão do MEC escreveu: “O acervo referente aos títulos indicados na bibliografia básica (mínimo de 3 bibliografias) atende aos programas das disciplinas do curso, na proporção de um (01) exemplar para até quinze (15) alunos. Está adequadamente informatizado, atualizado e tombado junto ao patrimônio da IES, porém a maior parte está no idioma inglês e existe disciplinas com apenas uma (01) referência. Vale citar que existe, também, dentre o total de disciplinas do curso, dez (10) disciplinas sem referência na bibliografia básica. O acervo não atende às indicações bibliográficas complementares, referidas nos programas das disciplinas. Aproximadamente 32% das disciplinas não tem nenhuma referência complementar.”

A nota obtida pelo Curso de Engenharia Metalúrgica da UFC no quesito Livros da bibliografia básica foi igual a 2 (DOIS). Importante salientar que nesta dimensão as notas podem se apresentar conforme o quadro abaixo:

Quadro 9 – Adequação do acervo à proposta do curso/SINAES

Indicadores a serem avaliados	Critérios para atribuição de conceitos
3.1.1 Livros – Formação Geral	<p>5- Quando o acervo de livros referente à formação geral desenvolvida no curso é plenamente adequado, em quantidade, pertinência, relevância acadêmico-científica e atualização, para a implementação do projeto pedagógico do curso. Essa adequação resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa. Quando o acervo atende a toda a bibliografia básica estabelecida nos planos de ensino das unidades de estudo do curso.</p> <p>4- Quando o acervo de livros referente à formação geral desenvolvida no curso é adequado, em quantidade, pertinência, relevância acadêmico-científica e atualização, para a implementação do projeto pedagógico do curso. Essa adequação resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna. Quando o acervo atende à maior parte da bibliografia básica estabelecida nos planos de ensino das unidades de estudo do curso.</p> <p>3- Quando parte do acervo de livros referente à formação geral desenvolvida no curso é adequado, em quantidade, pertinência, relevância acadêmico-científica e atualização, para a implementação do projeto pedagógico do curso. Quando há adequação, esta resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação. É de conhecimento da comunidade interna. Quando o acervo atende à parte da bibliografia básica estabelecida nos planos de ensino das unidades de estudo do curso.</p> <p>2- Quando o acervo de livros referente à formação geral desenvolvida no curso é pouco adequado, em quantidade, pertinência, relevância acadêmico-científica e atualização, para a implementação do projeto pedagógico do curso.</p> <p>1- Quando o acervo de livros referente à formação geral desenvolvida no curso é totalmente inadequado, em quantidade, pertinência, relevância acadêmico-científica e atualização, para a implementação do projeto pedagógico do curso.</p>

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2012c).

Constatamos que, apesar do Curso de Engenharia Metalúrgica ter sido criado em 2005 e por ter passado por uma avaliação, ainda não há por parte dos professores uma mobilização para fazer compras de títulos que supram as necessidades de suas disciplinas quanto à bibliografia básica.

Esse fato se denota durante à entrevista com o coordenador do curso quando foi perguntado se havia preocupação da coordenação do curso em melhorar sua bibliografia básica, o coordenador informou que esse assunto foi alvo de discussão durante toda a reunião de professores do Departamento de Engenharia Metalúrgica e de Materiais antes da visita da Comissão de avaliação do curso de graduação, mas sua atualização ainda não ocorreu.

O professor relatou que o único instrumento que tem conhecimento para aquisição de livros é o edital específico para compra de livros, ele sabe que há um espaço de tempo muito grande entre o pedido e a chegada dos livros na biblioteca.

Para melhoria do processo de compras, a sugestão do coordenador Engenharia Metalúrgica foi que o Sistema de Bibliotecas da UFC disponibilizasse uma função de sugestão de compra de livros. O acompanhamento dessas sugestões auxiliaria o setor competente durante a aquisição, ao mesmo tempo em que identificaria quais títulos representam maior demanda. Porém, o Sistema possui essa ferramenta em seu sítio. Ela é utilizada por qualquer usuário que deseja sugerir exemplares para compra. Quanto aos títulos de maior demanda o Sistema conta com o *Software Pergamun*, que auxilia os bibliotecários a visualizar esses títulos que entram na listagem que é feita pela própria biblioteca. Contudo, a bibliografia básica em nenhuma das dos dois casos é contemplada, a maneira mais eficaz até o momento é delas aparecerem na listagem de compras encaminhadas pelo curso.

As dificuldades encontradas na tarefa de atualização do acervo, segundo o coordenador, é sensibilizar o professor responsável por cada disciplina a verificar, periodicamente, as ementas de sua bibliografia, mantendo-a atualizada.

Para entender melhor o problema da falta de material bibliográfico mencionada pelo coordenador do curso, foram entrevistados, na feira das profissões alguns usuários da Biblioteca de Ciências e Tecnologia. Os alunos do semestre II reclamaram muito da carência de livro e exemplificaram: O livro, *Ciência de Engenharia de Materiais: uma Introdução* de William D. Callister Jr, que é utilizado durante todo o Curso de Engenharia Metalúrgica, não há quantidade suficiente de exemplares, que atenda aos alunos do curso. Os alunos do X semestre relataram

que nos últimos semestres a situação é ainda pior, pois nos semestres de base a bibliografia ainda é muito parecida com as das outras engenharias, porém nos últimos semestres não há exemplares para empréstimo de livros que são fundamentais como, por exemplo, o livro do Costa e Silva intitulado Aços e Ligas Especiais.

Contatamos que no caso da Engenharia Metalúrgica, a falta desses exemplares é o somatório de dois problemas, a demora entre a aquisição dos livros e sua chegada às bibliotecas e a falta deles no pedido de compra de material bibliográfico por parte do curso. Se os títulos fossem pedidos anualmente, essa carência seria menor.

8.4 Análise do Curso de Enfermagem

Com a análise do Curso de Enfermagem à luz dos dados que foram colhidos nesta pesquisa, observamos que mais de 90% de sua coleção é datada de 1990 a 2012, a Biblioteca de Ciências da Saúde cobre em 56,93%, a bibliografia básica do curso. Em 3 anos, o Curso de Enfermagem só pediu 31 títulos dos 300 títulos que poderiam ser enviados para compra de livros e desses títulos, 12,9% faziam parte da bibliografia básica.

A entrevista com a coordenação do Curso aconteceu em 29 de outubro de 2012, concluímos que a baixa indicação de títulos na lista de compras, deve-se basicamente ao fato dos alunos não frequentarem à biblioteca que atende ao curso, devido a essa falta de uso da biblioteca, os professores acabam por não atualizar as Bibliografias Básicas. É por isso que em três processos de compras efetuados pelo Sistema de Bibliotecas a quantidade de livros pedidos foi mínima.

Esse desuso em relação às bibliografias básicas interfere diretamente na avaliação do curso, visto ser este um dos quesitos avaliados pelas comissões de avaliadores do MEC.

Deduzimos que não há preocupação dos coordenadores e professores do curso, nem quantitativa, nem qualitativa com a elaboração da listagem que segue para a compra. Por esse mesmo motivo, o acervo da biblioteca não atende satisfatoriamente. Perguntada sobre a frequência que é feita a atualização das bibliografias básicas e qual foi a última, a professora respondeu que estão iniciando um novo currículo em 2013.1, e há muita bibliografia atualizada em quase todas as

disciplinas. A frequência das atualizações depende de mudanças no currículo. A professora informou conhecer o instrumento de avaliação de cursos de graduação, porém não revelou existir preocupação por parte do curso em melhorar a avaliação nesse quesito.

A professora disse que não conhecia todos os passos do processo de compras efetuado pelo Sistema de Bibliotecas e sugeriu maior aproximação das bibliotecas com o curso. Duas grandes dificuldades encontradas na tarefa de atualização do acervo, as quais são o volume de livros que os docentes adotam por terem recebido cortesia das editoras e a dificuldade em harmonizar o acervo da biblioteca com o que o docente coloca como bibliografia básica e o que realmente é utilizado nas disciplinas. Perguntamos à coordenadora quando havia sido a última avaliação do Curso de Enfermagem, ela respondeu que fazia um bom tempo, no entanto, não soube precisar a data. A falta de precisão na resposta da coordenadora do Curso de Enfermagem é entendida devido ao fato do curso nunca ter recebido a visita da Comissão de Avaliação, entretanto, em 2010, o Curso foi avaliado pelo ENADE tendo obtido nota 3,02 e conceito 04.

Colhendo informações com alunos do II e VI semestre do Curso de Enfermagem da UFC, sobre a bibliografia básica existente na Biblioteca de Ciências da Saúde que atende ao curso, todos foram unânimes em afirmar que não utilizam a Biblioteca, pois a mesma não atende ao curso com quantidades adequadas de exemplares e, portanto, não podem frequentar a biblioteca como gostariam e acabam utilizando-se de cópias, que muitas vezes saem caras para eles, visto que tendem a fotocopiar o livro inteiro.

Em reunião com os professores do curso a coordenadora relatou essas insatisfações por parte dos alunos e solicitou que todos procurassem rever tais questões.

8.5 Análise do Curso de Direito

Em relação ao Curso de Direito, à luz dos dados que foram colhidos nessa pesquisa, observamos que 65,8% de sua coleção é datada de 1990 a 2012, a Biblioteca da Faculdade de Direito cobre em 68,78% a bibliografia básica do curso. Em 3 anos, o Curso de Direito pediu 269 títulos dos 300 que poderiam ser enviados para compra de livros e fez um percentual anual a cima de 20 % de títulos da

bibliografia básica. O Curso de Direito foi o que mais pediu títulos da bibliografia básica.

Em entrevista realizada no dia 29 de outubro de 2012, com o coordenador do Curso de Direito, perguntamos sobre a quantidade solicitada nas listagens do Curso de Direito de bibliografias básicas, mas ele não soube explicar o motivo, respondeu que estava sabendo naquele momento. Disse que achava que o acervo da biblioteca atendesse bem ao curso, tendo em vista que há livros da graduação e da pós-graduação integrando uma mesma biblioteca, um mesmo acervo.

A explicação para essa desinformação sobre os títulos da bibliografia básica, tanto na listagem de compras, como no acervo da Biblioteca da Faculdade de Direito, se dá devido ao método de como é elaborado as listagens que seguem para compra. Primeiro, o coordenador do curso solicita aos professores, em seguida, ele envia à biblioteca, que analisa os títulos, acrescenta ou diminui, segundo as necessidades do acervo que assiste ao curso.

Perguntado sobre a importância da biblioteca no quesito instalação física, para a avaliação dos cursos de graduação, o professor respondeu que imaginava que era grande a importância da biblioteca e deveria conter muitos pontos positivos, mas que não havia por parte do curso nenhuma preocupação em se precaver mediante a avaliação dos cursos de graduação, em relação à bibliografia básica.

O professor disse que não conhecia o processo de compras, somente sabia que era anual e que os professores faziam as sugestões de livros. Relatou também, que a bibliografia básica do seu curso era atualizada anualmente e a grande dificuldade encontrada no processo das listagens era por parte dos professores, alunos e na captação do dinheiro. A sugestão para a melhoria do processo de compras dada pelo professor foi a seguinte: “Talvez através de convênios com grandes editoras e seus títulos novos, bem como aquisição de bibliotecas particulares”.

A resposta dada pelo coordenador do Curso de Direito, corrobora com a afirmação que há uma falta de comunicação entre os cursos de graduação, o Sistema de Bibliotecas e a pró-Reitoria de Graduação. No entanto, em 2012 a Coordenadoria de Projetos e Acompanhamento Curricular (COPAC) e Coordenadoria de Planejamento e Avaliação de Programas e Ações Acadêmicas (COPAV) que cuidam da orientação e da regulação dos PPPs. Estão trabalhando em parceria mapeando um a um os projetos e orientando as coordenações para se

adequarem as diretrizes nacionais dando atenção especial aos cursos que estão próximos de passar por avaliação.

O Curso de Direito passou pela avaliação do ENADE no de ano de 2009, tendo obtido nota 3,61 e conceito 4. Os alunos do direito foram entrevistados na feira das profissões de 2012. Participaram da pesquisa, os alunos do III e do VI semestre. Para estes, a Biblioteca do Direito atende bem aos alunos dos semestres básicos, porém para os alunos dos VI semestre o acervo é limitado e desatualizado, tendo que fazer uso de cópias e até mesmo adquirir os livros, pois os mesmos são de fundamental importância para o estudo na pretensa carreira de advogado. Eles deram a sugestão de se adquirir livros, semestralmente, para o direito, a fim de atualizar o acervo da biblioteca.

Perguntamos à bibliotecária, sobre a dificuldade de títulos para os últimos semestres, a resposta foi, que ao se pedir material bibliográfico, anualmente e visto que, esse material só chega após um longo processo de compras culminando em uma licitação e que dura até 2 anos para a chegada efetiva, a coleção do Curso de Direito acaba por ficar desatualizada, e ao chegar o título pode este, nem mais está sendo demandado.

No entanto, essa é uma peculiaridade do Curso de Direito, devido às atualizações na legislação, mas no edital de Convocação do Programa Especial de Atualização dos Acervos de Bibliotecas, uma das exigências do edital é que as Coordenações dos Cursos deverão encaminhar um Termo de Compromisso, assinado pelo coordenador(a) do curso e pelo(a) diretor(a) da unidade acadêmica, assumindo o compromisso de que os livros solicitados para compra serão adotados por um período mínimo de quatro anos (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2013).

9 CONCLUSÃO

O Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará constitui-se numa unidade integrante da Instituição e, portanto, devendo apresentar o planejamento de sua gestão integrado ao planejamento da universidade. A avaliação institucional tem com objetivo geral melhorar a qualidade da educação superior, aprimorando a atividade gestora e sua prestação de contas à sociedade. Para tanto, insere, nas suas dimensões de avaliação dos cursos de graduação, a avaliação das Bibliotecas Universitárias, o que corresponde, nesse processo para reconhecimento dos cursos de graduação, a 40% da avaliação total.

A inserção dos padrões de qualidade do MEC na gestão do Sistema de Bibliotecas da UFC, através do seu documento de Política de Desenvolvimento do Acervo, coopera para a efetivação de melhorias e aquisição de material bibliográfico. Esses padrões de qualidade compõem um conjunto de parâmetros inerentes ao processo de autorização ou reconhecimento de um curso de graduação oferecido pelas Instituições de Ensino Superior.

Dessa forma, estudar a política de desenvolvimento do acervo do Sistema de Bibliotecas da UFC, observando, sobretudo as exigências dos processos avaliativos foi um dos propósitos deste trabalho.

Ao avaliar a política de desenvolvimento do acervo do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará e sua interface com a avaliação dos cursos de graduação, buscou-se responder à questão acerca dos critérios de escolha na atualização do acervo das bibliotecas, pelas coordenações dos cursos.

Ao identificar junto às coordenações dos cursos pesquisados, as dificuldades estruturais e de adequação do acervo, constatou-se que, em geral, existe dificuldade de se obter as listagens devido à falta de interesse de alguns professores em enviar à coordenação do curso suas solicitações para a compra de material bibliográfico. Esse hábito gera um círculo vicioso, pois, não existindo títulos indicados para compra, não haverá livros no acervo da biblioteca, logo não haverá aluno utilizando as bibliotecas.

Correlacionar os títulos básicos presentes no projeto político pedagógico dos cursos ou nos programas de disciplinas, com a listagem solicitada pelas coordenações, foi um dos objetivos específicos desta investigação. Nas listagens de compras existem poucos títulos da bibliografia básica nos cursos pesquisados. Esse

fato leva a crer que não há utilização das bibliografias básicas pelos professores, pois, segundo eles, é comum a utilização de outros materiais didáticos.

Quanto à correlação dos títulos básicos presentes no projeto político pedagógico dos cursos ou nos programas de disciplinas pesquisados com o acervo das bibliotecas que atendem aos cursos escolhidos, constatou-se que nenhum curso pesquisado detém 70% da sua bibliografia básica no acervo do Sistema de Bibliotecas da UFC. Como não há a utilização da bibliografia constante no projeto político pedagógico dos cursos ou nos programas de disciplinas, não existe a necessidade de solicitá-las.

Sobre a frequência com que são atualizados os acervos pelas coordenações, descobrimos que elas ocorrem, anualmente, após o edital de Convocação do Programa Especial de Atualização dos Acervos de Bibliotecas, porém, o empenho dos professores em enviar as listagens com os títulos que devem seguir para a compra, aos coordenadores dos cursos, não ocorre plenamente. Essa ausência termina por inviabilizar o processo de atualização.

Na avaliação que os alunos fizeram da biblioteca, informaram que nos semestres básicos até existe um quantitativo de exemplares que atende, satisfatoriamente, aos alunos dos cursos pesquisados, porém, nos últimos semestres, há uma carência maior dos livros que são primordiais para os alunos.

O uso contínuo de fotocópia em substituição às bibliografias básicas é, segundo os alunos, um dos motivos da ausência de títulos no acervo do Sistema de Bibliotecas. Afirmam não haver títulos para a disciplina de didática na Biblioteca de Ciências e Tecnologia e que a falta de comunicação entre os responsáveis por a coordenação do curso e os da biblioteca é outro fator que compromete a atualização desse acervo.

Os estudantes entrevistados destacaram que o acervo presente na biblioteca não atende ao curso com as quantidades adequadas de exemplares e, portanto, não têm como frequentar a biblioteca como gostariam.

Fica evidente que a ausência de atualização do acervo interfere na qualidade dos cursos, se entende ao verdadeiro objetivo de uma biblioteca na universidade, além de concorrer para a pontuação inadequada nos processos de avaliação executados pelo MEC, em cumprimento à Lei Sinaes.

Dos resultados da Avaliação dos Cursos de Graduação pesquisados neste trabalho, nos últimos dois anos, somente o Curso de Engenharia Metalúrgica

foi avaliado pela Comissão de Avaliação com nota 2 para a dimensão bibliografia básica. Isso reflete a inexistência de vários títulos da bibliografia básica deste curso na biblioteca. Já o conceito da dimensão que trata das instalações físicas foi 3.

Não há um critério único seguido pelos cursos pesquisados para a solicitação de atualização dos acervos das bibliotecas e, quando há, não é uma atividade constante na rotina dos professores.

Há necessidade de uma pesquisa avaliativa, do tipo censitária, neste campo de estudo, na Universidade, com retorno para os cursos, haja vista este trabalho ter alcançado um diminuto campo de análise, o que já predispõe outros pesquisadores a desenvolverem novas pesquisas sobre o Sistema de Bibliotecas.

Recomendamos amplo trabalho de divulgação acerca do processo de atualização das bibliografias dos cursos, entendendo, que, a partir dessas análises, se dadas a conhecer aos colegiados dos cursos referidos, alguma política interna possa ser criada que sensibilize aos professores para essa tarefa, que somente lhes cabe dentro do seu principal papel de contribuir, de todas as maneiras, com a melhoria da qualidade dos cursos de graduação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes Curriculares - Cursos de Graduação**. 2013. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 04 jan. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Bases para uma nova proposta de avaliação da educação**. Disponível em: <<http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/comissoes/avaliacao/sinaes.pdf>>. Acesso em: 23 de jan. 2013.

CASSIN, F. H.; SANTOS, F. C. A.; COLETTA, T. G.; MARTUCCI, E. M. **Disponibilidade de bibliografia básica**: o estudo de caso do curso de graduação em Engenharia de Produção Mecânica da EESC-USP. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS - SNBU, 13., 2004, Natal. **Anais...** Natal: UFRN, 2004. v. 1, p. 1-7. Disponível em: <<http://www.cid.unb.br/>>. Acesso em: 3 fev., 2013.

CRONBACH, L. J. Course improvement through evaluation. **Teachers College Records**, New York, n. 64, p. 672-683, 1963.

DIAS, Geneviane Duarte; SILVA, Terezinha Elizabeth da; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. Políticas de informação nas bibliotecas universitárias: um enfoque no desenvolvimento de coleções. **Rev. Digit. Bibliotecon. Cienc. Inf.**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 39-59, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php>>. Acesso em: fev. 2013.

FÁVERO, M. L. A. **A Universidade no Brasil**: das origens à Reforma Universitária de 1968. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 14 jan. 2012.

GATTI, Bernadete A. Avaliação educacional no Brasil: pontuando uma história de ações. **EccoS**, local, v. 4, n. 1, p. 17-41, 2002. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/715/71540102.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GUSMÃO, A.; SOUZA, A.; SOUZA, K. ; DEUS, T.; MARTÍN VEGA, A. Avaliação da adequação do acervo da biblioteca regional de Rondonópolis da UFMT à bibliografia do curso de história. **Revista ACB**, mar. 2009. Disponível em: <<http://revista.acb.org.br/index.php/racb/article/view/655/723>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Conheça o INEP**. 2012a. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Instrumento de avaliação do SINAES**. 2012b. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 5 set. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. 2012c. **Novo instrumento de avaliação do SINAES**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 5 set. 2012.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina A. **Fundamentos da metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA, João do Rozario **A importância da avaliação no ensino fundamental**. Disponível em: <<http://www.artigonal.com/educacao-artigos/a-importancia-da-avaliacao-no-ensino-fundamental>>. Acesso em: 8 set. 2012.

LUBISCO, Nídia M. L. A biblioteca universitária e o processo de avaliação do MEC: alguns elementos para o planejamento da sua gestão. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 12., 2002, Recife. **Anais...** Disponível em: <<http://www.sibi.ufrj.br/snbu/snbu2002/oralpdf/117.a.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2011.

LUBISCO, Nídia M. L. **A biblioteca universitária no processo de “avaliação das condições de oferta” dos cursos de graduação pelo MEC: o caso da UFBA**. 2001. 291 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

LUBISCO, Nídia M. L.; VIEIRA, Sônia Chagas (Org.). **Biblioteca universitária brasileira: instrumento para seu planejamento e gestão, visando à avaliação do seu desempenho**. Salvador: Edufba, 2009.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem na escola e a questão das representações sociais**. 2012. Disponível em: <<http://www.luckesi.com.br/artigosavaliacao.htm>>. Acesso em 08 de set, de 2012.

MARCHIORI, P. "Ciberteca" ou biblioteca virtual: uma perspectiva de gerenciamento de recursos de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 26, p. 115-124, ago. 1997. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/389/349>>. Acesso em: 3 jun. 2013.

MARTINS, Ana Lúcia; BEZERRA, Fabíola Maria Pereira. Estudo Comparativo do Acervo existente no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará e as bibliografias básicas o caso do curso de geografia. **Revista Páginas Arquivos e Bibliotecas a&b**, Lisboa, v. 20, p. 85-103, 2007.

MIRANDA, A. C. C. Desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. 2, p. 1-19, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/viewarticle.php?id=103&layout=abstract>>. Acesso em: 3 fev. 2013.

NASCIMENTO, Raimundo Cezar Campos do. **Atualização das bibliografias básicas dos cursos da área da saúde: o caso da Biblioteca de Ciências da Saúde**. 2009. 139 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009. Disponível em: http://www.teses.ufc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4041. Acesso em: 12 mar. 2012.

PINTO, Leila Cabral. **Um estudo da imagem dos servidores técnico-administrativos do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará sob a óptica destes e de seus gestores**. 2006. 57 f. Monografia (Especialização em Gestão Universitária) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006. Disponível em: <<http://www.repositoriobib.ufc.br/000003/00000350.pdf>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

POLIDORI, Marlis Morosini. Políticas de Avaliação da Educação Superior Brasileira: PROVÃO, SINAES, IDD, CPC, IGC e outros índices. **Avaliação**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 446-447, jul. 2009.

POLIDORI, Marlis Morosini; MARINHO-ARAUJO, Claisy M.; BARREYRO, Claisy M. SINAES: Perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 53, p. 425-436, out./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 5 fev. 2013.

REITZ, Joan M. **Dictionary for Library and Information Science**. California: Libraries Unlimited, 2004. 800 p. Disponível em: <<http://lu.com/showbook.cfm?>>. Acesso em: 13 jan. 2012.

RISTOFF, Dilvo I. Algumas definições sobre avaliação. **Avaliação - Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior**, Campinas, v. 8, n. 1, p. 19-30, 2003. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/aval/v08n02/v08n02a03.pdf>>. Acesso em: 9 set. 2012.

ROSSATO, R. **Universidade nove séculos de história**. 2. ed. Passo Fundo: Eiuupf, 2005. v. 1.

SILVA, Ângela Maria Moura, A **construção das bibliotecas universitárias no Brasil**. 2010a. Disponível em: <<http://www.siglinux.nce.ufrj.br/~gtbib/site/2010/10/a-construcao-das-bibliotecas-universitarias-no-brasil/>>. Acesso em: 14 jan. 2012.

SILVA, Islânia de Castro Teixeira da. **Bibliografias básicas**: uma proposta de instrumento para desenvolvimento de coleções. 2010b. 113 f. Monografia (Especialização em Pesquisa Científica) – Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

PERGAMUM. **Software Pergamum**. Disponível em: <http://www.pergamum.pucpr.br/redepergamum/site_servico_rede_pergamum/manuais.php>. Acesso em: 12 jan. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Biblioteca Universitária. **A Biblioteca Universitária - Histórico**. 2012a. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ufc.br>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Biblioteca Universitária. **Comissões Especializadas de Estudo**. 2012b. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ufc.br>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Biblioteca Universitária. **Normas da Biblioteca Universitária**. 2012c. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ufc.br>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Biblioteca Universitária. **Notícias**. 2013. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ufc.br>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Departamento de Economia Doméstica. **Histórico**. 2012d. Disponível em: <<http://www.economiadomestica.ufc.br>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Departamento de Enfermagem. **Histórico e Missão**. 2012e. Disponível em: <<http://www.foe.ufc.br>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Departamento de Engenharia Metalúrgica. **Conheça o Curso**. 2012f. Disponível em: <<http://www.engmet.ufc.br>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Departamento de Geografia. **Histórico**. 2012g. Disponível em: <<http://www.geografia.ufc.br>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Faculdade de Direito. **Histórico e missão**. 2012h. Disponível em: <<http://www.direito.ufc.br>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

VERGUEIRO, W. Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, abr. 1993. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/1208/849>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

VIANNA, Heraldo Marelím. **Avaliação educacional: teoria planejamento-modelos**. São Paulo: IBRASA, 2000.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Tradução Ana Thorell. São Paulo: Bookman, 2010.

APÊNDICE A– ENTREVISTA COM OS COORDENADORES

Entrevista com os coordenadores:

- 01) Como é feita a elaboração da listagem de compra para o seu curso?
- 02) O senhor tem ciência de que há poucos títulos da Bibliografia Básica nas listagens de 2010, 2011.1 e 2011.2 enviadas para compra pelas Bibliotecas?
- 03) Na elaboração dessa listagem, há uma pesquisa desses títulos na Biblioteca? Inclusive olhando o quantitativo dos mesmos?
- 04) A seu ver o acervo da biblioteca atende satisfatoriamente ao seu curso?
- 05) Com que frequência é atualizada e qual foi a última atualização das Bibliografias básicas?
- 06) Qual a periodicidade com que é feita a atualização das Bibliografias básicas?
- 07) O senhor sabe da importância da biblioteca no quesito instalação física, para a avaliação dos cursos de graduação?
- 08) Há alguma preocupação do curso em se precaver mediante a avaliação dos cursos de graduação, em relação à Bibliografia básica?
- 09) O senhor conhece como é dado o processo de atualização do acervo das bibliotecas e o tempo que decorre do edital à chegada dos livros?
- 10) O senhor tem alguma sugestão para a melhoria desse processo?
- 11) Quais as dificuldades encontradas nesta tarefa de atualização do acervo?

ANEXO A – FORMULÁRIO E-MEC



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE AÇÕES ACADÊMICAS
COPAV

Protocolo de Reconhecimento ou Renovação de Reconhecimento no E-MEC
Informações que devem ser enviadas para solicitação de avaliação no E-MEC
<http://www.emec.mec.gov.br/>

OBS1: O protocolo do processo é realizado pela Pró-Reitoria de Graduação, a partir do envio das informações abaixo pela coordenação de curso. Favor enviar para o e-mail copav@prograd.ufc.br

- 1. Perfil do Curso:** breve histórico, justificativa do curso, objetivos, suas principais características e como efetivamente a formação alcançará os objetivos expostos.
- 2. Atividades do Curso:** resumidamente, o que realiza em termos de ensino, pesquisa e extensão e ainda a carga horária e os tipos de atividades consideradas complementares, assim como as formas previstas para o seu acompanhamento e divulgação – aqui também entram eventos promovidos pelo curso ou que tenham sua participação, como semana do recém-ingresso, encontros universitários, etc.
- 3. Carga Horária do Curso:** total, carga horária de disciplinas obrigatórias, disciplinas optativas e/ou livres, de estágio e TCC ou Monografia.
- 4. Representação Gráfica de um Perfil de Formação:** Integralização Curricular do Curso – sem códigos, pois os mesmos só interessam a UFC – a seqüência de disciplinas por semestres, com as respectivas cargas horárias e pré-requisitos, quando for o caso. Relacionar primeiro todas as obrigatórias e depois, para completar a carga horária do curso, listar algumas optativas e a carga horária das atividades complementares – OBRIGATÓRIAS + OPTATIVAS+ ATIVIDADES COMPLEMENTARES = CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO.
- 5. Perfil do Egresso:** É a descrição das qualificações do profissional a ser formado pelo curso. Qual o profissional que se deseja. Já previsto no projeto pedagógico.
- 6. Forma de Acesso ao Curso:** vestibular, admissão de graduados, transferência.
- 7. Sistema de Avaliação do Projeto do Curso:** as formas previstas para avaliação da implementação do projeto pedagógico.
- 8. Sistema de Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem:** as formas previstas para avaliação dos alunos, os tipos de provas aplicadas, as metodologias de ensino utilizadas pelos docentes. Importante também mencionar a nota média necessária para aprovação, bem como os procedimentos aplicados quando os alunos não atingem a média e se existe no curso programas de acompanhamento e auxílio para os alunos com dificuldades de aprendizagem.
- 9. Trabalho de Curso ou Monografia:** Importante não deixar de mencionar as formas de organização, acompanhamento e avaliação.
- 10. Estágio Curricular:** Importante não deixar de mencionar as formas de organização, acompanhamento e avaliação.
- 11. Coordenador do Curso**
 - 11.1. Nome Completo**

11.2. Regime de Trabalho

12. Corpo Docente (Relacionar o mínimo de 10 docentes efetivos, de preferência com dedicação exclusiva e que atuem diretamente na área do curso – NESTA RELAÇÃO JAMAIS PODEM SER INFORMADOS PROFESSORES SUBSTITUTOS)

12.1. Nome Completo

12.2. CPF

12.3. Titulação

12.4. Regime de Trabalho

OBS2: Sugerimos que envie os itens 12.1, 12.2, 12.3 e 12.4 na forma da tabela a seguir:

NOME DO DOCENTE	CPF	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Em ordem alfabética		Especialista Mestre Doutor Pós-Doutor	40h (Dedicação Exclusiva) DE 40h 20h

13. Componente Curricular (Disciplinas)

13.1. Componente (Disciplina)

13.2. Semestre

13.3. Carga Horária

13.4. Ementa

13.5. Bibliografia Básica

OBS3: Sugerimos que os itens 13.1, 13.2, 13.3, 13.4 e 13.5, sejam enviados na forma de tabela, conforme o exemplo abaixo e na ordem dos semestres:

É importante lembrar que além das disciplinas obrigatórias deverão ser informadas algumas optativas e as horas de atividades complementares, perfazendo o somatório dessas 3 cargas horárias, o total do curso.

Disciplina e semestre	Carga Horária	Ementa e Bibliografia
Epistemologia das Ciências Sociais 1º semestre	64h	Produção do conhecimento. Fundamentos epistemológicos das ciências humanas. Ciências lógico-empíricas e teorias sociais. A relação entre teoria e pesquisa empírica. HAGUETE, André. Filosofia . Fortaleza: Lowes Editora. Pp.35-89 _____. A Sociologia e você . Fortaleza: Book Editora. 2004 JAPIASSU, Hilton. Introdução ao Pensamento Epistemológico . Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1986 JAPIASSU, Hilton. Questões Epistemológicas . Rio de Janeiro: Imago Editora LTDA. 1981